

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Fátima Isabel Marques de Sousa

**FINANÇAS SUSTENTÁVEIS – O PAPEL
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
O CASO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Gestão
orientado pelo Professor Doutor Mário António Gomes Augusto e
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra**

Julho de 2022



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fátima Isabel Marques de Sousa

Finanças Sustentáveis – O Papel das Instituições Financeiras

O Caso do Grupo Crédito Agrícola

Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Mário António Gomes Augusto

Coimbra, 2022

Resumo

As consequências nefastas das alterações climáticas são sentidas por todo o mundo. Torna-se urgente iniciar esforços para a sua mitigação, nomeadamente ao nível da limitação das emissões de gases poluentes. Nesta perspetiva, tem vindo a ser implementadas a nível nacional e internacional algumas respostas, respetivamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a Lei do Clima Portuguesa, o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico Europeu (PEE) e a Lei Europeia do Clima.

Estas consequências representam riscos para as instituições financeiras, nomeadamente para os bancos. Assim, estes necessitam de perceber o seu nível de exposição aos mesmos e a forma de os minimizar. Não obstante, existem também oportunidades para as instituições financeiras relacionadas com o clima. Por conseguinte, foi criada a *Task Force on Climate – related Financial Disclosures*, com o intuito de auxiliar as empresas a avaliar corretamente os riscos e oportunidades decorrentes do clima.

Os bancos apresentam um papel crucial no alcance de uma economia mais verde e circular. Numa perspetiva de promoção das finanças sustentáveis, a Comissão Europeia criou um plano com linhas orientadoras para reorientar os fluxos de capital para financiamentos sustentáveis, gerir os riscos financeiros decorrentes das alterações climáticas e, ainda, promover uma transparência e visão de longo prazo das atividades económicas e financeiras.

Incorporar, de forma gradual, as questões de sustentabilidade ambiental, social e de governação (ESG) nas análises de financiamento revela-se a medida mais promissora para alcançar as finanças sustentáveis. Para tal, é necessário consciencializar as empresas da importância em considerar os impactos sociais e ambientais na execução da sua atividade, para além dos fatores económicos. No sentido de incorporar estas questões na sua análise de risco, o Crédito Agrícola elaborou uma série de Questionários Ambientais e Sociais a aplicar aos seus clientes empresa. Uma das atividades executadas durante o estágio foi a análise destes mesmos questionários. Os resultados desta análise sugerem que a grande maioria dos clientes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira que solicitaram financiamento ainda não incorporam estas questões nas suas operações.

Palavras – chave: alterações climáticas, sustentabilidade, questionários ambientais e sociais, finanças sustentáveis, ESG

Abstract

The harmful consequences of climate change are felt all over the world. It's urgent start efforts for its mitigation, namely in terms of limiting pollutant gases. In this perspective, are implemented at nacional and internacional level some answers, respectively “Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, Portuguese Climate Law, The Paris Agreement, European Green Deal and European Climate Law.

These consequences represent risks for financial institutions, including banks. Thus, they need to understand their exposure level to these risks and the way to minimize them. However, there are also opportunities for the financial institutions related to climate. Therefore, the Task Force on Climate – related Financial Disclosures was created to help companies properly assess climate- related risks and opportunities.

Banks then have a crucial role to reach a greener and circular economy. To promoting sustainable finance, the European Commission has created a plan with guidelines to redirect capital flows towards sustainable investments, manage the financial risks related to climate change and promote transparency and a long-term vision for economic and financial activities.

Gradually, incorporate ESG issues into financing analysis proves to be the most promising measure to achieve sustainable finance in Portugal. It's important to make companies aware of the importance of considering social and environmental impacts of their activities, in addition to economic factors. In order to incorporate these issues in their risk analysis, Crédito Agrícola developed Environmental and Social Questionnaires to apply to companies. One of the activities performed during my internship was the analysis of this questionnaires. The results suggest that the large majority of Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira clients who have requested financing do not incorporate these issues in their operations.

Keywords: climate change, sustainability, environmental and social questionnaires, green finance, ESG

Índice Geral

Introdução.....	10
Capítulo I – Apresentação do Grupo Crédito Agrícola.....	12
1. O Grupo.....	12
2. Breve Contextualização Histórica	12
3. Missão, Visão e Valores	13
4. Dimensão Humana.....	14
5. Organograma	15
6. Mercado.....	16
6.1. Principais Concorrentes.....	16
6.2. Principais Clientes.....	16
7. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira, CRL	17
Capítulo II - Enquadramento Teórico	18
1. O Problema das Alterações Climáticas e do Ambiente	18
2. Respostas Internacionais às Alterações Climáticas	21
2.1. O Acordo de Paris e a Neutralidade Carbónica.....	21
2.2. O Pacto Ecológico Europeu	23
3. Respostas Nacionais às Alterações Climáticas.....	25
3.1. O Plano de Recuperação e Resiliência.....	25
3.2. A Lei do Clima Portuguesa	26
4. A Solução Via Gestão Sustentável	27
4.1. Gestão Tradicional Versus Gestão Sustentável.....	27
4.2. Vantagens da Gestão Sustentável.....	28
4.3. Critério ESG.....	28
4.4. Reporte de Informação Não Financeira.....	30
5. O Papel do Setor Financeiro	30
5.1. <i>Task Force on Climate- related Financial Disclosures</i>	30
5.2. Riscos Relacionados com o Clima	32
5.3. Oportunidades Relacionadas com o Clima	33
6. A Agenda 2030.....	34
7. Recuperação Económica Verde	36
8. O Papel dos Bancos na Promoção da Economia Verde e da Neutralidade Carbónica	37
8.1. Plano de Ação: Financiar um Crescimento Sustentável.....	38
8.2. Taxonomia da União Europeia.....	42
9. As Finanças Sustentáveis em Portugal e no Crédito Agrícola.....	43

9.1. As Finanças Sustentáveis em Portugal	43
9.2. As Finanças Sustentáveis no Grupo Crédito Agrícola	49
Capítulo III – Descrição das Atividades Desenvolvidas Durante o Estágio	55
1. Questionários Ambientais e Sociais do Grupo Crédito Agrícola.....	55
2. Questionários Ambientais e Sociais da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira	59
2.1. Resultados Gerais dos Questionários.....	60
2.2. Resultado dos Questionários Empresariais Destinados a Microempresas e ENI	63
2.3. Resultado dos Questionários Empresariais Destinados a PME e Grandes Empresas	64
2.4. Resultados dos Questionários relativos às Operações de Crédito Geral 67	
2.5. Resultados dos Questionários Relativos às Operações de Crédito do Setor da Pecuária	77
3. Outras Atividades Desenvolvidas	86
3.1. Atualização da Lista de Associados no Pleno Gozo dos seus Direitos	87
3.2. Ficha de Vistoria a Imóveis	87
3.3. Cursos de Formação Via <i>E-learning</i> e Webinar.....	87
3.4. Apoio na Elaboração do Relatório e Contas de 2021	88
3.5. Análise Evolutiva das Imparidades de Clientes e Processos de Crédito 88	
3.6. Apoio na Organização dos Dossiers de Crédito	88
3.7. Controlo de ATM	88
3.8. Acompanhamento da Análise de Risco das Operações de Crédito a Clientes Particulares e Empresas	89
3.9. Auxílio no arquivo dos documentos da área comercial e de crédito ...	91
Capítulo IV – Análise Crítica.....	92
Conclusão	94
Referências	97
Anexo I – Relatório da Área de Risco de Crédito – Empresas	101
Anexo II – Avaliação da Solvabilidade dos Consumidores	107

Índice de Figuras

Figura 1.1 - ATM e agências adaptadas a mobilidade reduzida e isoladas em localidades.....	14
Figura 1.2 - Distribuição geográfica dos colaboradores do Grupo Crédito Agrícola.....	15
Figura 1.3 -Distribuição dos colaboradores do Grupo Crédito Agrícola por faixa etária.....	15
Figura 1.4 - Organograma do Grupo Crédito Agrícola	15
Figura 1.5 - Principais concorrentes do Grupo Crédito Agrícola.....	16
Figura 1.6 - Caracterização dos clientes do Grupo Crédito Agrícola.....	17
Figura 2.1 - Consequências da emissão de GEE	19
Figura 2.2 - Emissão de GEE na Europa.....	20
Figura 2.3 - Avaliação dos países segundo o SDG Index	35
Figura 2.4 - Compromissos assumidos pelo Grupo no act4nature	52
Figura 3.1 - Notação utilizada nos questionários do Grupo Crédito Agrícola.....	58
Figura 3.2. - Resultado dos Questionários do Grupo Crédito Agrícola	58
Figura 3.3 - Tipo de empresas inquiridas	60
Figura 3.4 - Tipo de operações levadas a cabo pelos inquiridos.....	61
Figura 3.5 - Notação dos questionários empresariais.....	61
Figura 3.6 - Notação dos questionários relativos às operações.....	62
Figura 3.7 - Notação dos questionários destinados a Microempresas e ENI.....	63
Figura 3.8 - Existência de certificação ambiental.....	63
Figura 3.9 - Existência de política interna sobre igualdade de género e não discriminação.....	64
Figura 3.10 - Notação dos questionários destinados às PME e Grandes Empresas	65
Figura 3.11 - Existência de um departamento responsável pelo ambiente e pela sustentabilidade	65
Figura 3.12 - Notação dos questionários relativos às operações de crédito geral.....	67
Figura 3.13 - Diminuição da emissão de gases poluentes.....	68
Figura 3.14 - Melhoria do sequestro de gases poluentes.....	68
Figura 3.15 - Aumento da emissão de gases poluentes.....	68
Figura 3.16 - Diminuição dos riscos ambientais.....	69
Figura 3.17 - Contribuição para a prevenção dos riscos ambientais	69
Figura 3.18 - Diminuição dos riscos ambientais atuais/futuros.....	70

Figura 3.19 - Utilização sustentável dos recursos hídricos/marinhos.....	70
Figura 3.20 - Diminuição da qualidade dos recursos hídricos/marinhos.....	71
Figura 3.21 - Impactos negativos nos recursos hídricos/marinhos	71
Figura 3.22 - Aumento da produção de resíduos.....	72
Figura 3.23 - Redução da reciclagem	72
Figura 3.24 - Contradição da transição para uma economia circular	72
Figura 3.25 – Aumento da poluição	73
Figura 3.26 – Contribuição para a diminuição do controlo da poluição.....	73
Figura 3.27 - Contradição da ideia de prevenção da poluição.....	74
Figura 3.28 - Prejuízo ao equilíbrio dos ecossistemas	74
Figura 3.29 - Impactos negativos nos ecossistemas, animais ou habitats.....	75
Figura 3.30 - Destruição dos ecossistemas	75
Figura 3.31 - Respeito pela integridade física dos trabalhadores.....	76
Figura 3.32 - Cumprimento da legislação laboral	76
Figura 3.33 - Cumprimento do Código do Trabalho.....	76
Figura 3.34 - Alimentação dos animais com ração biológica ou orgânica	77
Figura 3.35 - Utilização de estrume para compostagem	78
Figura 3.36 - Identificação dos riscos das alterações climáticas.....	78
Figura 3.37 - Medidas para reduzir riscos das alterações climáticas.....	79
Figura 3.38 - Métodos de reaproveitamento de águas pluviais	79
Figura 3.39 - Aproveitamento de águas residuais.....	80
Figura 3.40 - Cumprimento da legislação nacional e da UE.....	80
Figura 3.41 - Medidas de redução do consumo de energia.....	81
Figura 3.42 - Medidas da aplicação de pesticidas, herbicidas e semelhantes nos devidos locais.....	81
Figura 3.43 - Existência de certificação dos produtos.....	82
Figura 3.44 - Existência de zonas deixadas ao natural	82

Lista de siglas mais utilizadas

AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

APB - Associação Portuguesa de Bancos

APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos e Investimento, Pensões e Patrimónios

APS - Associação Portuguesa de Seguradores

ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

ATM – *Automated Teller Machine* (Caixa Automática)

BCSD - *Business Council for Sustainable Development*

CA - Crédito Agrícola

CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CCAMBA – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira

CE – Comissão Europeia

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COP - *Conference of the Parties* (Conferência das Partes)

CRL - Cooperativa de Responsabilidade Limitada

EBA – Autoridade Bancária Europeia

ENAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

ENI - Empresários em Nome Individual

ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e de Governação)

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FGCAM - Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

FSB – *Financial Stability Board* (Conselho de Estabilidade Financeira)

GEE – Gases com Efeito de Estufa

IFI - Instituições Financeiras Internacionais

INE – Instituto Nacional de Estatística

INDCs – *Intended Nationally Determined contributions* (Contribuições Determinadas a Nível Nacional)

IPCC – *The Intergovernmental Panel On Climate Change* (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas)

NA – Não Aplicável

NIF – Número de Identificação Fiscal

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PEE – Pacto Ecológico Europeu

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

SICAM – Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo

TCFD – *Task Force on Climate – related Financial Disclosures* (Task Force sobre Divulgações Financeiras relacionadas com o Clima)

UE - União Europeia

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change* (Acordo de Paris do Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas)

Introdução

As alterações climáticas são, atualmente, o maior desafio da humanidade. Estas resultam do facto da Economia Mundial ainda se encontrar alicerçada nos combustíveis fósseis, sobretudo no carvão e petróleo. Não obstante resultam muito da atividade humana, cujas consequências registadas nos últimos 150 anos são avassaladoras.

Para travar estes impactos negativos, torna-se urgente a transição para uma economia mais verde e circular. Para o efeito, é necessário consciencializar as empresas do impacto que as suas atividades têm no ambiente e na sociedade em geral, e incentivá-las a tomar decisões mais sustentáveis no seu quotidiano. Neste sentido, o papel das instituições financeiras é crucial, uma vez que ao financiar as empresas, têm a capacidade de as sensibilizar para estas questões, privilegiando o financiamento de projetos mais verdes e “amigos do ambiente”.

O presente relatório tem por base o estágio realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira (CCAMBA), com sede na Mealhada, que decorreu entre 2 de março e 7 de julho de 2022. Tem como tema as finanças sustentáveis e procura compreender em que medida as instituições financeiras e, em particular o Crédito Agrícola, estão a contribuir para a sustentabilidade dos projetos que financia. Com o intuito de entender como é que as empresas clientes estão alinhadas com os princípios da sustentabilidade, o Grupo Crédito Agrícola passou a utilizar, na análise de risco de crédito, questionários que originam uma Notação Ambiental e Social. Esta notação classifica as empresas de A (Muito Bom) a D (Muito Baixo), relativamente ao alinhamento da sua atividade com os princípios definidos na Taxonomia da União Europeia.

A escolha do presente tema assenta sobretudo na importância crescente da questão da sustentabilidade e do alcance das finanças sustentáveis, aliada à necessidade da CCAMBA de estudar a informação recolhida com os questionários implementados. O estudo do mesmo, tem como objetivo entender em que medida as questões da sustentabilidade impactam o setor financeiro, particularmente a banca.

Este trabalho encontra-se dividido em 4 capítulos. No primeiro capítulo, é efetuada uma descrição do Grupo, referindo os seus traços mais marcantes, e uma breve apresentação da CCAM da Bairrada e Aguieira. O segundo capítulo refere-se ao enquadramento teórico acerca do desafio das alterações climáticas, no qual se salientam as bases para o superar. No

terceiro capítulo, é realizada uma análise detalhada dos questionários acima mencionados, identificando as medidas em vigor para alcançar os objetivos e sugerindo outras a implementar para melhorar os resultados. Neste, são também, de maneira sintetizada, descritas as principais atividades realizadas ao longo do estágio. Por fim, no quarto capítulo é realizada uma análise crítica acerca do estágio e da empresa. De salientar que o relatório evidencia maior foco nas questões ambientais, já que estão mais relacionadas com o caso em estudo.

Capítulo I – Apresentação do Grupo Crédito Agrícola

1. O Grupo

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro, com atuação a nível nacional, constituído por um conjunto amplo de bancos locais, as designadas Caixas Agrícolas, e por empresas especializadas. Tem como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (Caixa Central), dotada de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das atividades das Caixas Associadas e a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), que se traduz na instituição representativa da cooperativa e prestadora de serviços especializados ao grupo. ¹

A Caixa Central juntamente com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), suas associadas formam o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

2. Breve Contextualização Histórica

A raiz histórica das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo remonta a 1498, época das Santas Casas da Misericórdia, assim como aos Celeiros Comuns criados em 1576. No entanto, o Crédito Agrícola propriamente dito foi fundado após a Implantação da República, a 1 de março de 1911.

Em abril de 1974, o Sistema Político Português transformou-se, favorecendo o surgimento de um movimento das caixas existentes no sentido de se autonomizarem e expandirem a sua atividade para diversos países europeus. Isto beneficiou a criação da FENACAM, em 1978, cuja principal função era o apoio e a representação, ao nível nacional e internacional, das suas associadas.

Em 1984 foi constituída a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, cujo objetivo era garantir a solvabilidade do sistema, sendo instituído em 1987 o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), no qual participam todas as Caixas Associadas.

O Grupo Crédito Agrícola implementou, em 2004, um programa ao nível da modernização tecnológica, potenciando a capacidade de resposta aos seus clientes através da inovação e formação.

¹ <https://www.creditagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/quem-somos> (acedido em 10/03/2022)

Em 2018, tentou rejuvenescer e modernizar-se através da alteração da tonalidade de verde no seu logótipo com o objetivo de atrair os clientes mais jovens, fator de elevada relevância para o grupo.

Com a crescente importância atribuída às questões ambientais, o Grupo Financeiro atualizou, em 2020, a sua visão e criou, ainda, uma Política de Sustentabilidade dado que as questões ambientais, sociais e de governação se tornam cada vez mais relevantes, tanto para a gestão do risco do Crédito Agrícola, como para as comunidades locais e sobretudo para a população mais jovem.²

3. Missão, Visão e Valores

O Grupo Crédito Agrícola tem como missão contribuir para o progresso económico e social das comunidades, praticando uma banca de proximidade, com propósito e sustentável.

Procura oferecer soluções, produtos e serviços que satisfaçam as necessidades financeiras e correspondam às expectativas dos seus clientes. Assim sendo, fatores como a liquidez, a solvabilidade e a confiança revelam-se cruciais para a relação privilegiada que pretende estabelecer com os clientes. Desta forma, é notório que o Grupo procura estabelecer uma relação sólida, de confiança e modernidade com os seus clientes, constituindo esta relação uma das suas prioridades.

A sua responsabilidade social vai muito para além das motivações empresariais. A evolução tecnológica constitui outra das suas prioridades, desta forma procura dotar os seus recursos humanos de melhores capacidades nesta área. Assim, tem como visão tornar-se uma referência de inclusão, sustentabilidade e inovação, mantendo o seu reconhecimento como Grupo Financeiro de confiança dos portugueses.

A preocupação com a responsabilidade social transparece na acessibilidade a agências e ATM do Grupo. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2021, como podemos verificar na **figura 1.1**, 82,4% das agências são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, 66,6% das ATM estão adaptadas para clientes com cadeira de rodas e

²<https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/historia/historia-ca> (acedido em 11/03/2022)

43,3% das ATM encontram-se isoladas, ou seja, localizadas em freguesias nas quais não existe mais nenhuma.

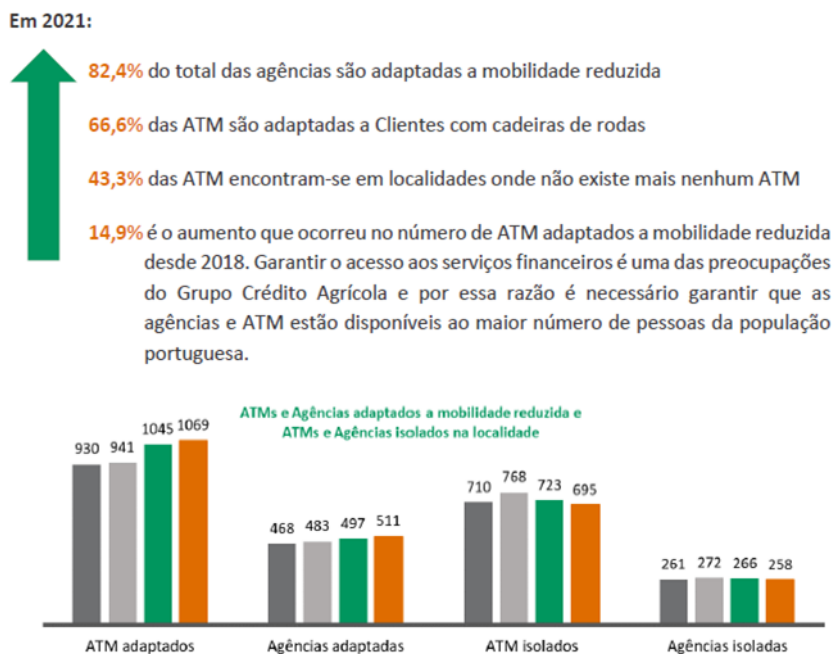


Figura 1.1 - ATM e agências adaptadas a mobilidade reduzida e isoladas em localidades

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade. Lisboa: CA

Por fim, os seus valores assentam na Solidez, Proximidade, Confiança e Simplicidade, possuindo um conjunto de fatores que o diferenciam dos demais.³

4. Dimensão Humana

O Grupo conta, atualmente, com 75 Caixas Associadas, detentoras de cerca de 619 agências dispersas pelo território nacional, mais de 420.000 associados e 2.000.000 clientes, o que lhe confere o estatuto de um dos principais grupos bancários portugueses.

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade de 2021, a maioria dos colaboradores concentram-se na Zona Centro (I e II), com 59,9%, como se pode observar na **figura 1.2**. Além disto, a maioria destes situam-se nas faixas etárias dos 40 aos 49 anos e dos 50 aos 59 anos, com uma representatividade de 33% e 35%, respetivamente, como comprova a **figura 1.3**.

³ <https://www.creditagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/missao-e-valores> (acedido em 10/03/2022)

Distribuição geográfica dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola, 2021

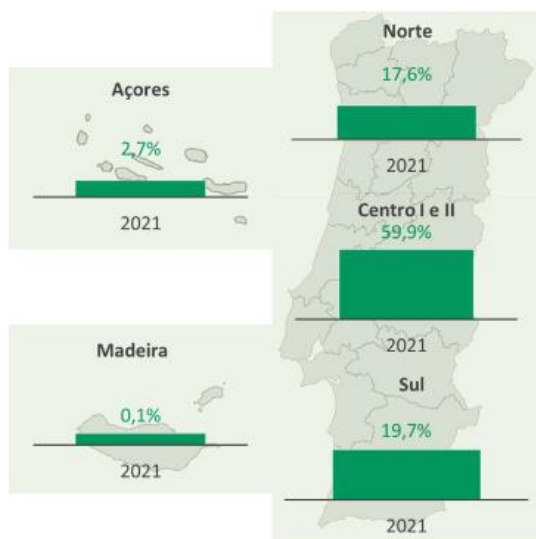


Figura 1.2 - Distribuição geográfica dos colaboradores do Grupo Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade 2021. Lisboa: CA

Distribuição de Colaboradores por faixa etária, 2021

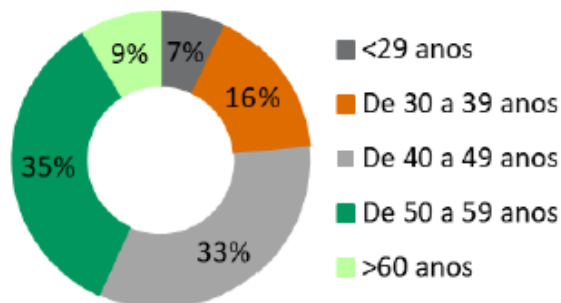
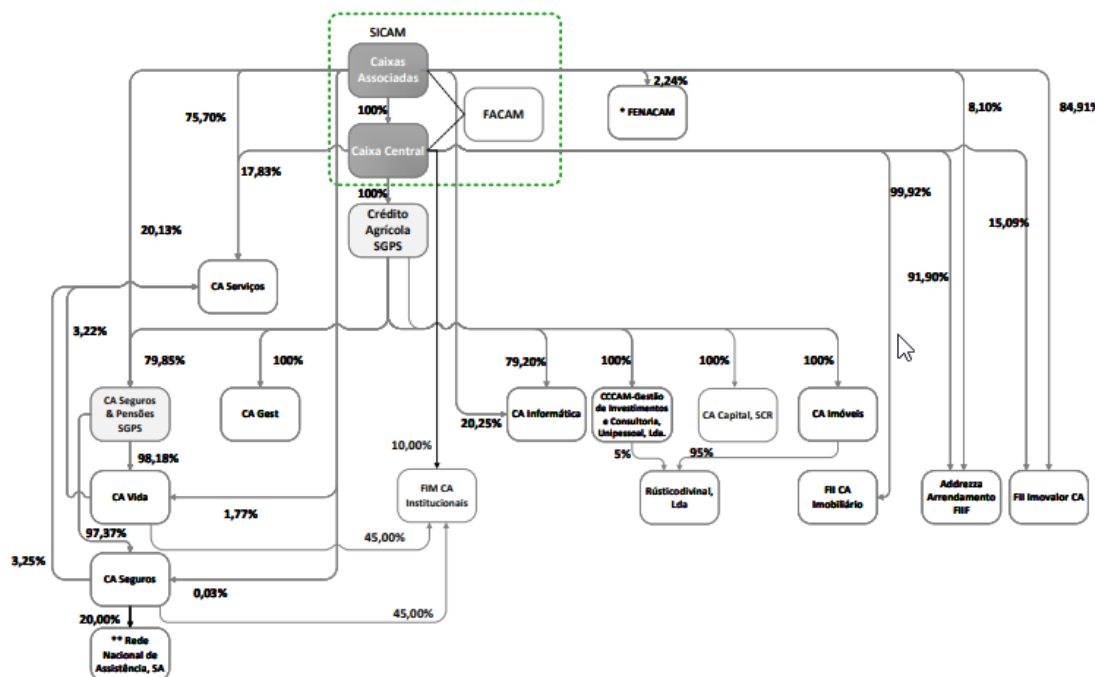


Figura 1.3 - Distribuição dos colaboradores do Grupo Crédito Agrícola por faixa etária

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade 2021. Lisboa: CA

5. Organograma

O Grupo Crédito Agrícola apresenta o organograma que se encontra na figura 1.4.



(*) A FENACAM detém 97,74% do seu próprio capital.

Figura 1.4 - Organograma do Grupo Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola. (2022)

6. Mercado

6.1. Principais Concorrentes

Atualmente, ainda que constituído como uma cooperativa, pelos serviços e produtos que oferece, o Grupo Crédito Agrícola compete diretamente com os bancos comerciais. Posto isto, com o intuito de identificar os seus principais concorrentes, procedi ao cálculo da quota de mercado do crédito e dos depósitos para cada um dos principais bancos em Portugal. Para o efeito, utilizei os dados dos “Relatório e Contas de 2020” publicados pelos diversos concorrentes e os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativamente à concessão de crédito e aos depósitos, em Portugal, para o mesmo ano.

Assim, como se pode observar na **figura 1.5**, relativamente ao crédito, constata-se que os 3 principais concorrentes são o Millennium BCP, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Novo Banco, com uma quota de 25,68%, 22,94% e 12,55%, respetivamente. No que respeita aos depósitos, os principais concorrentes continuam a ser os mesmos, no entanto ocupam posições distintas. A Caixa Geral de Depósitos é o principal concorrente com uma quota de 29,29%, seguido do Millennium BCP com 25,76% e do Novo Banco com 11,73%.

2020				
Instituição Financeira	Valor crédito	Valor depósitos	Quota crédito	Quota depósitos
Grupo CA	11260000	17154000	5,15%	6,99%
Millennium Bcp	56146000	63259000	25,68%	25,76%
Banco CTT	1109948	1688465	0,51%	0,69%
Banco Montepio	8624000	10908000	3,95%	4,44%
BPI	17233000	15770000	7,88%	6,42%
Caixa Geral de Depósitos	50149000	71918000	22,94%	29,29%
Banco BIC Português	5325000	5621627	2,44%	2,29%
Novo Banco	27436000	28793000	12,55%	11,73%
Outros Bancos	41319954	30430065	18,90%	12,39%

Figura 1.5 - Principais concorrentes do Grupo Crédito Agrícola

6.2. Principais Clientes

Segundo o Relatório de Sustentabilidade do Grupo, referente ao ano de 2021, apenas 6,2% de clientes possuem qualificações ao nível do ensino superior e apenas 16,4% são clientes jovens. Além disto, é ainda possível observar, através da **figura 1.6**, que existe uma diferença mínima entre o número de clientes masculinos e femininos, representando estes últimos 50,7%.

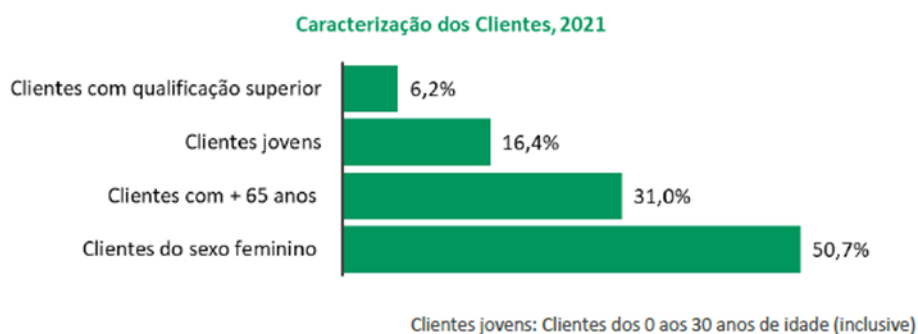


Figura 1.6 - Caracterização dos clientes do Grupo Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade 2021. Lisboa: CA

É ainda importante de salientar que, dado que a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo se constitui como uma Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CRL), a área de atuação de cada uma das suas Caixas Associadas é restrita. Isto significa que nenhuma caixa pode incluir associados fora da sua área de ação. Ou seja, pressupõe-se que para ser associado de uma determinada caixa, o cliente terá de possuir alguma ligação com a área onde esta se insere, por exemplo residir ou trabalhar na mesma. Assim, os associados de cada uma das caixas encontram-se concentrados na zona onde esta se localiza.

7. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira, CRL

O estágio decorreu na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira, inaugurada em 1999, sediada na Mealhada, cuja área de atuação se estende ainda aos municípios de Anadia, Santa Comba Dão, Mortágua e Penacova. Recentemente, em outubro de 2019, deu-se a fusão da CCAM de Anadia na CCAM de Bairrada e Agueira.

A CCAM da Bairrada e Agueira tem atualmente 8 agências, 53 trabalhadores, 35.286 clientes e conta com 7.806 associados. Esta localiza-se numa zona do litoral onde predominam essencialmente o setor secundário e terciário.

Capítulo II - Enquadramento Teórico

1. O Problema das Alterações Climáticas e do Ambiente

A temática das alterações climáticas tem vindo a ser fortemente debatida ao longo das últimas décadas, tendo ganho especial relevância nos últimos anos devido às suas evidentes consequências no equilíbrio dos ecossistemas no nosso planeta, nomeadamente o aumento das temperaturas da atmosfera e dos oceanos, o derretimento dos glaciares e a subida do nível médio da água do mar.

Segundo o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), o conceito de alterações climáticas é definido como “uma mudança no estado do clima que pode ser identificada por alterações na média e/ou variabilidade das suas propriedades e que persiste por um período prolongado, nomeadamente décadas” (IPCC, 2018, pp.544).

Estas alterações derivam não só de causas externas como a modificação da órbita do planeta terra e a quantidade de radiação solar e cósmica, mas também de causas naturais que ocorrem na atmosfera, nos oceanos, na vegetação e nos glaciares. Além disto, as alterações climáticas podem ainda ser provocadas pela ação humana. Neste sentido, a maioria dos cientistas afirmam que a principal causa se relaciona com a emissão excessiva de Gases com Efeito de Estufa (GEE), principalmente de dióxido de carbono (CO₂), resultante da intensificação da utilização de combustíveis fósseis. Esta emissão excessiva vai fazer aumentar o fenómeno do aquecimento global (Duarte, 2007).

De acordo com o Relatório sobre as Alterações Climáticas de 2014 do IPCC, as emissões de GEE têm vindo a aumentar desde a era pré-industrial, derivado principalmente do crescimento económico e populacional registado, sendo que nos últimos anos se registaram os valores de emissões mais elevados da história. Segundo este relatório, as emissões de GEE são a principal causa do aumento da temperatura terrestre, entre 1951 e 2012, como podemos verificar pela **figura 2.1**.

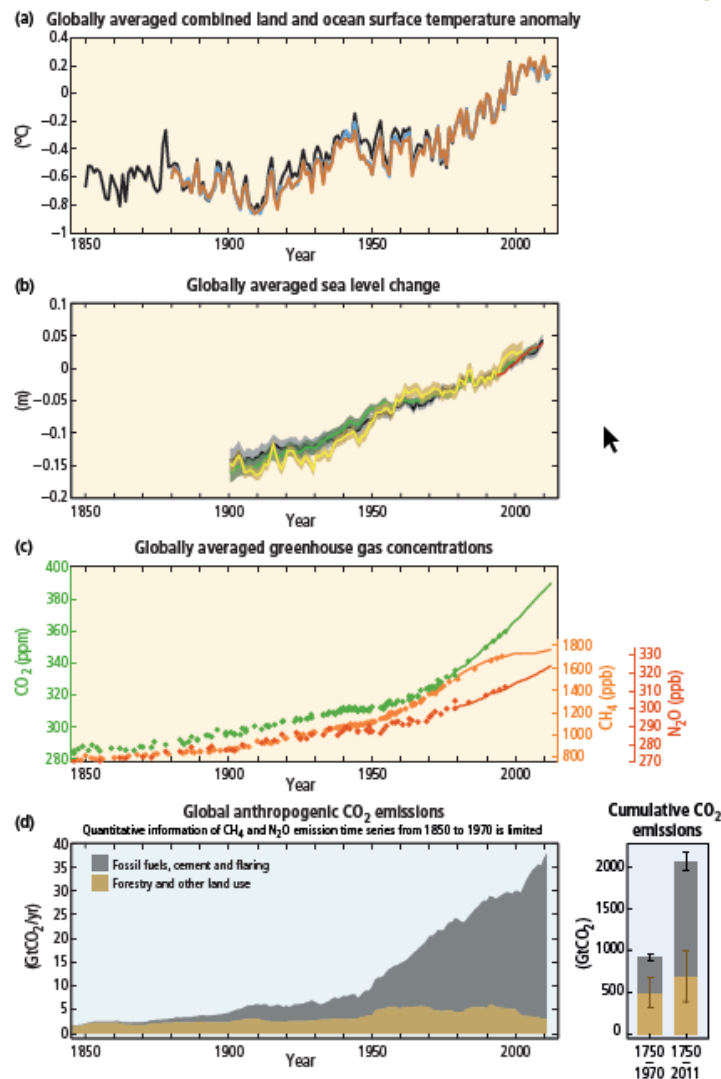


Figura 2.1 - Consequências da emissão de GEE

Fonte: IPCC. (2014) *Climate Change 2014 Synthesis Report*. Geneva: IPCC

De acordo com dados do EUROSTAT, relativos a 2019, representados no mapa que consta na **figura 2.2**, Portugal apresenta níveis medianos de emissão destes gases, sendo que países como a Turquia, Itália, França, Alemanha, Polónia e o Reino Unido apresentam os níveis mais elevados de emissões, por oposição ao Luxemburgo, Estónia, Letónia, Chipre e Islândia que registam os valores mais baixos. ⁴

⁴ <https://ec.europa.eu/eurostat> (acedido em 20/03/2022)

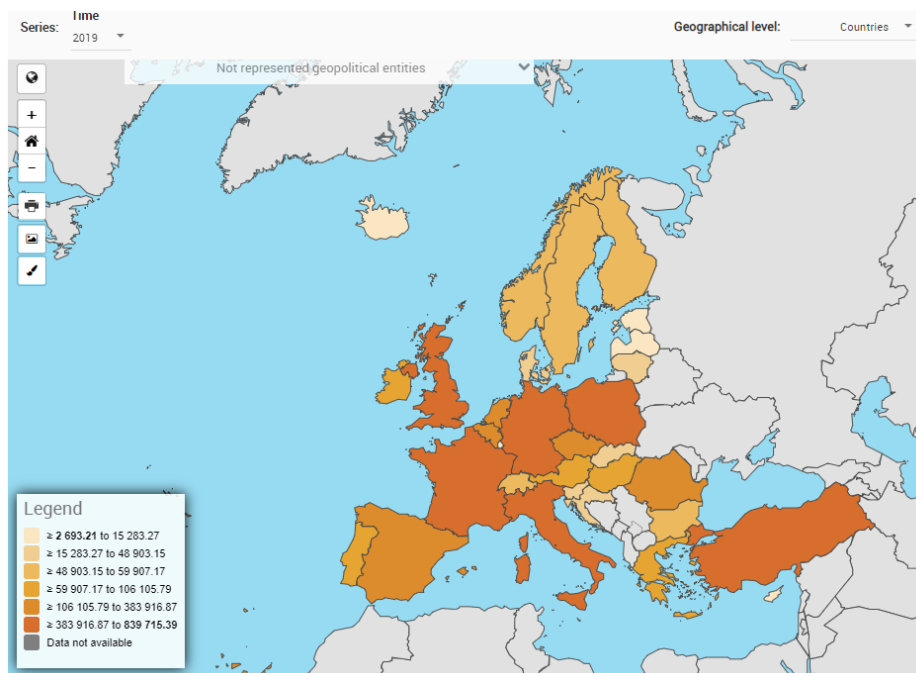


Figura 2.2 - Emissão de GEE na Europa

Fonte: Eurostat. (2019)

Observando a figura 2.1, percebemos que a temperatura média global da superfície terrestre e oceânica aumentou cerca de 0,85°C entre 1880 e 2012. Além disso, também se tem verificado um degelo dos glaciares, que juntamente com o aumento da temperatura têm motivado o aumento do nível médio da água do mar, sendo que durante o período de 1901 a 2010, se verificou um aumento de 0,19 metros (IPCC, 2018).

Os impactos das alterações climáticas têm sido notórios, principalmente no que aos sistemas naturais respeita. Tem se verificado uma alteração, tanto quantitativa como qualitativa, ao nível dos sistemas hidrológicos, traduzindo-se numa alteração dos níveis de precipitação, derretimento de neve e de gelo e aumento da acidez dos oceanos. Assim, estas alterações têm impacto na biodiversidade, verificando-se a alteração da distribuição geográfica de espécies terrestres, de água doce e marinhas, alteração dos padrões de migração e das interações entre as espécies. Também se verificam consequências negativas ao nível dos sistemas humanos, nomeadamente na agricultura, alterando o rendimento de diversas culturas o que poderá favorecer o aumento dos preços dos produtos. Além disto, os impactos negativos também se fazem sentir nas zonas costeiras derivado à subida do nível da água do mar, desincentivando o turismo nessas regiões.(Ferreira, 2017) (Jia et al., 2019)

Numa perspetiva voltada para o setor financeiro são evidentes os efeitos negativos, desde logo o aumento dos custos das companhias de seguros associados ao aumento da

ocorrência de catástrofes naturais. Assim como maiores perdas por parte dos bancos devido à diminuição da rentabilidade das empresas que dependem dos combustíveis fósseis e recursos escassos e a diminuição da rentabilidade das empresas fortemente expostas ao risco das alterações climáticas. Isto, por sua vez, vai afetar os investidores que vêm a previsibilidade e segurança dos mercados afetada. (Comissão Europeia, 2018)

Caso não exista uma alteração no comportamento humano no que à emissão de GEE respeita, o aquecimento global continuará a aumentar, bem como a probabilidade de ocorrência de situações adversas graves para os seres humanos e para os ecossistemas, que se tornarão irreversíveis.

Deste modo, existem duas estratégias complementares de ação possíveis, a mitigação e a adaptação. A mitigação consiste em reduzir substancialmente e de forma sustentada as emissões de GEE, diminuindo a sua concentração na atmosfera, utilizando alternativas tecnológicas, energéticas, normativas e económicas. As medidas de adaptação procuram minimizar os efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos das alterações climáticas. Estas consideram uma abordagem mais local, tendo em conta as peculiaridades da população de cada área geográfica. Assim, estas medidas são mais difíceis de implementar por parte dos países em desenvolvimento, uma vez que têm um acesso mais limitado às tecnologias e ao mercado (Bellido, 2017).

2. Respostas Internacionais às Alterações Climáticas

Perante o cenário devastador que se tem verificado, como consequência das alterações climáticas, surgiram várias respostas no âmbito internacional, nomeadamente o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico Europeu (PEE) e a Lei Europeia do Clima.

2.1. O Acordo de Paris e a Neutralidade Carbónica

As negociações climáticas por si só apresentam diversas dificuldades, pelo que realizar um acordo climático que fosse eficaz demorou várias décadas. Além disto, tendo em conta que os GEE são resultantes da utilização de combustíveis fósseis, da silvicultura e agricultura, muitos países receiam pelo seu desenvolvimento e crescimento económico, em particular os países em desenvolvimento (Stern, 2019).

Neste âmbito são realizadas anualmente as Conferências das Partes (COP), o que evidencia coerência na preocupação com os impactos produzidos pelas alterações climáticas. Em 2015, na COP21, foi adotado o Acordo de Paris.

O Acordo de Paris do Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), ratificado por 175 países, é considerado a terceira geração de tratados internacionais para fazer face às alterações climáticas. Este baseia-se em esforços voluntários para reduzir as emissões de GEE, estabelecendo que é necessário tomar medidas de forma a manter o aumento da temperatura média global abaixo 2°C dos níveis pré-industriais e ainda prosseguir com o esforço de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Este acordo entrou em vigor em 4 de novembro de 2016, onde Portugal estabeleceu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050 (Jayaraman, 2015).

Ao contrário do Protocolo de Quioto, este não prevê uma redução de uma quantidade específica de emissões de GEE, estabelece assim um objetivo mais amplo que obriga os países integrantes a conceber, comunicar e implementar medidas para a persecução do objetivo (Lakshmanan et al., 2017).

A maioria das emissões de GEE são provenientes de países desenvolvidos, dado que os países em desenvolvimento têm bastantes preocupações relativamente à questão das alterações climáticas. Por conseguinte, os países em vias de desenvolvimento consideram que os países desenvolvidos são culpados pelas alterações climáticas pelo facto de no decorrer do seu desenvolvimento não terem limitado as emissões de CO₂ (Erickson & Brase, 2020).

Por conseguinte, o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas foi desenvolvido tendo em consideração a diminuição da pobreza e o aumento da saúde. Além do mais, este tomou em consideração que cada país, pelas suas características, é afetado pelas alterações climáticas de maneiras distintas, permitindo que cada um possa traçar um plano para reduzir as emissões de GEE de acordo com as suas capacidades. Prevê ainda obrigações específicas para um determinado conjunto de países, nomeadamente que os países desenvolvidos devem intensificar os esforços de mitigação e auxiliar os países em desenvolvimento nos seus esforços de mitigação e adaptação, fornecendo apoio no desenvolvimento das suas capacidades (Erickson & Brase, 2020).

Por fim, Paris conseguiu um acordo, primeiramente abandonando o modelo de Quioto e adotando uma estrutura de mitigação bottom-up, ou seja, da base para o topo, designada por Contribuições Determinadas a Nível Nacional (INDCs) que englobavam objetivos de cada país para a redução de emissões e requisitos de prestações de contas a apresentar periodicamente. Em segundo lugar, o acordo foi construído para um horizonte

temporal de longo prazo. Em terceiro lugar, este acordo deslocou o paradigma da diferenciação, definindo um conjunto de regras para os países em desenvolvimento distintas dos países desenvolvidos. Por último, a sua forma jurídica é híbrida (Stern, 2019).

Para que a neutralidade carbónica seja atingida é necessário que todos os agentes intervenham, nomeadamente os cidadãos, através das práticas de consumo sustentável, os bancos através de políticas de investimento e de risco, o Estado, através de políticas públicas e as empresas, através da adoção de práticas empresariais sustentáveis.

2.2. O Pacto Ecológico Europeu

A fim de alcançar a transição ecológica, a Comissão Europeia (CE) concretizou, em 2021, o Pacto Ecológico Europeu (PEE), com o objetivo de tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro em termos climáticos até 2050, comprometendo-se ainda a reduzir as emissões em pelos menos 55% até 2030, tendo por referência os valores de 1990. Assim, segundo a Comissão Europeia, este pacto irá garantir o cumprimento do compromisso assumido no Acordo de Paris, o crescimento económico dissociado da utilização de recursos e que nenhuma região é deixada para trás.

Com o cumprimento do PEE, a União Europeia (UE) conseguirá melhorar a saúde e o bem-estar não só dos seus atuais cidadãos como das gerações futuras, proporcionando-lhes um conjunto de vantagens, nomeadamente ar fresco, água limpa, solo saudável e biodiversidade, edifícios renovados e energeticamente eficientes, alimentos saudáveis a preços acessíveis, aumento dos transportes públicos, sistemas energéticos e inovações tecnológicas de ponta menos poluentes, produtos com maior durabilidade que possam ser reutilizados, separados e reciclados, empregos duradouros, formação necessária para a transição e, por fim, uma indústria resiliente e competitiva a nível mundial. Para alcançar as metas a que se propõe, a UE adotou ações ao nível do clima, energia, agricultura, indústria, ambiente e oceanos, transportes, desenvolvimento truístico e regional e investigação e inovação.⁵

Dentro do PEE existem algumas iniciativas que são importantes de salientar tais como o Objetivo 55 e a Lei Europeia do Clima.

⁵https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt (acedido em 31/03/2022)

2.2.1. O Objetivo 55

Esta iniciativa consiste num conjunto de propostas destinadas a rever e a atualizar a legislação da UE de forma a alcançar as metas propostas para 2030 e, ainda, criar outras iniciativas que visam assegurar que as políticas da UE estão de acordo com os objetivos climáticos acordados. Com esta iniciativa, os países propõem-se a assegurar que a transição é feita de uma forma equitativa e socialmente justa, a ajudar a manter e a reforçar a inovação e a competitividade da indústria no seio da UE e a apoiar a posição de liderança da UE no combate às alterações climáticas.

Este projeto engloba as propostas legislativas e iniciativas políticas seguintes:⁶

- Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE;
- Metas de redução das emissões dos Estados Membros;
- Reforçar o contributo do setor do uso do solo, da alteração do uso do solo e das florestas;
- Revisão da Diretiva de Energias Renováveis;
- Revisão da Diretiva da Eficiência Energética;
- Revisão da legislação relativa à aceleração e criação de infraestruturas de carregamento e abastecimento de veículos com combustíveis alternativos;
- Normas de emissão de CO₂ para veículos ligeiros;
- Revisão da Diretiva relativa à tributação dos produtos energéticos e da eletricidade;
- Mecanismo de ajustamento carbónico transfronteiriço, de modo a evitar que os esforços de redução das emissões exercidos pela UE não sejam anulados pelo excesso de emissões de países externos;
- Combustíveis sustentáveis para a aviação;
- Combustíveis mais ecológicos para os transportes marítimos;
- Fundo Social para o Clima, para fazer face aos impactos sociais do Sistema de Comércio de Emissões.

⁶<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/> (acedido em 04/04/2022)

2.2.2. A Lei Europeia do Clima

A Lei Europeia do Clima, Regulamento 2021/1119, tem como objetivo transformar os objetivos definidos no PEE numa obrigação legal vinculativa. Visa assim garantir que todas as políticas da UE são conduzidas no sentido de concretizar a aplicação do Acordo de Paris e que todos os setores da economia e da sociedade desempenham o seu papel.

Assim sendo, esta lei tem como objetivos: i) definir, a longo prazo, o caminho a seguir para atingir o objetivo da neutralidade carbónica até 2050, tendo sempre em consideração a equidade social e económica, ii) definir uma meta mais ambiciosa a alcançar até 2030, iii) criar um sistema de monitorização do progresso das medidas e, caso seja necessário reforçá-las, iv) fornecer alguma previsibilidade para os investidores e outros agentes económicos, e v) garantir que a transição para a neutralidade climática seja um processo irreversível (Comissão Europeia, 2021).

3. Respostas Nacionais às Alterações Climáticas

Além das ações levadas a cabo a nível internacional na luta contra as alterações climáticas, é importante salientar que também ao nível nacional têm sido criados alguns mecanismos para dar resposta a este fenómeno, tais como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a Lei do Clima Portuguesa.

3.1. O Plano de Recuperação e Resiliência

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional integrado no *Next Generation EU*, criado pelo Conselho Europeu, com o objetivo de mitigar os impactos económicos e sociais da crise, assegurando um crescimento sustentável e capaz de dar respostas às transições climática e digital. Este é composto por três dimensões, a Resiliência, a Transição Digital e a Transição Climática, no entanto apenas focarei nesta última.

A dimensão da Transição Climática visa apoiar, mais uma vez, o alcance da meta de neutralidade carbónica definida para 2050, considerando as seis áreas de intervenção seguintes: mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia sustentável, eficiência energética em edifícios e energias renováveis.⁷

⁷ <https://recuperarportugal.gov.pt/transicao-climatica/> (acedido em 05/04/2022)

O investimento nesta dimensão representa cerca de 18% do montante total de investimento previsto no PRR português e tem como principais objetivos: i) apoiar a aquisição de frotas de transportes públicos limpos e os respetivos postos de carregamento/abastecimento, ii) contribuir para a redução de 55% das emissões de CO2 até 2030, iii) colaborar no sentido de atingir a neutralidade carbónica, e iv) atribuir 100 mil vales a famílias que se encontrem em situação de pobreza energética para que estes encontrem soluções mais eficientes neste âmbito (Ministério do Planeamento, 2021).

3.2. A Lei do Clima Portuguesa

A Lei do Clima Portuguesa, Lei nº98/2021, de dezembro, define as bases de política do clima e reconhece a situação de urgência climática que vivenciamos. Nesta lei, o Estado português compromete-se a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, estudando a possibilidade de antecipar a concretização desta meta para 2045.

De forma a permitir aos cidadãos e à Sociedade Civil monitorizar a sua ação climática, o Governo criou, ao abrigo da presente lei, uma ferramenta digital denominada de “Portal de Ação Climática”. Nesta é possível verificar a quantidade de emissões de GEE e respetivos setores que contribuem para as mesmas, o progresso das metas definidas, as fontes de financiamento disponíveis, tanto a nível nacional como internacional, para cumprir as estratégias de mitigação e de adaptação face às alterações climáticas, os estudos e projetos de investigação que estão a ser desenvolvidos e os projetos de cooperação internacional neste âmbito (Assembleia da República, 2021).

Desta forma, a Assembleia da República preparou uma série de instrumentos de planeamento com vista à mitigação das alterações climáticas, tais como a Estratégia de Longo Prazo que estabelece um guião da política climática para um período de 30 anos, os Orçamentos de Carbono, que estabelecem um limite de 5 anos de emissões de GEE, e o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), que adota a estratégia de política climática ao nível nacional por um período de 10 anos.

No que respeita à adaptação às alterações climáticas é definida uma Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), por um período de 10 anos, tendo em conta a adaptação do território, das comunidades e das atividades económicas e sociais relativamente aos riscos e impactos provocados pelas mesmas (Assembleia da República, 2021).

Além destas estratégias ainda são apresentadas algumas medidas que visam aumentar o sequestro de carbono da floresta e a redução do risco do incêndio rural, de forma a promover uma floresta sustentável e resiliente. Destacam-se a reflorestação, a prevenção e combate a incêndios rurais, ações de reconversão da floresta e transformação da paisagem, entre outras (Assembleia da República, 2021).

Esta lei reserva ainda uma secção relativa ao financiamento sustentável, estabelecendo que as políticas financeiras, de gestão financeira e de apoio à capitalização e contração de empréstimos devem ser orientadas por determinados princípios no que à matéria climática diz respeito.

4. A Solução Via Gestão Sustentável ⁸

Atualmente, considerando os problemas ambientais que foram surgindo e as consequências resultantes das alterações climáticas, são cada vez mais as empresas que se preocupam com as questões ambientais e as inserem no seu quotidiano. Perante este problema uma das soluções passa pela Gestão Sustentável.

4.1. Gestão Tradicional Versus Gestão Sustentável

A Gestão Tradicional propriamente dita considera que os negócios e a sustentabilidade são duas áreas que não combinam. Nesta perspetiva, para as empresas apenas importam os interesses económicos, tais como o lucro, a participação no mercado ou o valor para o acionista. Assim, os aspetos sociais e ambientais não são tidos em consideração pelas empresas.

Por conseguinte, surgiu o conceito de Gestão Sustentável, que se subdivide ainda em 3 tipos, a Gestão Sustentável 1.0, onde se encontram atualmente a maioria das empresas, a Gestão Sustentável 2.0 e a Gestão Sustentável 3.0.

Na Gestão Sustentável 1.0, as empresas apresentam algumas preocupações ao nível social e ambiental, no entanto o seu objetivo principal continua a ser a obtenção e maximização de lucro. Ainda assim reconhecem que a prática de uma gestão sustentável possibilita redução dos custos e melhoria da atratividade, o que lhes permite diferenciar-se dos seus concorrentes. Assim, a sustentabilidade é vista como um meio para alcançar um

⁸ Na redação desta secção utilizei fundamentalmente informação interna

fim, que neste caso será o sucesso económico, sem, no entanto, descorar as oportunidades e os riscos provenientes das questões sociais e ecológicas.

No que respeita à Gestão Sustentável 2.0, as empresas começam a repensar o objetivo unilateral de maximizar o lucro, considerando que para a criação de valor é necessária uma abordagem tripla, isto é, para criar valor é importante considerar não só os fatores económicos, mas também os sociais e os ambientais. Para alcançar os objetivos, as empresas implementam estratégias e planos de sustentabilidade através da utilização de sistemas de gestão sustentáveis e da elaboração de relatórios.

Até aqui, as abordagens apresentadas partilham a ideia de uma visão de dentro para fora, no entanto, surge uma abordagem com um conceito de visão de fora para dentro: a Gestão Sustentável 3.0, não se concentrando em reduzir os efeitos negativos, mas sim em tentar criar efeitos positivos. Nesta abordagem, as empresas analisam os desafios existentes e tentam colmatá-los através dos recursos que dispõe, ou seja, tentam desempenhar um papel ativo na contribuição das questões da sustentabilidade ao nível mundial. Assim, alinham os objetivos sustentáveis da própria empresa com os objetivos propostos ao nível mundial.

4.2. Vantagens da Gestão Sustentável

Implementar práticas de gestão sustentável a fim de combater os efeitos nefastos das alterações climáticas, confere algumas vantagens para as empresas, tais como: i) redução dos custos através da redução do desperdício e utilização de energias mais eficientes e renováveis, ii) melhoria dos processos de inovação que levam a práticas mais eficientes e sustentáveis e a uma maior motivação por parte dos colaboradores, iii) melhoria do preço dos produtos dado que as empresas passam a oferecer soluções mais sustentáveis e com um prémio de preço sobre os produtos mais tradicionais, e iv) maior reputação da empresa, visto que passa a ser mais valorizada tanto pelos seus parceiros como pela banca (se a empresa tem uma maior reputação apresenta um menor risco e portanto menores serão os custos de financiamento).

4.3. Critério ESG

A criação de valor, como já foi referido, resulta da interação entre os temas económicos, ambientais, sociais e de governação, sendo importante esclarecer o conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance).

O critério ESG auxilia as empresas a medirem os impactos sociais e ambientais dos seus investimentos, isto é, consiste num processo de avaliação no qual se aplicam fatores não financeiros à análise efetuada por um gestor, de forma a identificar os riscos materiais e as oportunidades de crescimento (Angelova et al., 2021).

Assim, para a criação de valor salientam-se, ao nível económico, medidas como a promoção da criação de emprego decente, distribuição da riqueza pelos diferentes *stakeholders* da sociedade, identificação de novos produtos e serviços verdes e circulares, melhoria da produtividade e a inovação verde e circular.

Destacando agora as dimensões do critério ESG, a dimensão ambiental (E) mede o impacto de uma empresa nos ecossistemas, nomeadamente ao nível de emissões, por exemplo de GEE, ao nível da utilização eficiente dos recursos naturais no processo de produção, por exemplo, em termos de energia e água, ao nível da poluição e dos resíduos, como derrames, e utilização de tecnologias mais eficientes para a conceção ecológica dos seus produtos (Matos, 2020).

A dimensão social (S) relaciona-se com as relações de uma empresa com a sua força de trabalho, os seus clientes e a sociedade no geral. Nesta estão incluídos os esforços de forma a manter os trabalhadores leais, por exemplo, garantir a qualidade do emprego, garantir saúde e segurança no trabalho, promover a sua formação e desenvolvimento e promover a satisfação dos clientes, através da oferta de bens e serviços de qualidade. Salienta-se ainda a necessidade de respeito pelos Direitos Humanos e a igualdade de oportunidades, assim como a promoção de uma sociedade mais justa e melhor qualidade de vida (Matos, 2020).

Por fim, a dimensão Governança (G) captura os sistemas em vigor para a gestão atuar com vista ao melhor interesse dos seus acionistas a longo prazo, salvaguardando os seus direitos, possuindo gestores e administradores isentos e responsáveis, respeitando a legislação, adotando regras internas de comportamento, evitando práticas ilegais, como fraudes e subornos e, por fim, adotando uma política de sustentabilidade da responsabilidade do Conselho de Administração (Matos, 2020).

De acordo com a 3ª edição do estudo “Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho?” da Ernst & Young Global Limited, os temas ESG devem integrar a estratégia, a cultura e o propósito das empresas, tornando-se uma base de diferenciação do mercado, visto

que se não se adaptarem rapidamente terão impactos ao nível do seu negócio. Em Portugal, os consumidores estão cada vez mais preocupados com estas questões, sendo que, segundo este estudo, 65% prioriza o meio ambiente e a questão das alterações climáticas na forma como vive e nos produtos que consome e 50% está mais propensa a comprar produtos cujas marcas divulguem os seus impactos ao nível ambiental e social. Além disto, cerca de 68% dos funcionários consideram a mudança de emprego para empresas com maiores preocupações ao nível social (Ernest & Young Global Limited, 2022).

Assim sendo, as empresas que vingarão no futuro são as que conseguirem crescer e orientar o seu negócio de acordo com os fatores ESG, demonstrando capacidade de impactar as cadeias de valor, as indústrias e os ecossistemas.

4.4. Reporte de Informação Não Financeira

Tendo em conta o aumento da relevância destas questões, foi aprovado, em 2017, o Decreto de Lei nº 89/2017, de agosto, que obriga as empresas a reportar a informação não financeira, relativamente às áreas social, ambiental e de governo societário, de forma a se poder analisar o seu desempenho e impacto na sociedade.

Assim, as grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham um estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais 500 trabalhadores, estão obrigadas a apresentar anualmente uma demonstração não financeira, que deve ser incluída no seu relatório de gestão ou num relatório separado. Esta deve conter informações não financeiras suficientes de modo a permitir a compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades relativamente às questões ambientais, sociais, dos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno. No caso de a empresa não aplicar medidas relativamente a uma destas questões deve justificar com uma explicação clara e fundamentada (RP, 2017).

5. O Papel do Setor Financeiro

5.1. *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

Os mercados financeiros necessitam de informação clara, abrangente e de alta qualidade acerca dos impactos das alterações climáticas, de forma a que as empresas possam estar preparadas e adotem procedimentos para a sua mitigação. Os investidores precisam de saber de que forma a empresa se está a antecipar e a adaptar face às mudanças climáticas.

Os bancos necessitam de compreender a sua exposição ao risco climático e de que forma é que o podem minimizar. Assim, de forma a auxiliar as empresas financeiras e não financeiras a avaliar adequadamente os riscos e oportunidades relacionadas com o clima e a fixar o seu preço, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) criou a *Task Force* sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD) (Nisanci, 2021).

Os membros integrantes da TCFD foram selecionados pelo FSB e incluem grandes bancos, seguradoras, gestores de ativos, fundos de pensões, grandes empresas não financeiras, empresas de contabilidade e consultoria e empresas de notação de crédito.

Ainda que se reconheça que os efeitos da emissão excessiva de GEE e do aumento do efeito de estufa terão impactos significativos em termos económicos e sociais, é difícil prever quando acontecerão e a sua gravidade, o que torna desafiante a tomada de decisões económicas. Isto leva a que muitas organizações considerem apenas que os impactos se vão fazer sentir a longo prazo, tomando muitas vezes decisões erradas. Então, esta *Task Force* desenvolveu 4 recomendações sobre divulgações financeiras relacionadas com o clima, amplamente aplicáveis a todos os setores e jurisdições, aplicando-se também a organizações do setor financeiro, tais como bancos, seguradoras, gestores de ativos e proprietários de ativos. Estas recomendações foram desenvolvidas em torno de diversas áreas consideradas centrais na forma como as empresas operam, nomeadamente governação, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas. A governação está relacionada com a governação da organização em torno dos riscos e oportunidades relacionados com o clima. A estratégia foca-se nos impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades relacionados com o clima nos negócios, na estratégia e no planeamento financeiro da organização. A gestão de riscos considera os processos utilizados pela organização para identificar, avaliar e fazer a gestão de riscos relacionados com o clima. Por fim, as métricas e metas são utilizadas para avaliar e gerir os riscos e oportunidades relevantes relacionados com o clima (Nisanci, 2021).

A TCFD recomenda ainda que as empresas realizem uma análise de cenários, ou seja, que tenham em conta na sua estratégia diferentes cenários relacionados com o clima. As empresas devem descrever de que forma é que as suas estratégias podem fazer face aos riscos e oportunidades representados pelas alterações climáticas. Esta ferramenta torna-se útil para realizar previsões, como forma de as empresas anteciparem ocorrências futuras caso as tendências observadas se verificarem (Nisanci, 2021).

5.2. Riscos Relacionados com o Clima

Para as instituições financeiras, incluindo os bancos, é crucial entender os riscos financeiros resultantes das mudanças climáticas, de forma a minimizá-los. Assim, a TCFD divide estes riscos em 2 categorias: riscos físicos e riscos de transição.

Os riscos físicos traduzem-se nos riscos que resultam de eventos relacionados com as mudanças climáticas e que podem ser orientados a eventos (agudos), como secas, inundações ou furacões, ou em mudanças de longo prazo (crónicas), como o aumento sustentado das temperaturas, que pode originar a subida do nível do mar e alterações nos padrões climáticos. Estes podem ter grandes implicações financeiras, como danos diretos ao ativo e impactos indiretos na interrupção da cadeia de abastecimento das organizações. Além disto, podem ainda originar mudanças na disponibilidade, abastecimento e qualidade da água, comida segura e mudanças extremas na temperatura que vão afetar as instalações, as operações, a cadeia de valor, as necessidades de transporte e segurança dos funcionários e, por sua vez, o desempenho global das organizações (TCFD, 2017).

Os riscos de transição constituem os riscos financeiros que resultam do processo de ajustamento da economia no sentido de se tornar uma economia com baixo teor de carbono. Mudanças político-legais, tecnológicas e de mercado para responder aos requisitos de adaptação e mitigação climática, podem levar a uma reavaliação do valor de uma variedade de ativos à medida que os custos de mudança e as oportunidades se tornam evidentes. A natureza, velocidade e foco destas mudanças torna-se importante para a estabilidade financeira, segurança e solidez das empresas, assim como para a sua reputação. As ações políticas em torno das ações climáticas continuam a aumentar no sentido de se adaptar ou mitigar as alterações climáticas, por exemplo, mecanismos de fixação do preço de carbono para reduzir as emissões de GEE, utilizando fontes de energia com emissões mais baixas. Tem-se verificado ainda um aumento dos litígios relacionados com o clima que são apresentados pelos proprietários de propriedades, municípios, Estados, seguradoras, acionistas e organizações de interesse público aos tribunais, motivados pelo fracasso das organizações na mitigação das alterações climáticas, na sua incapacidade de se adaptarem às mesmas e na insuficiência da divulgação relacionada com os riscos financeiros materiais. Inovações tecnológicas que apoiam a transição para uma economia de baixo carbono podem impactar significativamente as organizações, por exemplo, o desenvolvimento e utilização de tecnologias emergentes como as energias renováveis afetará a competitividade das

mesmas, os seus custos de produção e distribuição e ainda a procura dos seus produtos e serviços. No entanto, o timing de desenvolvimento e implantação da tecnologia é considerado uma incerteza aquando a avaliação do risco tecnológico. O mercado pode ser afetado de diversas formas pelas alterações climáticas, apesar disso uma das formas mais comuns é através da mudança da oferta e da procura de certos produtos e serviços, dado que os riscos e oportunidades destas mudanças são cada vez mais tidos em consideração. Além disso, é ainda identificado outro risco, o risco de reputação devido à mudança das perceções dos clientes ou da comunidade em geral acerca da contribuição de determinada organização para a transição para uma economia de baixo carbono (TCFD, 2017).

5.3. Oportunidades Relacionadas com o Clima

Os esforços para a adaptação e mitigação às alterações climáticas constituem oportunidades para as organizações, nomeadamente através da melhoria da eficiência dos recursos e da poupança de custos, da adoção de energia com baixas emissões, do desenvolvimento de novos produtos e serviços, do acesso a novos mercados e da construção e resiliência ao longo da cadeia de abastecimento. Através da inovação é possível assistir a uma melhoria da eficiência dos processos de produção e distribuição, edifícios, equipamentos e transportes. Assim, as empresas conseguem reduzir os seus custos operacionais e a médio-longo prazo podem contribuir para reduzir as emissões de GEE. Atualmente, cada vez mais as organizações optam por fontes de energia renováveis, tais como do vento, solar, ondas, marés, hidro, geotermia, nuclear, biocombustíveis e captura e armazenamento de carbono, que proporcionam uma rápida redução dos custos e ainda diminuição das emissões. Aquando da inovação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, as empresas têm cada vez mais atenção às emissões de CO₂, dando, por exemplo, maior ênfase à pegada de carbono de determinado produto. De forma a conseguir alcançar a transição para uma economia de baixo carbono, as empresas procuram constantemente oportunidades em novos mercados, de forma a conseguirem diversificar as suas atividades. Estas oportunidades podem surgir através de colaborações com os governos, bancos, pequenos empresários locais e grupos comunitários, assim como através da subscrição de títulos verdes ou infraestruturas. As entidades com capacidade adaptativa para responder às alterações climáticas e para gerir os riscos e oportunidades a estas associados originam o conceito de resiliência climática (TCFD, 2017).

6. A Agenda 2030

Em 2016, entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas. Esta agenda aborda as dimensões social, económica e ambiental e constitui um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade de forma a promover a paz, a justiça, a sustentabilidade ambiental e a igualdade. Cada país terá de elaborar um relatório anual, com diversos indicadores, onde dará conta do seu progresso (ONU, 2018).

Os 17 ODS adotados nesta agenda são os seguintes:

1. Erradicar a pobreza, em todas as suas formas em todos os lugares;
2. Erradicar a fome, segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade no interior dos países e entre países;
11. Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

De forma a observar a evolução na persecução dos objetivos, os países são avaliados através do SDG Index, numa pontuação de 0 a 100, onde 0 se refere à situação em que nenhum dos objetivos foi alcançado e 100 quando os 17 foram cumpridos. De acordo com a **figura 2.3**, relativa a dados de 2021 para este índice, a Finlândia encontra-se no topo deste ranking, com uma pontuação de 85,9, seguida da Suécia, Dinamarca, Alemanha e Bélgica.

Por oposição, no final da tabela encontram-se países como a República Centro-Africana com uma pontuação de 38,3, seguida do Sudão do Sul, Chade e Somália. Portugal, por sua vez, encontra-se na posição 27, com uma pontuação de 78,6, o que significa que já se encontra numa posição bastante favorável, no entanto, ainda existe uma margem considerável para progredir.⁹

Country	2021 SDG Index Score	2021 SDG Index Rank	Spillover
Finland	85,9	1	69,8
Sweden	85,6	2	67,1
Denmark	84,9	3	60,5
Germany	82,5	4	60,4
Belgium	82,2	5	62,0
Austria	82,1	6	59,5
Norway	82,0	7	58,7
France	81,7	8	55,9
Slovenia	81,6	9	60,8
Estonia	81,6	10	72,1
Netherlands	81,6	11	47,0
Czech Republic	81,4	12	67,8
Ireland	81,0	13	60,0
Croatia	80,4	14	84,8
Poland	80,2	15	83,6
Switzerland	80,1	16	41,7
United Kingdom	80,0	17	54,1
Japan	79,8	18	68,8
Slovak Republic	79,6	19	75,0
Spain	79,5	20	64,8
Canada	79,2	21	64,1
Latvia	79,2	22	72,1
New Zealand	79,1	23	70,8
Belarus	78,8	24	96,7
Hungary	78,8	25	80,0
Italy	78,8	26	71,2
Portugal	78,6	27	69,9
Korea, Rep.	78,6	28	71,6
Madagascar	49,0	159	99,5
Nigeria	48,9	160	98,9
Liberia	48,6	161	98,0
Somalia	45,6	162	100,0
Chad	40,9	163	99,8
South Sudan	38,9	164	99,9
Central African Repu	38,3	165	99,6

Figura 2.3 - Avaliação dos países segundo o SDG Index

Fonte: Achs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., Woelm, F. (2021) *The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021*. Cambridge: Cambridge University Press

⁹ <https://www.sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2021/> (acedido em 13/04/2022)

7. Recuperação Económica Verde

De forma a colmatar os impactos negativos da pandemia causada pela COVID-19, foram criadas algumas propostas de reformulação de políticas ambientais e fiscais para voltar a alcançar a prosperidade. As decisões tomadas atualmente para fazer face à pandemia podem impactar o ambiente e a saúde humana nas próximas décadas, tornando-se fundamental que os decisores económicos incluam nas suas decisões as questões ambientais. Isto vai afetar as emissões de GEE e o clima, por exemplo, se os preços da energia não forem revistos e se tornarem justos, o investimento adicional causado pelo estímulo será mal distribuído entre os setores de energia limpos e os mais poluentes (International Monetary Fund, 2020).

Deste modo, os decisores de política económica e fiscal devem proporcionar uma Recuperação Verde. Ainda que na fase inicial de contenção da crise seja mais difícil, dado que ninguém deve ser prejudicado em prol das questões climáticas, à medida que as economias comecem a estabilizar é necessário criar medidas que estimulem a procura agregada e o emprego (International Monetary Fund, 2020).

Cada país terá um cenário diferente, visto que é necessário ter em conta a sua capacidade para incorporar as questões climáticas nas suas políticas e os seus objetivos estabelecidos nesta área. No entanto, existem alguns princípios que podem auxiliar os decisores a tornar a resposta à COVID-19 mais verde, nomeadamente (International Monetary Fund, 2020):

- Optar por atividades verdes em vez das “castanhas”. Neste sentido, os financiamentos públicos poderão ter como foco o reforço de infraestruturas inteligentes do ponto de vista climático, como, por exemplo, modernizar a rede elétrica de transportes públicos, desenvolver e adotar tecnologias inteligentes do ponto de vista climático, como a captura de carbono, e evitar investimentos intensivos em carbono, tais como veículos com emissões elevadas destes gases.
- Condicionar o apoio às atividades “castanhas” no progresso do clima. O apoio para fazer face à crise prestado a indústrias e empresas com utilização intensiva em carbono poderá exigir um certo compromisso por parte das mesmas, tais como redução das emissões ou transição para uma economia de baixo carbono.
- Preço do carbono. O baixo preço do petróleo juntamente com a necessidade de reformulação das políticas fiscais proporciona o aumento do preço do carbono e a

eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis. É possível reforçar os impostos sobre o carbono através do incentivo à aquisição de veículos de emissões zero e melhorias de eficiência energética. Neste sentido, também o apoio prestado ao setor dos transportes não deve ser executado através de medidas que prejudiquem os objetivos do preço do carbono.

- Avaliar o impacto climático das medidas de apoio, tanto positivo como negativo, isto é, incorporar os riscos e oportunidades das alterações climáticas no Sistema Financeiro. Assim, as medidas ambientais não devem ser relaxadas, devendo os países optar por um orçamento verde, integrando no mesmo as dimensões ambiental e climática.
- Tornar o Financiamento Verde, isto é, considerar o financiamento das despesas adicionais com o clima através de obrigações verdes, mobilizar o investimento privado para investimentos verdes e exigir aos bancos que revelem as questões climáticas na sua carteira.
- Desenvolver um novo plano climático ambicioso e a médio-prazo. Os ministérios das finanças poderão trabalhar em conjunto com outros ministérios a fim de apresentar um plano de emissões revisto e alinhado com as novas perspetivas e políticas do seu país.
- Coordenar e apoiar os outros, ou seja, agir como uma comunidade internacional. Por exemplo, países com objetivos semelhantes poderiam combinar um preço para o carbono ou aumentar o apoio aos países menos desenvolvidos como forma de ajudar na redução das suas emissões.
- Criação de empregos verdes.

8. O Papel dos Bancos na Promoção da Economia Verde e da Neutralidade Carbónica

Ao longo dos últimos anos, a questão ambiental tem vindo a ganhar destaque no setor financeiro, dado que estes dois se relacionam num processo circular. Isto é, a sustentabilidade ambiental só pode ser alcançada através do empenho do setor financeiro e a estabilidade financeira apenas pode ser alcançada num contexto de crescimento ambientalmente sustentável (Aragão et al., 2020).

Para atingir a neutralidade carbónica e uma economia verde é fundamental que os bancos alinhem os fluxos de capital com este objetivo, praticando assim um financiamento

sustentável. Este vai permitir a prossecução dos objetivos económicos, de inclusão social e de regeneração ambiental, possibilitando o fecho da lacuna existente no financiamento do desenvolvimento sustentável e a proteção do sistema financeiro dos impactos das alterações climáticas. O financiamento sustentável é então definido, pela Comissão Europeia (2018), como

Um processo pelo qual se integram devidamente as considerações ambientais e sociais na tomada de decisões de investimento, conduzindo a um maior investimento em atividades sustentáveis e de longo prazo. Mais especificamente, as questões ambientais estão relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, bem como com o ambiente em termos mais alargados e com os riscos relacionados.

8.1. Plano de Ação: Financiar um Crescimento Sustentável

No sentido de promover as Finanças Sustentáveis, a Comissão Europeia criou, em 2018, o Plano de Ação: Financiar um Crescimento Sustentável, cujos objetivos são: i) reorientar os fluxos de capitais para investimentos sustentáveis, a fim de assegurar um crescimento sustentável e inclusivo, ii) gerir os riscos financeiros decorrentes das alterações climáticas, do esgotamento dos recursos, da degradação do ambiente e das questões sociais, e iii) promover a transparência e a visão de longo prazo nas atividades económicas e financeiras (Comissão Europeia, 2018).

a. Reorientar os fluxos de capitais para investimentos sustentáveis

Entre os investidores ainda não se tornou claro o que é efetivamente um investimento sustentável, o que se torna prejudicial, resultando num défice colossal no que respeita ao investimento de infraestruturas de transporte e energia e na gestão dos recursos. Isto constitui um entrave ao investimento em infraestruturas para dar resposta às questões sociais da desigualdade e inclusão (Comissão Europeia, 2018).

A UE está empenhada na transição para uma economia mais verde, como forma de reduzir a pegada ambiental do planeta e erradicar as desigualdades, comprometendo-se a destinar 20% do orçamento a medidas relacionadas com o clima (Comissão Europeia, 2018).

b. Gerir os riscos financeiros decorrentes das alterações climáticas, do esgotamento dos recursos, da degradação do ambiente e das questões sociais

Incluir objetivos ambientais e sociais no processo de tomada de decisões financeiras visa mitigar os impactos financeiros resultantes dos riscos sociais e ambientais. Para os bancos isto torna-se essencial, uma vez que estes estarão mais expostos a eventuais perdas resultantes da menor rentabilidade das empresas clientes. Isto acontece, visto que quanto

mais as empresas estiverem expostas aos riscos das alterações climáticas ou quanto mais dependes forem de recursos naturais escassos, menor será a sua rentabilidade. Segundo este relatório cerca de metade da exposição ao risco dos bancos localizados na área euro está, quer direta, quer indiretamente ligada aos riscos provenientes das alterações climáticas (Comissão Europeia, 2018).

Também os fatores de cariz social, tais como condições laborais precárias, podem impactar as instituições financeiras, nomeadamente em termos de riscos jurídicos, visto que o não cumprimento destas condições por parte das empresas afeta negativamente a sua reputação, podendo originar perdas financeiras (Comissão Europeia, 2018).

c. Promover a transparência e a visão de longo prazo nas atividades económicas e financeiras

Para gerir os riscos e avaliar, de forma adequada, a criação de valor a longo prazo é necessário que exista transparência nas empresas no que respeita às questões da sustentabilidade, o que permitirá assegurar a informação dos participantes no mercado e auxiliar as empresas a executarem uma trajetória mais sustentável e de longo prazo. Nesta perspetiva, a sustentabilidade e visão de longo prazo são indissociáveis, uma vez que o investimento com objetivos sociais e ambientais exige uma orientação a longo prazo (Comissão Europeia, 2018).

Tendo em conta estes objetivos, o plano de ação é constituído por 10 ações para os alcançar:

1. Estabelecer um sistema de classificação da UE para as atividades sustentáveis

O estabelecimento de um sistema comum de classificação, ou uma Taxonomia, comum para toda a UE vai permitir perceber com maior clareza as atividades que são consideradas sustentáveis. Esta é a ação prioritária. Neste sentido, a Comissão Europeia apresentará informações pormenorizadas acerca dos setores e atividades adequados, permitindo fornecer maior informação aos investidores que pretendem investir nestes setores (Comissão Europeia, 2018).

2. Criação de normas e rótulos para produtos financeiros “verdes”

As normas e rótulos criados para os produtos financeiros sustentáveis terão por base a Taxonomia da UE e visam proteger a integridade e fomentar a confiança nos mercados financeiros sustentáveis. Esta ação torna-se especialmente útil para os pequenos

investidores, visto que estes cada vez mais procuram que os seus investimentos tenham em conta questões de ordem climática, ambiental e social (Comissão Europeia, 2018).

A procura por produtos financeiros verdes como Green Bonds, Social Bonds, Sustainable Bonds, Green Loans, Sustainable Investment Funds, Green Mortgages e Blended Finance torna-se cada vez mais frequente no mercado europeu, com tendência a aumentar.

3. Promover o investimento em projetos sustentáveis

A transição para uma economia mais sustentável passa pela mobilização de capital privado para projetos mais sustentáveis, principalmente infraestruturas, que representam grande parte das emissões de GEE, para que estes se passem a associar aos fundos públicos (Comissão Europeia, 2018).

4. Incorporar a sustentabilidade na prestação de aconselhamento financeiro

As empresas de investimento e de mediação de seguros são obrigadas a fornecer produtos adequados às necessidades dos seus clientes, avaliando os objetivos do investimento e a sua tolerância ao risco. No entanto, as questões da sustentabilidade não são, na maioria das vezes, preferenciais quer para os investidores, quer para os beneficiários, decorando a sua importância quando é efetuado o aconselhamento (Comissão Europeia, 2018).

5. Desenvolver referenciais de sustentabilidade

Os referenciais são “índices que desempenham um papel central na formação dos preços dos instrumentos financeiros e de outros ativos relevantes, que permitem aos investidores seguir e medir os diferentes desempenhos e afetar os seus ativos em conformidade” (Comissão Europeia, 2018).

Os fornecedores destes índices têm vindo a desenvolver referenciais ESG para englobar os objetivos de sustentabilidade, no entanto, é ainda necessário desenvolver metodologias mais sólidas e transparentes a fim de reduzir os riscos de marketing enganoso sob pretexto da utilização de fatores verdes (Comissão Europeia, 2018).

6. Integrar melhor a sustentabilidade nas notações e nos estudos e mercado

Nos últimos anos têm-se assistido a um aumento da preocupação da integração dos fatores ESG na avaliação do desempenho, por parte das empresas, dos fornecedores de estudo de mercado e das agências de notação de risco de crédito, contribuindo para uma melhoria do fluxo de informação e para uma afetação mais sustentável dos capitais. Ainda

assim é necessário perceber em que medida as agências de notação de risco de crédito estão a integrar os fatores de sustentabilidade (Comissão Europeia, 2018).

7. Esclarecer os deveres dos investidores institucionais e dos gestores de ativos

Os investidores institucionais e os gestores de ativos, muitas das vezes, ainda não consideram os fatores e riscos da sustentabilidade quando realizam investimentos. Consequentemente, não divulgam também para os seus clientes de que forma consideram esses fatores, que, por conseguinte, não recebem toda a informação necessária em termos de sustentabilidade para proceder à tomada de decisões (Comissão Europeia, 2018).

8. Incorporar a sustentabilidade nos requisitos prudenciais

Os bancos, companhias de seguros e fundos de pensões são a principal fonte de financiamento externo para a economia europeia e constituem um importante canal das poupanças para investimento. Ainda assim, podem ser expostos aos riscos ligados a um desenvolvimento económico sustentável. Isto exige uma maior ponderação dos riscos associados às alterações climáticas e outros fatores ambientais. Além disto, é necessário ter em atenção o impacto negativo que os empréstimos bancários, as atividades de investimento e outras atividades para o financiamento sustentável têm na Europa (Comissão Europeia, 2018).

9. Reforçar as divulgações e as regras contabilísticas em matéria de sustentabilidade

De forma a permitir aos investidores e às partes interessadas avaliar a criação de valor a longo prazo e a exposição ao risco das empresas, estas comunicam informações relativamente às questões da sustentabilidade (Comissão Europeia, 2018).

No que respeita ao setor financeiro é importante reforçar a transparência dos gestores de ativos e dos investidores institucionais no que respeita à divulgação relativamente à forma como são considerados os riscos de sustentabilidade e a sua exposição aos riscos provenientes das alterações climáticas (Comissão Europeia, 2018).

Além disto, torna-se essencial garantir que as normas contabilísticas em vigor não desencorajam direta ou indiretamente os investimentos em setores sustentáveis e a longo prazo (Comissão Europeia, 2018).

10. Promover um governo sustentável das empresas e atenuar a visão de curto prazo nos mercados de capitais

Promover um governo das sociedades comerciais mais propício a investimentos sustentáveis permite que as empresas adotem medidas necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias, reforcem os seus modelos de negócio e, por conseguinte, melhorem o seu desempenho e as suas práticas de gestão de riscos e competitividade (Comissão Europeia, 2018).

Os gestores das empresas podem estar excessivamente focados no desempenho de curto prazo, descurando as questões da sustentabilidade ambiental e social, o que poderá favorecer uma exposição desnecessária aos riscos de sustentabilidade a longo prazo (Comissão Europeia, 2018).

8.2. Taxonomia da União Europeia

Como já foi referido, criar uma Taxonomia ao nível da União Europeia, que permita aos países membros entender com clareza quais são as atividades sustentáveis, é uma medida prioritária, uma vez que é necessário existir um consenso nesta área para que possam ser implementadas as restantes ações do Plano de Ação da CE. Assim, de acordo com a Comissão Europeia (2018), uma atividade é considerável sustentável quando cumulativamente é uma atividade que contribui substancialmente para um ou mais objetivos ambientais, quando não prejudica significativamente nenhum destes mesmos objetivos, quando é exercida em conformidade com os critérios mínimos sociais e satisfaz os critérios técnicos definidos na Taxonomia.

A Taxonomia vai permitir às empresas, promotores de projetos e emissores identificar quais os ativos que podem usufruir de investimentos através dos fundos verdes ou sustentáveis, para melhorar o seu desempenho ambiental, e também identificar quais as atividades que são amigas do ambiente. Além disto, vai permitir aos investidores compreender o grau de sustentabilidade dos respetivos portfólios, fornecer aos agentes económicos e investidores a informação necessária para que possam tomar decisões relativamente ao investimento baseadas na sustentabilidade de longo prazo, impedir que alguns produtos e atividades sejam promovidos como produtos verdes quando os seus impactos ambientais são negativos e auxiliar na consideração das questões da sustentabilidade na fixação do valor dos ativos (Aragão et al., 2020).

Dada a complexidade de execução desta ação, a CE propõe que esta seja executada por etapas, iniciando-se pelas atividades de mitigação e adaptação às alterações climáticas, passando posteriormente à criação da Taxonomia para as restantes atividades ambientais e

sociais. A execução inicia-se com a apresentação de uma proposta legislativa, seguida da criação de um grupo técnico de peritos em financiamento sustentável, que posteriormente publicarão um relatório baseado na consulta das partes interessadas (Aragão et al., 2020).

Caso não existisse a criação de uma Taxonomia comum e cada país optasse por criar rótulos para os produtos financeiros, apenas do seu próprio país, as consequências negativas seriam evidentes. Em primeiro lugar, agravaria as barreiras ao funcionamento do mercado único, proporcionando uma fragmentação do mercado, originando diversos problemas ao nível da concorrência que se revelariam prejudiciais aos investidores e operadores económicos. Estas barreiras adicionais e a fragmentação do mercado, desincentivariam os investimentos transfronteiriços, aumentando os custos de informação para os investidores e a dificuldade em atrair capital para investimentos sustentáveis por parte dos operadores económicos. Por conseguinte, existiriam diferenças bastante acentuadas ao nível regulatório (Aragão et al., 2020).

Tendo em conta o objetivo de atenuação das alteações climáticas, os setores com uma maior pegada ao nível das emissões foram considerados prioritários na implementação da Taxonomia. Assim, são cobertos pela Taxonomia os setores da eletricidade, gás, vapor e ar condicionado, agricultura e floresta, manufatura, transportes, edifícios, água, sistema de esgotos e resíduos e tecnologias da informação e comunicação (Comissão Europeia, 2020).

O Regulamento da Taxonomia, Regulamento (UE) 2020/852, estabelece 3 grupos de utilizadores da mesma, os participantes do mercado financeiro que oferecem produtos financeiros dentro da UE, as grandes empresas obrigadas a divulgar informação não financeira ao abrigo da Diretiva Não – Financeira e, a UE e os seus estados membros quando estabelecem medidas, normas ou rótulos públicos para produtos financeiros verdes (Parlamento Europeu & Conselho Europeu, 2020).

9. As Finanças Sustentáveis em Portugal e no Crédito Agrícola

9.1. As Finanças Sustentáveis em Portugal

O conceito de Finanças Sustentáveis refere-se aos “investimentos financeiros que fluem para projetos e iniciativas de desenvolvimento sustentável, produtos ambientais e

políticas que incentivam o desenvolvimento de uma economia mais sustentável” (Höhne, Khosla, Fekete & Gilbert, 2012 apud Lindenberg, 2014).¹⁰

O aumento dos esforços no sentido de uma economia mais sustentável é notório, no entanto, ainda existe um caminho a percorrer para essa transformação. Os recursos públicos são ainda insuficientes, sendo necessário recorrer a fundos privados, que são igualmente escassos devido à existência de diversos constrangimentos microeconómicos, como assimetrias de informação ou dificuldade de internalizar as externalidades ambientais. As razões pelas quais o sistema financeiro atual não está a proporcionar o financiamento necessário para a transição da economia estão relacionados com o facto de não serem considerados no preço do carbono os custos externos das suas emissões e o facto de na maioria dos países ainda existirem fortes subsídios aos combustíveis fósseis, o que constitui um desincentivo ao investimento em energias renováveis. Para colmatar este problema, é necessário abolir os subsídios aos combustíveis fósseis e criar um sistema de comércio de emissões de carbono ou introduzir impostos sobre o mesmo (Berensmann & Lindenberg, 2016).

Além destes desafios gerais que se colocam à adoção de um sistema ecológico mais verde, existem ainda desafios relacionados com os diversos atores intervenientes, onde se incluem os bancos, os investidores institucionais, as instituições financeiras internacionais (IFI) e os bancos centrais e autoridades reguladoras (Berensmann & Lindenberg, 2016).

Relativamente aos bancos, tem-se verificado um aumento das medidas com o objetivo de mobilizar o financiamento para os setores mais sustentáveis e integrar medidas verdes no sistema bancário, tais como requisitos de empréstimo prioritário e financiamentos abaixo da taxa de mercado através das bonificações de taxas de juros. Contudo, é importante ter em conta os riscos que daqui advém (Berensmann & Lindenberg, 2016).

Grande parte do investimento verde é realizado pelos investidores institucionais, no entanto, estes enfrentam obstáculos. Por exemplo, o facto deste tipo de investimento não ser alvo de uma classificação por parte das agências de notação de risco, serem apenas realizados em pequena escala dado o número reduzido de projetos verdes e ainda o facto da

¹⁰ Tradução livre da autora. No original “Green finance is a broad term that can refer to financial investments flowing into sustainable development projects and initiatives, environmental products, and policies that encourage the development of a more sustainable economy” (Höhne, Khosla, Fekete & Gilbert, 2012 apud Lindenberg, 2014).

regulamentação em vigor limitar o investimento em projetos sustentáveis de longo prazo (Berensmann & Lindenberg, 2016).

As IFIs apoiam a transição para uma economia verde de 3 formas. Em primeiro lugar, são pioneiras no ensaio de novas formas de financiamento ao desenvolvimento sustentável. Em segundo lugar, apresentam um papel importante na mobilização e recanalização do capital institucional para investimentos verdes. E, por último, têm o objetivo de construir uma coligação de financiadores verdes a fim de reformar a governação financeira mundial para que esta esteja mais orientada para o desenvolvimento sustentável (Berensmann & Lindenberg, 2016).

O problema do défice de investimentos sustentáveis a longo prazo pode ser resolvido com a ajuda das autoridades reguladoras. As normas de diligência destinadas aos bancos e instituições financeiras podem englobar os riscos climáticos, impactando desta forma os investimentos (Berensmann & Lindenberg, 2016).

Para que as finanças se tornem cada vez mais verdes e sustentáveis, é necessário implementar um conjunto de medidas gerais aliadas a medidas estabelecidas por parte dos diversos atores públicos e privados. Segundo Berensmann & Lindenberg (2016), é necessário, melhorar a articulação entre as políticas financeiras e ambientais, assim como estabelecer diretrizes para o financiamento verde e monitorizá-las, tanto para ativos, como créditos bancários, obrigações e ativos garantidos para investidores institucionais. Torna-se essencial alargar as plataformas de construção de capacidades como, por exemplo, para discutir quais os efeitos que a transição para uma economia verde acarreta para os riscos de crédito. Além disto, os bancos devem acelerar os seus instrumentos financeiros verdes, tais como os requisitos de empréstimo prioritário. Os investidores institucionais devem incluir no seu relatório anual de que forma a sua política de investimento engloba os fatores ESG e qual a pegada de carbono. As IFI devem oferecer instrumentos de mitigação do risco e garantias de forma a mobilizar o capital privado para investimentos verdes. Os bancos centrais devem avaliar os efeitos da degradação ambiental, das alterações climáticas e da escassez dos recursos, assim como incorporar estes efeitos ambientais no seu relatório. Por fim, as entidades reguladoras devem também considerar estes riscos ambientais e ainda incluir exceções no que respeita ao capital e aos requisitos de liquidez para investimentos verdes.

9.1.1. Grupo de Reflexão

Neste sentido, em 2018, Portugal criou o Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável, constituído por 20 instituições representantes dos principais atores do setor financeiro e coordenado pelo Ministério do Ambiente e da Transição Energética em parceria com os Ministérios da Economia e das Finanças. Os membros deste grupo elaboraram um documento com linhas orientadoras para acelerar o financiamento sustentável em Portugal. O documento “Linhas de Orientação para Acelerar o Financiamento Sustentável em Portugal” engloba as recomendações seguintes (Grupo de Reflexão, 2019b):

1. Colocar o financiamento sustentável como uma prioridade da agenda de desenvolvimento de Portugal.
2. Criar um enquadramento favorável à inovação financeira e tecnológica orientada para a sustentabilidade.
3. Desenvolver uma política orçamental mais favorável à sustentabilidade.
4. Promover o mercado de produtos financeiros sustentáveis.
5. Incluir os temas ambientais, sociais e de governação nas decisões estratégicas e de gestão, bem como no dever fiduciário dos gestores.
6. Reforçar a integração dos riscos ambientais, sociais e de governação na monitorização da estabilidade financeira e nas diferentes vertentes da supervisão.

9.1.2. Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável

Os membros do Grupo de Reflexão subscreveram a “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável” (2019), que visa promover e desenvolver o financiamento sustentável. Esta carta engloba compromissos específicos para cada grupo de signatários, nomeadamente para o Ministério do Ambiente e da Transição Energética, para o Ministério da Economia, para o Ministério das Finanças, para o Banco de Portugal, para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), para as Instituições Financeiras, para a Euronext Lisboa, para a Associação Portuguesa de Bancos (APB), para a Associação Portuguesa de Seguradores (APS), para a Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM) e para a Associação Portuguesa de Fundos e Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Foca-se, agora, apenas nos compromissos assumidos pela banca juntamente com a Euronext Lisboa. As instituições financeiras, onde se inclui o Grupo Crédito Agrícola,

assumem o compromisso de promover o debate sobre o tema da sustentabilidade e os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação ao nível dos Conselhos de Administração, para que estes possam ser considerados na definição das estratégias. Comprometem-se a promover a formação dos seus colaboradores em matéria de financiamento sustentável, focando-se na análise de risco de crédito, produtos financeiros, área comercial e/ou produção. Responsabilizam-se por acompanhar a revisão dos critérios da PME líder e PME Excelência, incorporando de forma gradual o tema da sustentabilidade nesses mesmos critérios e por criar a possibilidade de existência de PME Verde ou PME Sustentável. Empenham-se em promover a integração gradual dos critérios ESG nas análises de financiamento e investimento. Por fim, comprometem-se em acompanhar e participar nos trabalhos futuros do Grupo de Reflexão (Grupo de Reflexão, 2019a).

a) Integração gradual dos critérios ESG nas análises de financiamento e investimento

Considerar os critérios ESG nas decisões de investimento revela-se uma alternativa ao investimento tradicional. Neste caso, considera-se que os investimentos têm de ser viáveis do ponto de vista económico, mas também atraentes no que aos seus impactos socioambientais respeita, isto é, um investimento consciente com perspetiva a mitigar os problemas ambientais e sociais existentes. Assim, os investidores responsáveis vão procurar reduzir ou evitar a exposição a investimentos com maiores riscos ESG e tenderão a influenciar as empresas de forma a torná-las mais favoráveis em termos de ESG, gerando benefícios positivos para a sociedade. (Matos, 2020)

Os riscos relacionados com os fatores ambientais e sociais associados ao setor financeiro são diversos, nomeadamente relativos ao cumprimento da lei (Gentry & Fernandez, 1997 apud Santos & Santos, n.d.), assim as locações, empréstimos ou investimentos podem falhar derivados da legislação ambiental (por exemplo, originando a perda de licenças ou encerramento da exploração) influenciando a atividade das empresas clientes dos bancos. A utilização de locais contaminados como garantia apresenta-se como outro risco, visto que afetará o valor do bem, isto acontece porque existirá um acréscimo de custos com a descontaminação. Além disso, podem existir riscos de reputação para os bancos caso efetuem negócios com empresas com problemas de ordem social e ambiental ou caso financiem projetos com impactos sociais e ambientais negativos (IFC, 2003; Ernst & Young, 2003; Barranik, 1998; Strandberg, 2005 apud Santos & Santos, n.d.)

A incorporação das questões ESG é motivada por uma mudança social, em virtude do número crescente de indivíduos que preferem atribuir a sua riqueza de uma forma sustentável, do aumento da regulamentação ao nível do investimento face à crise financeira global vivenciada, assim como da regulamentação prudencial que afeta os proprietários dos ativos e os gestores de investimento e pelas regras de divulgação de informação empresarial estabelecidas pelos governos e pelas bolsas de valores. Os investidores são também motivados a incorporar as considerações ESG nos seus processos de investimento por razões financeiras, com a expectativa que este investimento aumentará o retorno ou reduzirá o risco a longo prazo. (Matos, 2020)

O setor financeiro tem, assim, uma posição privilegiada no que respeita à integração da sustentabilidade na sociedade, nomeadamente ao nível ambiental e social, uma vez que os projetos que financiam têm impactos a este nível. Neste ponto de vista, os estudiosos salientam a necessidade de integrar os critérios ESG nas notações do risco de crédito e nas políticas de empréstimo adotadas pelas instituições financeiras (Attig, El Ghouli, Guedhami, 2013; Birindelli, Ferretti, Intonti, Iannuzzi, 2015; Zeidan, Boechar, Fleury, 2015 apud Devalle et al., 2017). A integração destes fatores na notação de risco ajuda a mitigar o mesmo, uma vez que os fatores ESG afetam os fluxos de caixa dos mutuários e a estimativa de risco de incumprimento da empresa.

Para conceder um crédito, os bancos baseiam-se num sistema de pontuação de crédito, onde englobam a probabilidade de incumprimento, a perda caso o incumprimento se verifique, a exposição ao risco de incumprimento e a sua maturidade. Isto é, geralmente os bancos recolhem essencialmente informação financeira de forma a avaliar a solvabilidade dos mutuários, no entanto, verifica-se uma tendência de aumento na implementação de notações sociais e de sustentabilidade na sua avaliação (Devalle et al., 2017). O objetivo deste sistema de notação é avaliar o risco de incumprimento do mutuário, devendo os riscos ambientais e sociais serem avaliados e integrados, por exemplo, no preço do crédito. (Weber, Fenchel e Scholz, 2005 apud Santos & Santos, n.d.)

Torna-se, então, essencial para as instituições financeiras, tais como os bancos, compreender a relação entre os aspetos ambientais e sociais e o desempenho económico dos principais setores para os quais fornecem capital. Com o apuramento dos riscos a que estão indiretamente expostos, é possível definir um conjunto de indicadores que permitam avaliar os clientes em termos ambientais e sociais para além dos aspetos financeiros.

9.1.3. EBA Action Plan on Sustainable Finance

O objetivo do Plano de Ação sobre as Finanças Sustentáveis da Autoridade Bancária Europeia (EBA) é delinear propostas acerca dos produtos e atividades relacionadas com os fatores e riscos ESG. Este destaca ainda algumas políticas relevantes sobre o tema, de forma a proporcionar às instituições financeiras alguma clareza quanto à direção política da EBA e as suas expectativas relativamente aos riscos ESG, que se dividem em 3 áreas de atuação, a estratégia e gestão do risco, a divulgação e a análise de cenários (EBA, 2019).

Os objetivos incluem: i) melhorar o quadro regulamentar de forma a que as empresas promovam as suas operações de uma forma sustentável a fim de contribuir para os ODS e gerir os riscos ESG, ii) introduzir considerações na estratégia e gestão dos riscos das empresas ao nível da sustentabilidade, iii) fornecer aos supervisores as ferramentas necessárias à sua compreensão e, iv) monitorizar e avaliar os riscos dos ESG quando realizam a supervisão (EBA, 2019).

As consequências das alterações climáticas e os riscos físicos e de transição associados, constituem um desafio para a gestão de riscos e para o processo de revisão da supervisão. Ao mesmo tempo, o Acordo de Paris e a Agenda 2030 originam mudanças políticas destinadas a reorientar os fluxos de capital para investimentos sustentáveis. A combinação desta reorientação dos fluxos de capital conjugada com o quadro de gestão do risco e com o objetivo de transparência e de longo prazo da atividade financeira e económica são alvo de especial atenção no setor financeiro e podem exigir uma mudança nas estratégias empresariais de algumas instituições financeiras. Assim, estas instituições terão de possuir métricas, estratégias e gestão de risco para fazer face a estas mudanças (EBA, 2019).

9.2. As Finanças Sustentáveis no Grupo Crédito Agrícola

9.2.1. Política de Sustentabilidade

O Grupo Crédito Agrícola desenvolve os seus produtos e serviços financeiros tendo em conta o desenvolvimento das comunidades, contribuindo assim para a criação e desenvolvimento de diversas atividades económicas. Contudo, reconhece-se que existem, derivados destas atividades, impactos ambientais e sociais negativos que devem ser minimizados ou até evitados sempre que seja possível. Posto isto, o Grupo pretende contribuir para um modelo económico mais verde, circular e socialmente inclusivo, através da canalização de investimentos e de capital para projetos que possibilitem a diminuição do

impacto ambiental das atividades económicas e diminuição da ocorrência de situações de exclusão social e desigualdade (Crédito Agrícola, 2020).

Neste âmbito, considera que sustentabilidade significa

Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, através de um conjunto de produtos financeiros que apoiam os clientes a reduzirem os seus impactes ambientais e sociais negativos, e a identificarem novas oportunidades de negócio mais verdes, mais circulares e mais respeitadoras da dignidade humana. (Crédito Agrícola, 2020)

É evidente que os seus valores de atuação assentam num propósito social e de desenvolvimento das comunidades locais, tendo como objetivos: i) satisfazer as necessidades e aspirações financeiras dos seus clientes, ii) reforçar o desenvolvimento das comunidades locais rurais, intermédias ou urbanas, iii) promover o investimento em projetos sustentáveis, iv) melhorar a relação com os seus clientes através de processos ágeis e da excelência na prestação dos seus serviços e, v) abordar oportunidades de negócio que evidenciam perspectivas de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos (Crédito Agrícola, 2020).

Tendo em conta que o seu foco inicial foi o apoio a agricultores, o Grupo reconhece como seu dever a preservação da natureza e dos ecossistemas, o uso eficiente dos recursos e o apoio no combate às alterações climáticas e às desigualdades sociais. Desta forma, transforma estes deveres em cerca de 19 compromissos que estão espelhados na sua política de sustentabilidade e que assentam na inclusão de questões ambientais, sociais e de governação na análise de risco dos investimentos realizados, nos produtos financeiros disponibilizados e nos empréstimos concedidos. De entre os seus compromissos destacam-se os seguintes: i) integrar o tema da sustentabilidade nos deveres fiduciários do Grupo, ii) evitar contribuir ou causar impactos sociais e ambientais negativos, iii) integrar os critérios ESG nas análises de financiamento e de investimento, iv) criar produtos e serviços financeiros que contribuam para uma economia mais verde e circular, v) incluir indicadores de desempenho, tanto ao nível individual como dos departamentos e metas associadas à sua Política de Sustentabilidade, vi) definir uma lista de setores e atividades para os quais o Grupo não irá fornecer serviços financeiros, e vii) encerrar o relacionamento com clientes e parceiros que não cumpram com os valores estabelecidos na sua Política de Sustentabilidade (Crédito Agrícola, 2020)..

Para conseguir honrar os seus compromissos, o Grupo compromete-se a realizar diversas *Task Force* para promover a mudança em áreas internas específicas, várias ações

de formação relacionadas com o tema, atualizar alguns normativos de acordo com a Política de Sustentabilidade implementada, recolher e analisar nova informação, publicar um relatório de sustentabilidade com mais informação e implementar um sistema de recolha dessa mesma informação, desenvolver novos produtos verdes e ainda incluir os riscos ambientais na análise de crédito a empresas (Crédito Agrícola, 2020).

A Política de Sustentabilidade tem em consideração a neutralidade carbónica definida no Acordo de Paris e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, priorizando os 5 seguintes: i) adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, ii) garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, iii) tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, iv) reduzir as desigualdades no interior de países e entre países e v) promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos. Neste sentido, promove junto dos seus colaboradores diversas formações *e-learning* nesta área (Crédito Agrícola, 2020). Considerando a importância que o ambiente representa para o Grupo Crédito Agrícola e a política de sustentabilidade que possui, este aderiu ao Act4nature Portugal assumindo compromissos relativamente aos ecossistemas e à biodiversidade que se encontram descritos na figura **2.4**.

Compromissos Individuais SMART *	Indicadores de Monitorização	Data Início fim
Integrar critérios relacionados com a biodiversidade na análise ESG (Environment, Social and Governance) da empresa	Resultados da aplicação dos critérios ESG relacionados com a biodiversidade	2020 - 2022
Integrar <i>task-forces</i> (TF), grupos de trabalho (GT) ou outro(s) equivalente(s) no âmbito da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas	Participação nas TF/GT/outro(s) equivalente(s)	2020 - 2022
Estabelecer parcerias de âmbito local ou regional (ex.: com comunidades locais, associações, empresas, academia, entidades públicas, etc.) em projetos que tenham um impacto significativo na biodiversidade (para resolver problemas concretos ou em alinhamento com o plano estratégico da empresa)	Parcerias realizadas e respetivos resultados/impactes	2020 - 2021
Identificar e monitorizar anualmente indicadores que avaliem o impacto indireto das atividades da empresa, a montante e a jusante, na cadeia de valor (ex.: variação na % de utilização de recursos não renováveis, variação na % de utilização de energia de fontes renováveis, taxa de compostagem e/ou reciclagem de produtos, variação no peso de resíduos produzidos, etc.)	Resultados dos indicadores de impacto indireto medidos	2021 em diante
Integrar preocupações expressas com a biodiversidade na Política de Procurement da empresa	Alterações realizadas na Política de Procurement da empresa	2022 em diante
Colaborar com fornecedores e/ou clientes para minimizar os impactos da biodiversidade na cadeia de valor da empresa	Projetos/parcerias/Iniciativas realizadas com fornecedores e/ou clientes	2022 em diante
Participar em consultas públicas relacionadas e com impacto na biodiversidade e serviços dos ecossistemas (ex.: Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade)	Consultas públicas em que a empresa participa	2020 em diante
Aumentar a consciencialização dos colaboradores, nomeadamente através da realização de ações de sensibilização sobre a importância da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas	Número de colaboradores que participaram em ações de sensibilização	2021 em diante
Promover o conhecimento dos colaboradores, através da sua participação em ações de voluntariado ambiental ou na realização de inventários de biodiversidade local	Número de colaboradores que participaram em ações de voluntariado ambiental	2021 em diante
Criar, em conjunto com stakeholders internos e externos, um guia de gestão ecológica/boas práticas e disponibilizá-lo não só aos colaboradores operacionais como também nas plataformas de comunicação	Guia de gestão ecológica publicado nas plataformas de comunicação da empresa	2021 - 2023

Figura 2.4 - Compromissos assumidos pelo Grupo no act4nature

Fonte: Crédito Agrícola. (2020) Act4nature: Compromissos individuais. Lisboa: CA

Neste âmbito, demonstrando a sua preocupação com as questões ambientais e climáticas, o Grupo criou, em 2021, um conjunto de questionários, como irá ser abordado mais à frente, acerca das práticas ambientais e sociais das empresas e dos projetos que financia, atribuindo-lhes no final uma Notação Ambiental e Social.

9.2.2. Riscos ESG e Sustentabilidade

O Grupo Crédito Agrícola está a desenvolver a integração dos riscos ESG nos seus modelos de negócio, sistemas, processos e procedimentos. Assim, tendo em conta a sua

missão, os seus valores e a Taxonomia da União Europeia, o Grupo tem, por um lado, procurado identificar os impactos adversos decorrentes da sua atividade e, por outro lado, desenvolver estratégias que permitam minimizar esses impactos (Crédito Agrícola, 2021).

a) Impactos Adversos

O Grupo Crédito Agrícola reconhece que a sua atividade favorece a existência de impactos adversos ao nível ambiental, social e de governação. Ao nível ambiental, salienta a excessiva emissão de CO₂, resultante dos financiamentos concedidos, das empresas em que investe, do consumo energético dos edifícios que possui e do combustível das viaturas da sua frota automóvel. Ao nível social, refere os impactos associados às práticas laborais implementadas pelos seus parceiros, clientes e empresas às quais presta apoios financeiros e ainda aos impactos associados aos serviços financeiros prestados. Por fim, ao nível da governação, o Grupo ressalva os impactos resultantes das práticas de governação dos seus fornecedores, clientes e empresas em que investe (Crédito Agrícola, 2021).

De forma a mitigar estes impactos negativos, o Crédito Agrícola implementou medidas como atribuição de uma Notação Ambiental e Social aos clientes empresas que solicitem empréstimos, inserção de critérios relacionados com as práticas de gestão sustentável aquando a seleção dos seus fornecedores, inserção de critérios ambientais na sua política de patrocínios, publicação do “Green, Social and Sustainability Bond Framework do Crédito Agrícola” que define linhas orientadoras para a emissão de obrigações relacionadas com os fatores ESG, incorporação dos temas ESG na gestão das carteiras de ativos e na sua política de investimento, formação dos colaboradores e clientes do Grupo, início da implementação do risco ESG no modelo de risco do banco e apoio a projetos inovadores que contribuem para a economia verde e circular (Crédito Agrícola, 2021).

Futuramente, é expectável que a atribuição de crédito e as suas condições estejam associadas à Notação Ambiental e Social da empresa e do projeto, originando um incentivo motivado pelo aumento das preocupações dos clientes em optar por investimentos que representem menores impactos negativos no ambiente e na sociedade.

b) Oportunidades

O Grupo está empenhado em disponibilizar financiamento e produtos financeiros de forma a promover atividades e tomada de decisões de consumo mais verdes, no entanto, esta iniciativa ainda requer um maior desenvolvimento para apresentar soluções inovadoras no

mercado. Desta forma, à medida que incorpora os riscos ESG no seu modelo de risco e de avaliação do crédito, vai ganhando maturidade para apresentar produtos mais inovadores (Crédito Agrícola, 2021).

Segundo o Relatório de Sustentabilidade do Grupo de 2021, foram disponibilizadas, neste âmbito da sustentabilidade, as seguintes linhas empresarias: Linha de Crédito Descarbonização e Economia Circular, Linha de Crédito Energias Renováveis, Linha de Crédito associado ao Fundo de inovação Social, Linha de Crédito de Apoio à Economia Social – Social Investe, Linha Apoio ao Setor Social COVID-19 e Crédito ao Consumo Ecocrédito.

Além disto, o combate às alterações climáticas origina outras oportunidades para o Grupo, tais como o aprofundamento da relação com os seus clientes, devido ao facto de o Grupo ser um auxílio para aumentar o conhecimento na área da sustentabilidade, nomeadamente na forma de alocar os seus recursos numa perspetiva mais eficiente e de como adotar práticas mais sustentáveis. É também uma forma de atrair mais clientes jovens, dada a crescente preocupação desta faixa etária com as questões sociais e ambientais (Crédito Agrícola, 2020).

Capítulo III – Descrição das Atividades Desenvolvidas Durante o Estágio

1. Questionários Ambientais e Sociais do Grupo Crédito Agrícola

Sendo a Sustentabilidade um tema central para o Crédito Agrícola, este reconhece a necessidade de canalizar os seus investimentos e empréstimos para projetos cada vez mais verdes e circulares, dando assim corpo à ambição expressa na sua Política de Sustentabilidade em ser um Grupo Financeiro que contribuiu para uma economia mais verde, circular e inclusiva.

Neste sentido, de forma a preparar o Grupo para as mudanças a curto prazo que decorrerão na banca decorrentes deste tema, o Crédito Agrícola sentiu a necessidade de incorporar os fatores ESG na gestão de risco dos seus empréstimos. Para o efeito, necessitou de compreender de que forma é que os seus empréstimos estão ou não alinhados com as novas exigências associadas às práticas ambientais e sociais. Assim, desenvolveu, em 2020, um Grupo de Taxonomia, cujo objetivo era a criação de questionários, a aplicar a empréstimos solicitados a partir de julho de 2021, que permitissem a obtenção de informação adicional sobre as empresas que procuram financiamento e os respetivos projetos.

Estes questionários têm como finalidade: i) auxiliar os clientes do Crédito Agrícola a estarem melhor preparados para as exigências ambientais e sociais que irão existir, num curto prazo, ao nível dos financiamentos, ii) compreender que percentagem dos empréstimos concedidos pelo Grupo estão alinhados com os princípios de sustentabilidade, iii) definir programas e parcerias que possam ajudar os clientes a implementar melhorias ao nível social e ambiental e, iv) identificar quais os produtos financeiros que podem incentivar os clientes a alinharem as suas estratégias de negócio com o Pacto Ecológico Europeu e com a descarbonização da economia portuguesa.

A construção destes questionários implicou a criação de um manual de apoio, denominado “Manual e Formação Específica”, de forma a auxiliar, através de informação prática e científica, os colaboradores a implementar os mesmos e a serem capazes de ajudar os clientes na tomada das suas decisões.

Deste modo, foram desenvolvidos questionários para Clientes Empresas e Empresários em Nome Individual (ENI), com um enfoque em perguntas ambientais, dado que a Taxonomia da UE ainda não dá informação acerca da componente “Social” e de “Governança”. No entanto, foram incluídas questões sociais e de governança nos mesmos,

de forma ao Crédito Agrícola estar mais alinhado com as expectativas dos reguladores, devido às orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e às recomendações do Banco de Portugal relativamente aos temas ESG. Espera-se ainda que, posteriormente, estes questionários sejam melhorados para que possam ser específicos para cada setor.

A criação destes questionários ambientais desenvolveu-se em 2 etapas. Primeiramente foi analisada a carteira de crédito do Grupo Crédito Agrícola, permitindo apurar quais os maiores riscos climáticos e ambientais que derivam dessa mesma carteira de crédito, ou seja, quais os setores de atividade a que o Grupo concede maior quantidade de crédito e quais são os riscos ambientais e climáticos que destes setores advém. Com esta análise foi possível concluir que mais de 50% do crédito concedido se encontra concentrado em 4 grandes setores, agricultura e pesca, indústria transformadora, comércio e atividades imobiliárias, sendo então necessário recolher mais informação quando se trata de financiamentos para estes setores. Em seguida, foram criados 6 tipos de questionários.

Na data de início do processo, deve ser escolhido um questionário consoante o tipo de empresa, ou um questionário empresarial para PME e Grandes Empresas ou para Microempresas e ENI, dado que as necessidades são diferentes atendendo à sua dimensão. De notar que o conceito de PME engloba micro, pequenas e médias empresas, no entanto, devido ao facto de a maioria dos clientes do Crédito Agrícola serem microempresas, estas foram separadas das restantes. Os questionários empresariais têm como objetivo obter informação acerca das práticas das empresas ao nível ambiental, social e de governação, nomeadamente acerca da gestão de processos internos, das políticas internas aplicadas e dos temas de trabalho. Caso um cliente tenha 2 ou mais projetos com pedido de financiamento, o questionário será preenchido apenas uma vez, no entanto, tem de ser novamente preenchido sempre que exista alguma atualização da informação.

Após a resposta a este primeiro questionário, é preenchido um questionário relativo à operação de crédito de acordo com o setor de atividade económica. Estes subdividem-se em 4 categorias: i) questionários específicos para projetos agrícolas, onde é obtida a informação acerca das medidas implementadas neste tipo de projetos e que contribuem para a prossecução dos objetivos ambientais, ii) questionários específicos para projetos pecuários, iii) questionários para pecuária e agricultura, e iv) questionários para projetos gerais, que são aplicados aos restantes setores não incluídos no agropecuário. Estes questionários permitem perceber quais os impactos associados a este projeto na perspetiva da mitigação das

alterações climáticas (por exemplo, se vão permitir reduzir as emissões de GEE), adaptação climática, uso e proteção dos recursos marinhos, transição para a economia circular, prevenção dos resíduos e reciclagem, prevenção do controlo da poluição, prevenção dos ecossistemas saudáveis e sustentáveis e aspetos sociais. No que respeita a este tipo de questionários, estes têm de ser efetuados sempre que exista um novo pedido de concessão de crédito.

Recentemente, em 2022, foram ainda adicionados mais 2 tipos de questionários relacionados com o setor imobiliário, um voltado para a aquisição de propriedades rurais e urbanas e outro para a construção e renovação, no entanto ainda não existe nenhuma análise dos resultados dos mesmos, uma vez que são implementados à um curto período de tempo.

Após o preenchimento destes questionários é assinada, pelo cliente, uma declaração de honra, de forma a atestar que a informação declarada é verdadeira, sendo posteriormente atribuída uma Notação Ambiental e Social às empresas clientes e às operações de crédito. A notação varia de A a D, sendo que A significa Muito Bom e D Muito Baixo, como se evidencia na **figura 3.1**. Esta notação vai permitir perceber se a empresa que solicitou o crédito está alinhada com a Taxonomia e os princípios de sustentabilidade, identificar os clientes com maiores e menores riscos ambientais, disponibilizar produtos verdes e/ou melhores condições para os com risco mais baixo e, ainda, apurar se existem oportunidades de melhoria.

Analisando os resultados dos 5651 questionários preenchidos por clientes de todo o Grupo Crédito Agrícola, até ao final do ano 2021, cerca de meio ano após a sua implementação, conclui-se que, de uma forma geral, uma grande parte das empresas e respetivos processos de crédito se situam na Notação Bom (B) ou Baixo (C) (84%), predominado o baixo com 45%. O que significa que grande parte dos clientes do Grupo ainda não incorporam as questões ambientais e sociais na gestão dos seus negócios, havendo, por isso, uma grande margem para melhoria. É, assim, necessário continuar a aplicar os questionários ao maior número possível de empresas clientes, de forma a ajudar o Grupo e os seus clientes a compreender o nível de esforço que tem de ser feito para aumentar o alinhamento dos negócios e dos respetivos financiamentos aos princípios da sustentabilidade.

Através de uma análise por setores é possível verificar, que predomina a Notação Bom (B) no questionário destinado à agricultura, com 44%, e pecuária e agricultura, com

42%. No questionário geral e no relativo ao setor da pecuária, predomina a Notação Baixo (C), com percentagens de 47% e 54%, respetivamente (vide **figura 3.2**). Sendo que estes setores são considerados dos mais poluentes e dos que emitem mais GEE, é importante que o Grupo Crédito Agrícola dedique especial atenção aos clientes que nestes setores pretendem investir.

Notação: Alinhamento com os princípios da Sustentabilidade	% de clientes que receberam a Notação Ambiental e Social
A	11%
B	39%
C	45%
D	5%

A - Muito Bom | B - Bom | C - Baixo | D - Muito Baixo

Figura 3.1 - Notação utilizada nos questionários do Grupo Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade 2021. Lisboa: CA

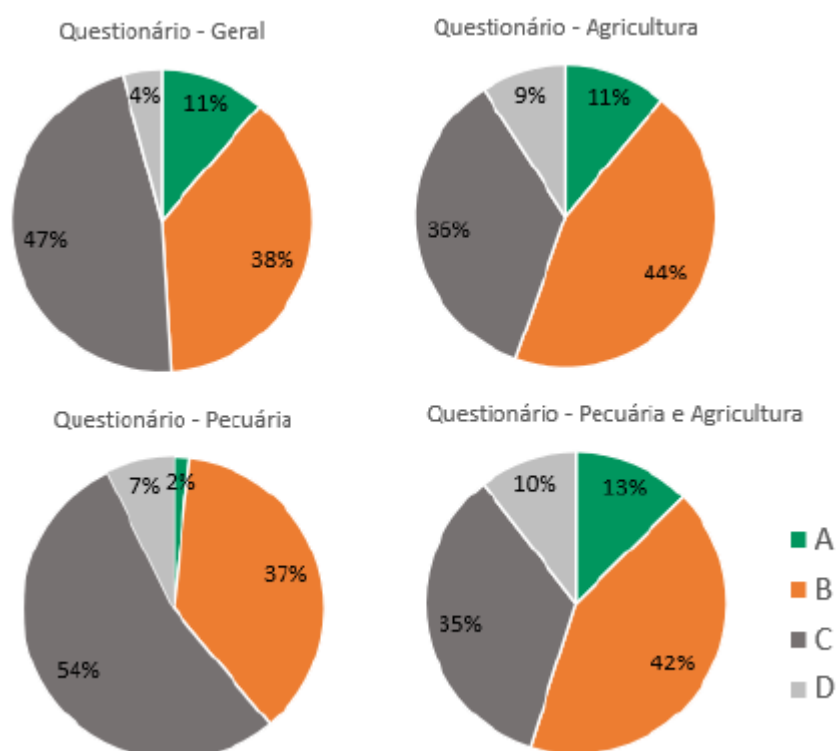


Figura 3.2. - Resultado dos Questionários do Grupo Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola. (2021) Relatório de Sustentabilidade 2021. Lisboa: CA

A adoção destes questionários permitiu perceber em que ponto se encontra cada empresa e, assim, implementar medidas que auxiliem na sua transição para uma perspetiva mais verde e circular. Ainda assim, não existe um roteiro relativamente às medidas a seguir em determinada situação. Brevemente, o Crédito Agrícola prevê, para cada nível de notação de risco, criar medidas que possam auxiliar as empresas a estarem mais preparadas para as exigências regulamentares, de forma a melhorar a competitividade e diferenciação no mercado.

2. Questionários Ambientais e Sociais da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira

Com o intuito de perceber de uma forma mais pormenorizada como é que os clientes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira estão alinhados com estes princípios procedi a uma análise detalhada dos inquéritos preenchidos pelos mesmos quando iniciam um pedido de financiamento. Para este efeito, analisei 56 questionários relativos a empresas e 54 relativos às operações, totalizando uma amostra de 110 questionários. Tendo em consideração que a implementação destes questionários ainda está numa fase bastante embrionária, uma vez que o seu preenchimento é efetuado apenas desde julho de 2021, a amostra é ainda reduzida. Ainda assim é possível retirar algumas conclusões fulcrais.

Este processo foi realizado ao longo de diversas etapas. Em primeiro lugar, procedi à seleção apenas dos clientes empresa, que são alvo dos questionários, e que iniciaram o processo de pedido de crédito após a implementação da obrigatoriedade de preenchimentos dos mesmos.

De seguida, iniciei a recolha, quer dos questionários relativos aos clientes, quer dos relativos às operações para os quais estes pretendem obter financiamento, verificando a existência de questionários duplicados para um mesmo cliente que solicitou vários financiamentos durante o período de análise. A exclusão destes questionários repetidos é fundamental, visto que os questionários empresariais apresentam um prazo de 1 ano, no entanto, o período em análise é inferior, portanto, estaria a considerar o mesmo questionário duas vezes. No que respeita aos questionários das operações de crédito, considero que o prazo inferior a 1 ano é muito curto para existirem mudanças significativas ao nível das questões sociais e ambientais. Como existem clientes com vários pedidos de financiamento neste período, procedi também, neste caso, à eliminação dos questionários relativos às operações de um mesmo cliente.

De seguida, separei os questionários por tipo, dividindo os de clientes em microempresas e ENI e PME e grandes empresas e os de operações em geral e pecuária, uma vez que ainda não existem questionários preenchidos pelos clientes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira relativamente às outras atividades. Após isto, num ficheiro EXCEL construí um resumo das respostas de todos questionários, de forma a facilitar a sua análise. De notar ainda, que para isto atribuí a cada empresa um número, como forma de preservar a confidencialidade de todos os clientes. A partir deste ficheiro, elaborei gráficos que me permitiram efetuar uma análise dos questionários, apresentando os mesmos de seguida e as conclusões que deles advém.

2.1. Resultados Gerais dos Questionários

a) Resultados Relativos ao Tipo de Empresa

A carteira de clientes empresa da CCAMBA é essencialmente constituída por micro e pequenas empresas, o que se refletiu nos resultados da categoria de empresas inquiridas. Como se pode verificar pela **figura 3.3**, 84% das respostas analisadas referem-se a microempresas e ENI e 16% a PME e grandes empresas. Este fator torna-se relevante para a análise dos restantes questionários, uma vez que as empresas mais pequenas terão menos recursos para implementar determinado tipo de práticas mais sustentáveis.

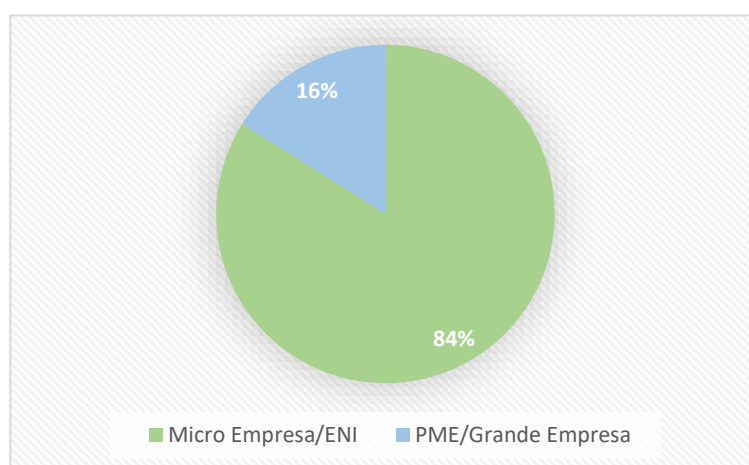


Figura 3.3 - Tipo de empresas inquiridas

b) Resultados Relativos ao Tipo de Operação

No que respeita ao tipo de operação, existem 6 questionários distintos de acordo com o tipo de atividade, no entanto, na CCAMBA apenas 2 tipos foram até então solicitados às empresas neste campo: o questionário de operações de crédito geral, representando 96% das respostas e o questionário destinado a operações relacionadas com a pecuária, representando

apenas 4%, como se observa na **figura 3.4**. Este valor reduzido é justificado pelo facto de a carteira de clientes não apresentar um elevado número de empresas do setor pecuário.

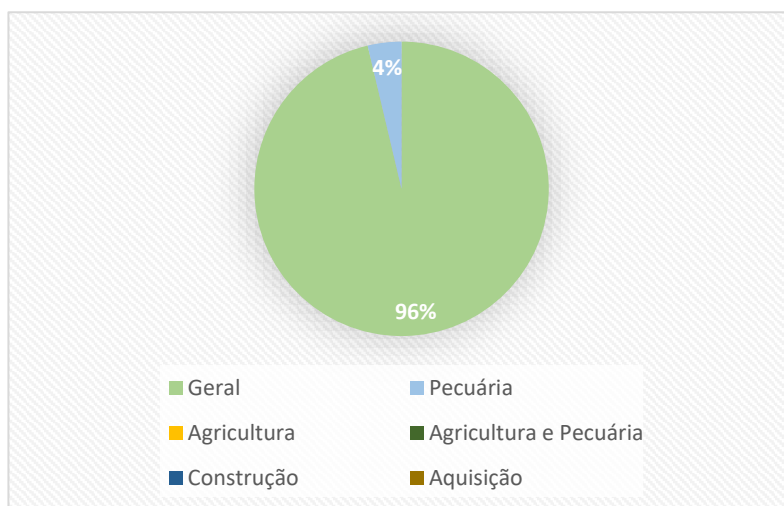


Figura 3.4 - Tipo de operações levadas a cabo pelos inquiridos

c) Notação dos Questionários Empresariais

Analisando a Notação Ambiental e Social obtida nos questionários relativos às práticas das empresas, verificamos que, como se evidencia na **figura 3.5**, predomina a Notação D, com 93%. Além disto, é possível verificar que nenhuma empresa se situa na Notação A ou B. Estes resultados evidenciam que as empresas analisadas ainda não revelam grandes preocupações com a sustentabilidade, principalmente no que a questões ambientais respeita.

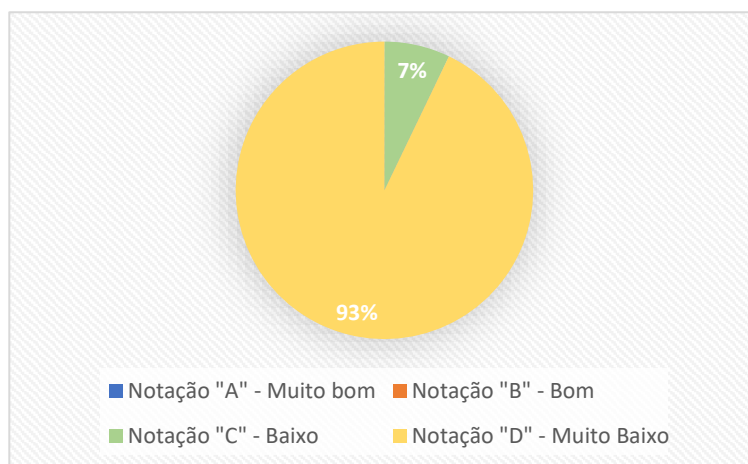


Figura 3.2 - Notação dos questionários empresariais

d) Notação dos Questionários Relativos às Operações de Crédito

No que respeita às operações relativamente às quais está a ser solicitado crédito, o cenário torna-se um pouco mais animador, existindo operações classificadas com todas as notações. Todavia, a maioria ainda se situa na Notação C, 68%, não obstante já existem 28% das operações analisadas classificadas com a Notação B. Verifica-se ainda, através da **figura 3.6**, que tanto as operações classificadas como Muito Baixo (D) ou Muito Bom (A) são residuais, representado apenas cada uma 2% no total de questionários analisados.

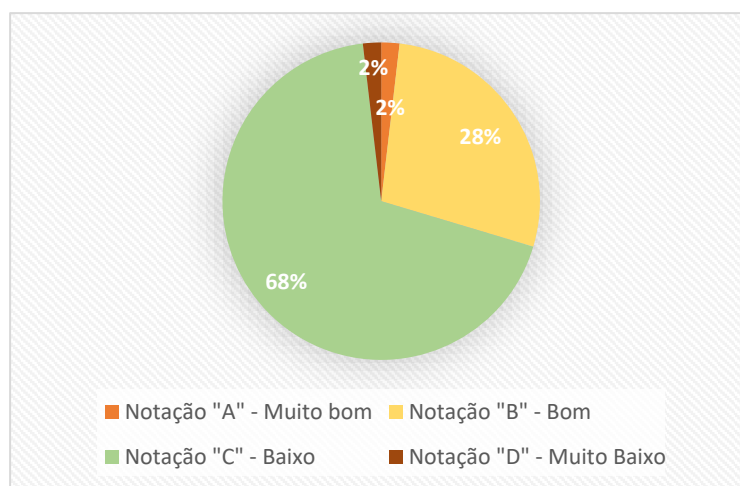


Figura 3.6 - Notação dos questionários relativos às operações

Anteriormente verificámos que uma grande parte das empresas descora as questões ambientais e sociais, todavia é notório que ao realizar investimentos, várias empresas já começam a englobar estas questões. Isto pode dever-se, em parte, ao aumento do conhecimento e relevância do tema e da regulamentação imposta nesta área. No entanto, é necessário um aumento da consciência por parte das empresas da urgência na adoção de comportamentos sustentáveis. Só desta forma é possível alcançar as metas previstas e travar as alterações climáticas, que se revelam um grande desafio para o planeta e, consequentemente para as empresas e para os bancos que as financiam.

Como já referi anteriormente, os questionários empresariais subdividem-se em questionários dirigidos a microempresas e ENI e às PME e grandes empresas, cuja análise detalhada é apresentada de seguida.

2.2.Resultado dos Questionários Empresariais Destinados a Microempresas e ENI

Relativamente aos questionários preenchidos por microempresas e ENI, constatamos que a maioria destas empresas ainda se encontra muito aquém do esperado nas questões da sustentabilidade, tendo 91% sido classificado com uma Notação de Muito Baixo (D) e nenhuma com Bom (B) ou Muito Bom (A), como se observa na **figura 3.7**.

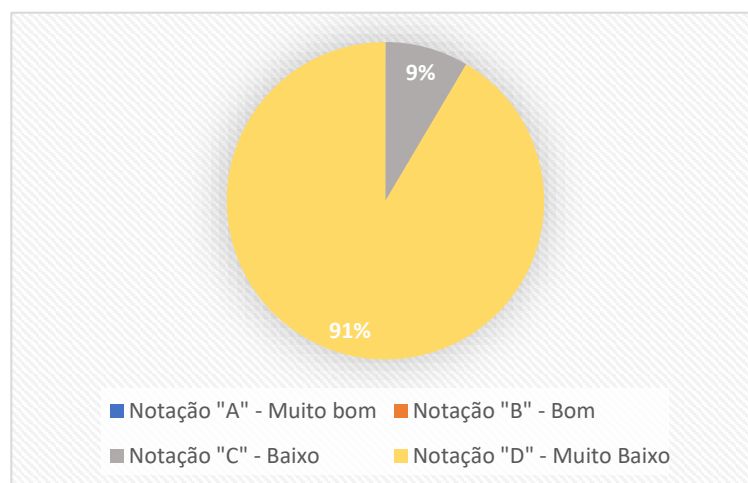


Figura 3.7 - Notação dos questionários destinados a Microempresas e ENI

a) Questões Ambientais

Neste sentido, como se evidencia na **figura 3.8**, apenas 2% das empresas inquiridas apresenta alguma certificação ambiental ao nível da sustentabilidade, um número extremamente reduzido.

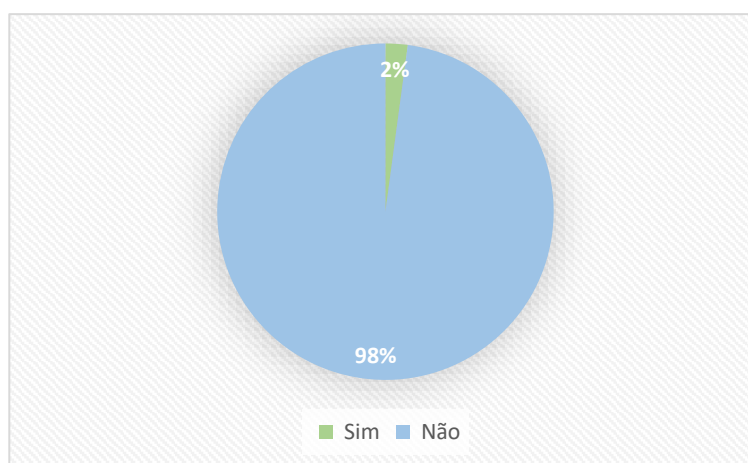


Figura 3.8 - Existência de certificação ambiental

b) Questões Sociais e de Governação

Por sua vez, quando inquiridas relativamente a questões sociais e de governação também não existe registo de grandes preocupações ao nível interno. Isto encontra-se espelhado no facto de nenhuma das empresas possuir qualquer tipo de política interna de combate à corrupção e tentativas de suborno, e em apenas 6% existir uma política interna sobre a igualdade de género e não discriminação (vide **figura 3.9**), questões bastantes relevantes na atualidade. Não obstante, nenhuma destas empresas teve queixas ou multas nos últimos 5 anos no que respeita a questões como os direitos humanos, condições de trabalho, discriminação, trabalho infantil ou corrupção.

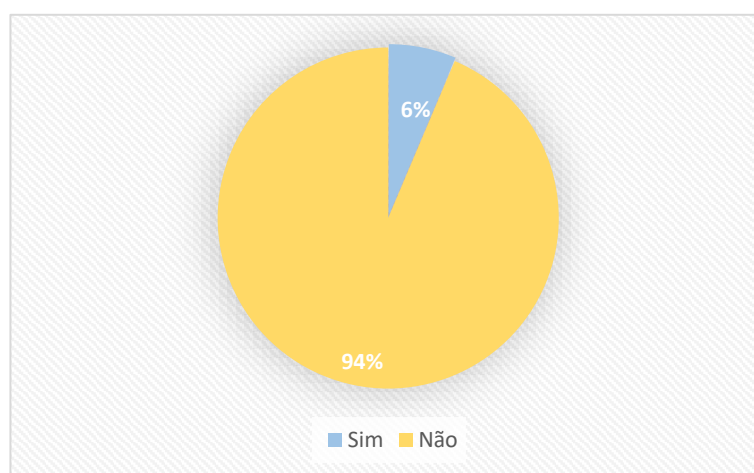


Figura 3.9 - Existência de política interna sobre igualdade de género e não discriminação

Os resultados obtidos evidenciam as fracas práticas das microempresas e ENI no combate às alterações climáticas e no alcance de uma economia mais sustentável, verde e circular. No entanto, é importante ressaltar que estes resultados eram expectáveis, uma vez que esta, muitas vezes, dispõe de poucos recursos. Além disso, os constrangimentos causados pela pandemia, originaram a diminuição das receitas de muitas empresas, principalmente das de menor dimensão.

2.3.Resultado dos Questionários Empresariais Destinados a PME e Grandes Empresas

Também os questionários relativos às PME e grandes empresas seguem a tendência geral dos empresariais, assim 100% das empresas analisadas encontra-se classificada com a Notação D, como se verifica na **figura 3.10**. Este resultado revela-se bastante inquietante, visto que estas empresas possuem maiores recursos financeiros. Porém, é necessário tomar

em consideração que ainda existe um número reduzido de PME e grandes empresas inquiridas.

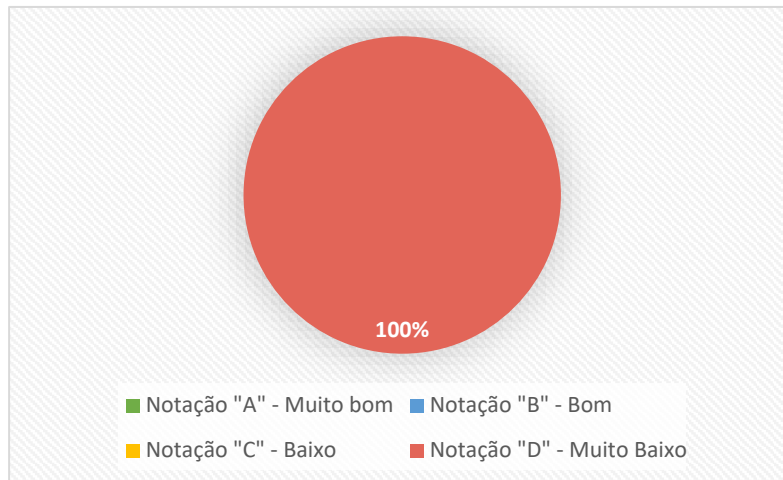


Figura 3.10 - Notação dos questionários destinados às PME e Grandes Empresas

a) Questões Ambientais

Averigua-se que este tipo de empresas também não revela grandes preocupações ao nível ambiental, sendo preocupante, uma vez que estas possuem mais recursos financeiros para adotar práticas sustentáveis e implementar políticas que permitam fazer face aos constrangimentos verificados atualmente. Assim, analisando os resultados, constata-se que 100% das empresas constituintes da amostra não têm qualquer tipo de certificação ambiental, relatório de sustentabilidade ou um capítulo dedicado a este tema no seu relatório e contas anual. Ainda neste âmbito, 11% das empresas clientes possuem um departamento responsável pelo ambiente e sustentabilidade, como se verifica na **figura 3.11**. Apesar disso, este número revela-se ainda baixo e aquém das expectativas.

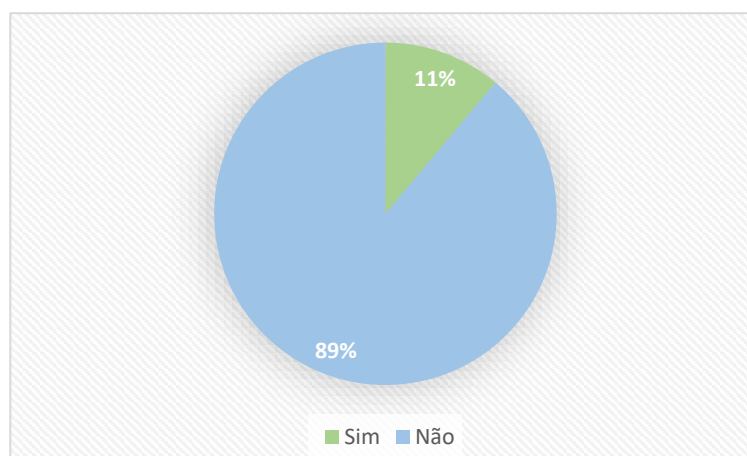


Figura 3.11 - Existência de um departamento responsável pelo ambiente e pela sustentabilidade

No sentido de alcançar o objetivo da transição para uma economia de baixo carbono, as empresas foram inquiridas acerca das suas emissões de CO₂, visto que é uma questão fundamental derivada do facto da economia mundial estar ainda muito dependente dos combustíveis fósseis. Verifica-se que nenhuma das empresas clientes que solicitou crédito, está alinhada com este objetivo da descarbonização. Nenhuma quantifica as suas emissões de dióxido de carbono, assim como não apresenta nenhum compromisso de redução das suas emissões ou de neutralidade carbónica. Portanto, nenhuma das empresas inquiridas até ao momento está a contribuir para alcançar as metas definidas no Acordo de Paris.

b) Questões Sociais e de Governação

No que concerne às questões de ordem social e de governação, estas seguem a tendência das microempresas e ENI, não apresentado ainda quaisquer considerações a este nível. Portanto, 100% das empresas respondeu que não apresenta nenhuma política interna de combate à corrupção e tentativas de suborno, nem nenhuma política interna relativamente à igualdade de género e não discriminação. Porém, também estas não apresentam queixas acerca destas questões nos últimos 5 anos. Ainda que não existam queixas, é importante alertar as empresas para a importância destas questões, até porque estas são suscetíveis de afetar a eficiência dos seus trabalhadores e, conseqüentemente, a produtividade e rentabilidade da empresa.

Analisando os questionários relativos às práticas dos clientes da CCAMBA, conclui-se que os resultados também não são animadores. Quase a totalidade dos seus clientes, tanto Microempresas e ENI como PME e grandes empresas, não têm quaisquer preocupações ao nível da sustentabilidade, principalmente ao nível ambiental. Isto dificulta o alcance das metas estabelecidas para Portugal, nomeadamente no Acordo de Paris e na Lei Europeia do Clima, de ser neutro em carbono até 2050. Também ao nível social e de governação os resultados não se revelam animadores, uma vez que ainda que estas empresas não tenham registo de queixas ao nível das questões sociais, não demonstram estar empenhadas em estabelecer políticas internas de forma a controlar estas questões.

Procede-se, agora, à análise das operações relativamente às quais estes clientes pretendem realizar um investimento, a fim de entender de que forma é que estas se encontram alinhadas com os objetivos europeus e nacionais e com a missão, visão e valores

do Grupo Crédito Agrícola. Como já foi referido anteriormente, até ao momento apenas foram preenchidos questionários sobre operações gerais e de pecuária.

2.4. Resultados dos Questionários relativos às Operações de Crédito Geral

Começando pelos questionários relativos a operações de crédito geral, constata-se mais uma vez que a Notação Ambiental e Social, no geral, ainda é relativamente baixa, encontrando-se 69% das empresas constituintes da amostra na Notação C. No entanto cerca de 27% já revela boas práticas ambientais e sociais, tendo alcançado uma Notação de Bom (B). De acordo com a tendência verificada até agora, também as operações classificadas como Muito Baixo (D) e Muito Bom (A) são residuais, como se observa na **figura 3.12**. Estes resultados vão de encontro aos divulgados para o Grupo em geral.

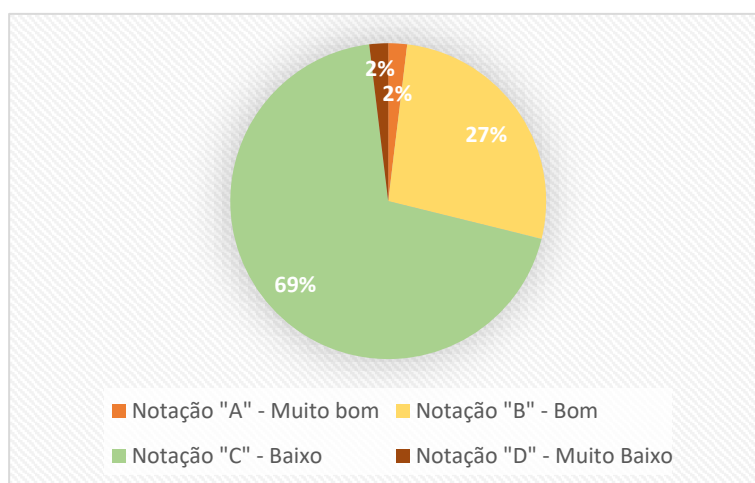


Figura 3.12 - Notação dos questionários relativos às operações de crédito geral

Neste questionário são colocadas diversas questões, divididas por categorias, de acordo com os objetivos a alcançar, sendo que existem 3 opções de resposta: Sim, Não ou Não Aplicável (N.A.).

a) Questões acerca da Mitigação Climática

Em primeiro lugar, são efetuadas perguntas acerca do impacto que o projeto terá na emissão de gases poluentes, no sentido de contribuir para a mitigação climática. Considerando este primeiro conjunto de perguntas, é possível perceber, através da informação resumida nas **figuras 3.13, 3.14 e 3.15**, respetivamente, que apenas 2% dos projetos considerados visam evitar ou diminuir a emissão de gases poluentes, nenhum dos projetos vai auxiliar na melhoria do sequestro de gases poluentes e apenas 2% vão aumentar a emissão de gases poluentes. Desta forma, os resultados sugerem que os projetos

financiados pela CCAMBA não estão a contribuir para a mitigação climática, mas também não estão a contribuir significativamente para o aumento da emissão de gases poluentes e, portanto, para o aumento do aquecimento global.

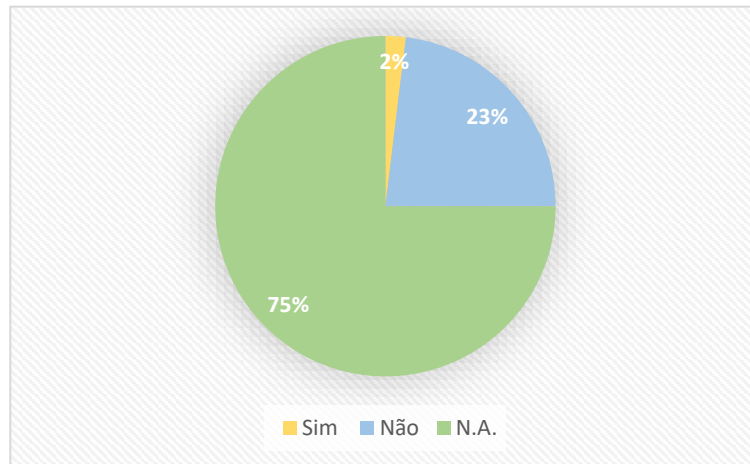


Figura 3.13 - Diminuição da emissão de gases poluentes

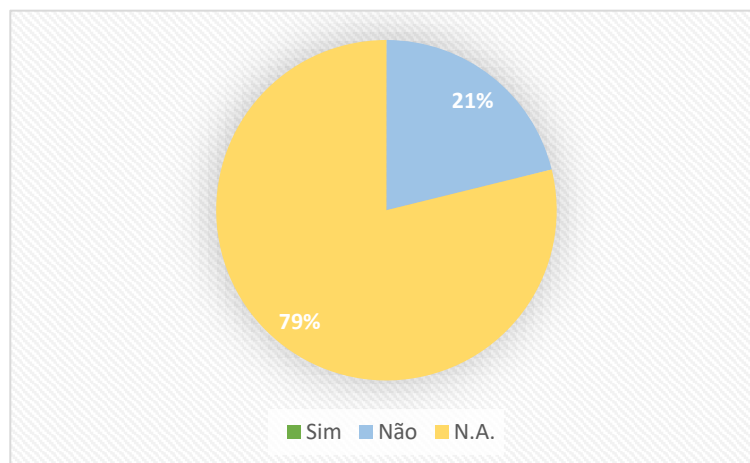


Figura 3.14 - Melhoria do sequestro de gases poluentes

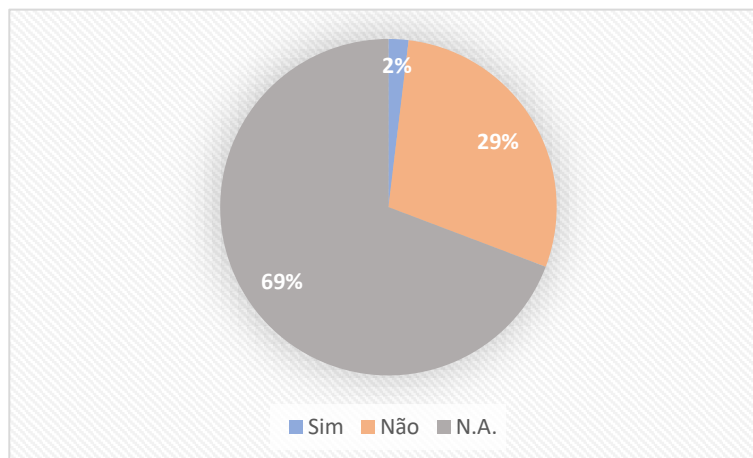


Figura 3.15 - Aumento da emissão de gases poluentes

b) Questões acerca da Adaptação Climática

O segundo conjunto de questões relaciona-se com a adaptação climática, onde as empresas são questionadas acerca do impacto do projeto relativamente aos riscos, quer atuais, quer futuros no ambiente. Nestas 3 questões, predomina a resposta “Não Aplicável”, no entanto, 25% das operações não evitam os riscos que advém do ambiente, como se evidencia na **figura 3.16**, apenas 4% contribui para a prevenção dos mesmos, como se verifica na **figura 3.17**, assim como somente 4% diminui os riscos ambientais atuais e futuros, como é evidenciado na **figura 3.18**. Estes resultados revelam que as empresas não estão preocupadas em diminuir e prevenir os riscos ambientais decorrentes das suas atividades. No entanto, estes podem ter um impacto bastante negativo nas empresas, por exemplo, ao nível das instalações e cadeias de abastecimento e, portanto, na produtividade e lucro das mesmas, assim como no acesso ao crédito. Por conseguinte, afetam os bancos que as financiam.

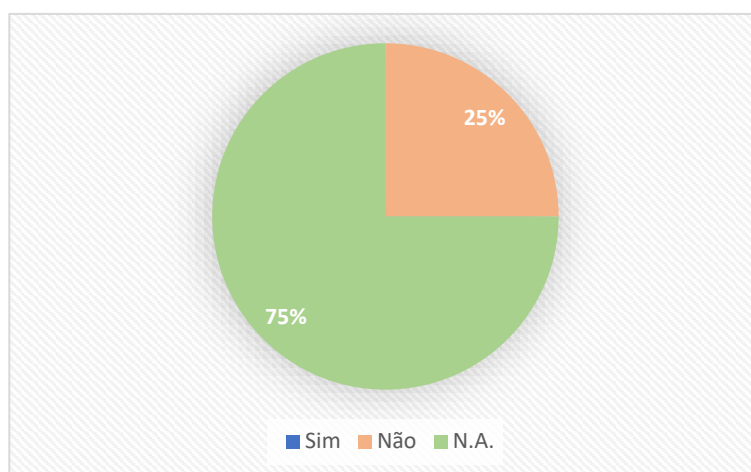


Figura 3.16 - Diminuição dos riscos ambientais

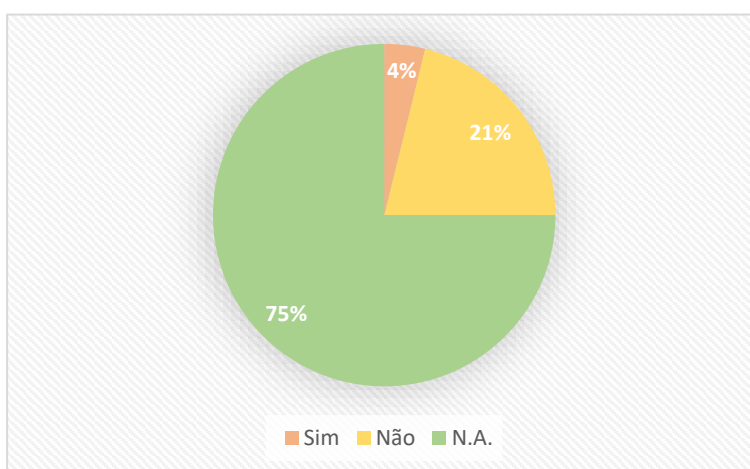


Figura 3.17 - Contribuição para a prevenção dos riscos ambientais

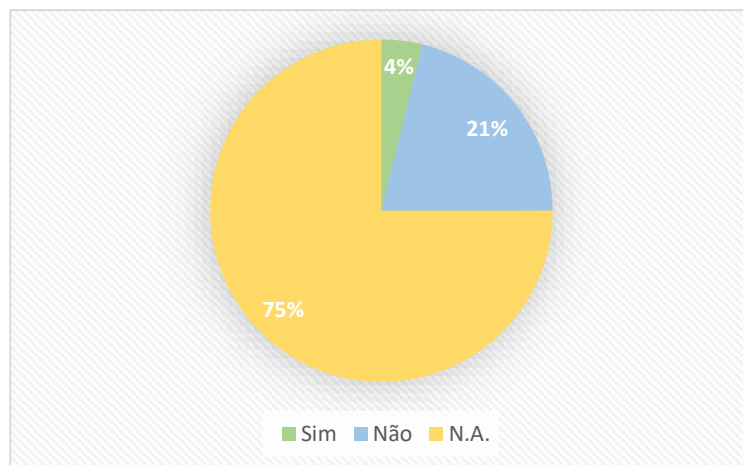


Figura 3.18 - Diminuição dos riscos ambientais atuais/futuros

c) Questões acerca do Uso Sustentável e Proteção dos Recursos Hídricos e Marinheiros

Poucas são as operações que consideram aplicáveis as questões acerca do uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos. Relativamente às quais é possível aplicar, percebemos que nenhuma utiliza estes recursos de forma sustentável, ainda assim também nenhuma vai diminuir a qualidade dos recursos hídricos ou marinhos, nem vai causar impactos negativos nos mesmos, como é evidenciado nas **figuras 3.19, 3.20 e 3.21**, respetivamente. Desta forma, conclui-se que as operações que a CCAMBA está a financiar não são tão preocupantes no que respeita à disponibilidade dos recursos hídricos. Contudo, ainda assim, é importante incentivar as empresas a iniciar a utilização, nas suas atividades, destes recursos escassos de forma eficiente.

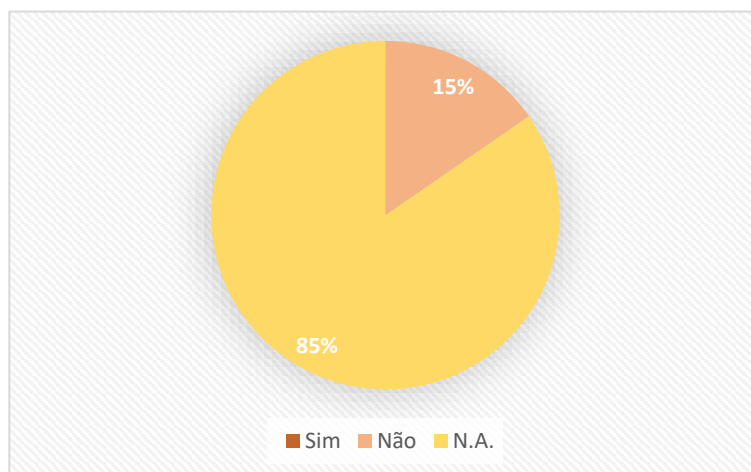


Figura 3.19 - Utilização sustentável dos recursos hídricos/marinheiros

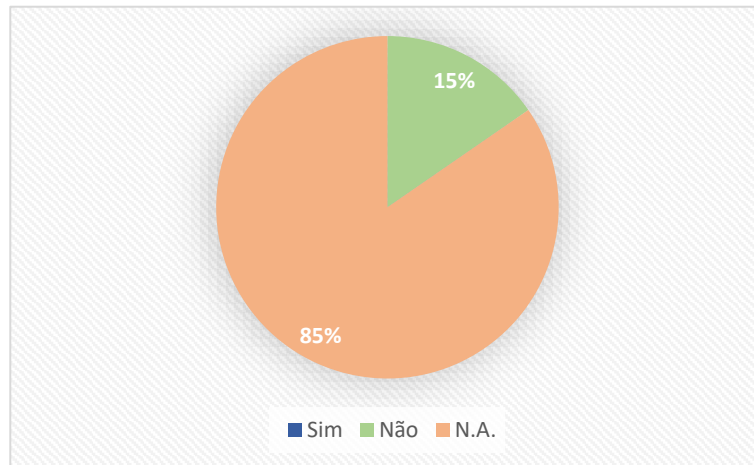


Figura 3.20 - Diminuição da qualidade dos recursos hídricos/marinhos

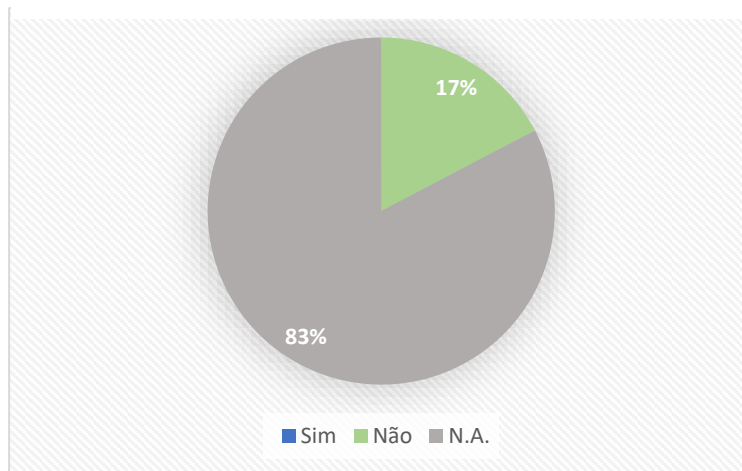


Figura 3.21 - Impactos negativos nos recursos hídricos/marinhos

d) Questões acerca da Transição para uma Economia Circular, Prevenção de Resíduos e Reciclagem

Relativamente às questões relacionadas com a transição para uma economia circular, prevenção de resíduos e reciclagem, não são aplicáveis para a grande maioria das operações. Ainda assim, verifica-se que 33% das empresas não vai aumentar a produção de resíduos. Apenas 2% promove a redução da reciclagem, que poderá ser resultado de uma diminuição da utilização de recursos e, portanto, não será necessariamente um fator negativo e nenhuma das operações contraria a transição para uma economia circular, como se observa nas **figuras 3.22, 3.23 e 3.24**, respetivamente. Desta forma, conclui-se que as operações analisadas não se revelam preocupantes no que respeita à produção de resíduos, podendo até ser favoráveis para alcançar uma economia mais verde e circular.

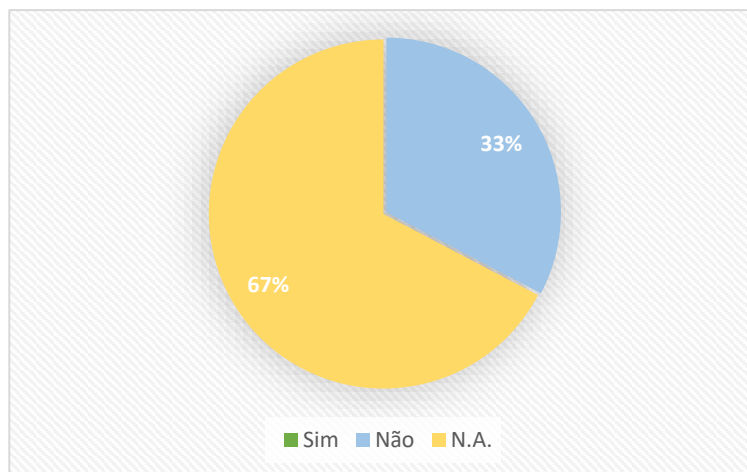


Figura 3.22 - Aumento da produção de resíduos

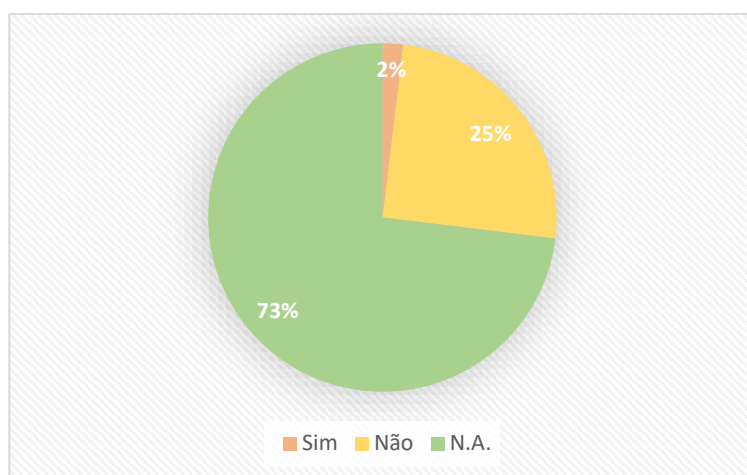


Figura 3.23 - Redução da reciclagem

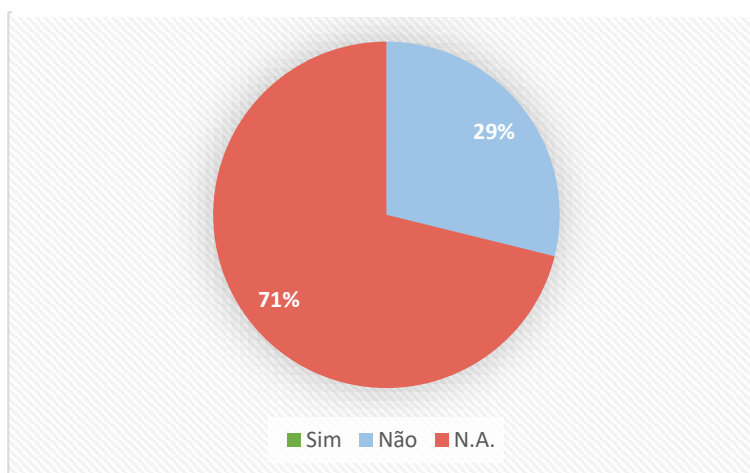


Figura 3.24 - Contradição da transição para uma economia circular

e) Questões acerca da Prevenção e Controlo da Poluição

O conjunto de questões que se segue refere-se à prevenção e controlo da poluição, sendo que 2% das operações aumentam a poluição, como se verifica na **figura 3.25**. 29%

não contribuem para a diminuição do controlo da poluição, como se observa na **figura 3.26**. Por fim, 29% não contraria a ideia de prevenção da poluição, como se vê na **figura 3.27**. Também nestas questões a grande maioria das operações não se aplica, ainda assim, pelos resultados acima mencionados é perceptível que as operações financiadas pela CCAMBA aumentaram ligeiramente os níveis de poluição, assim, torna-se essencial que estas atividades comecem a implementar práticas para a sua redução.

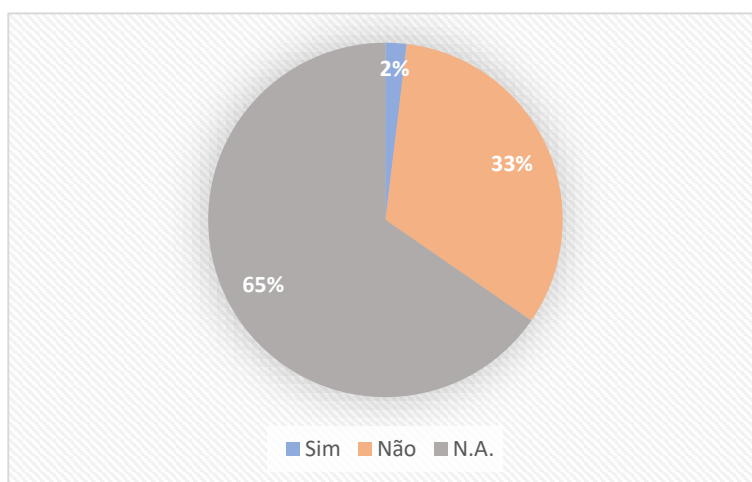


Figura 3.25 – Aumento da poluição

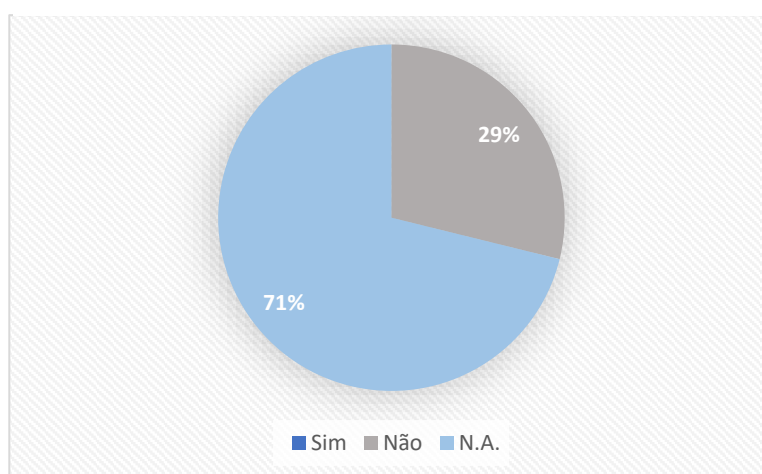


Figura 3.26 – Contribuição para a diminuição do controlo da poluição

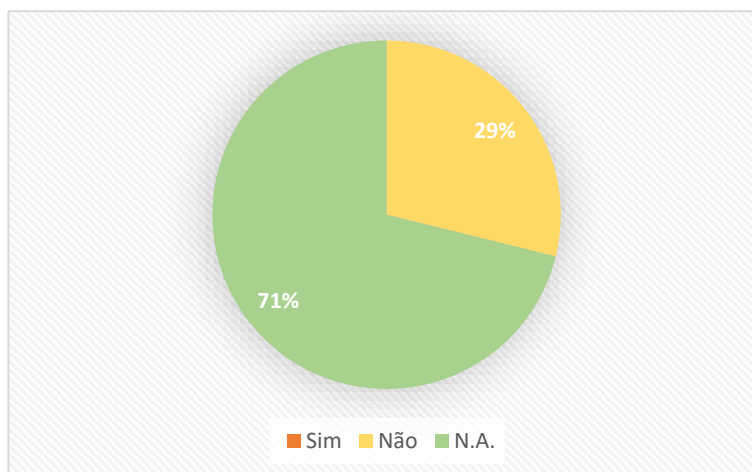


Figura 3.27 - Contradição da ideia de prevenção da poluição

f) Questões acerca da Proteção dos Ecossistemas Saudáveis e Sustentáveis

As últimas questões ambientais relacionam-se com a proteção dos ecossistemas saudáveis e sustentáveis, verificando-se que as operações analisadas não são nocivas para os ecossistemas. Analisando os resultados, verifica-se que não existe nenhuma que prejudique o equilíbrio dos ecossistemas, nem que tenha impactos negativos nos mesmos, assim como nos animais e nos seus habitats, nem nenhuma os destrói sem planear medidas de compensação, como se evidencia nas **figuras 3.28, 3.29 e 3.30**, respetivamente. Assim, as atividades financiadas não são alarmantes para o equilíbrio dos ecossistemas, no entanto continua a ser imprescindível o alerta para estas causas.

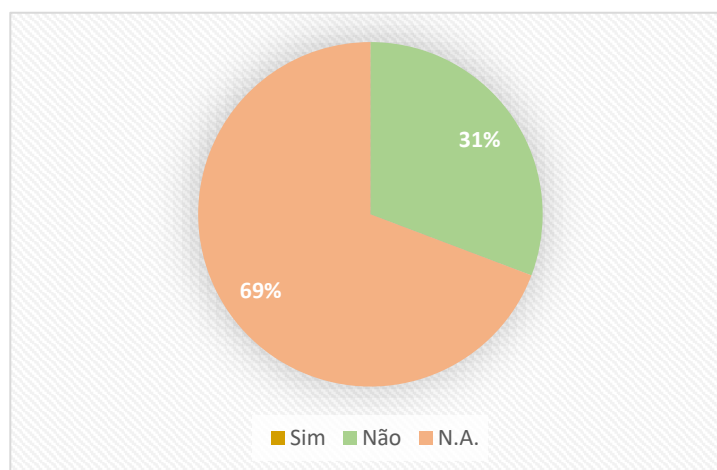


Figura 3.28 - Prejuízo ao equilíbrio dos ecossistemas

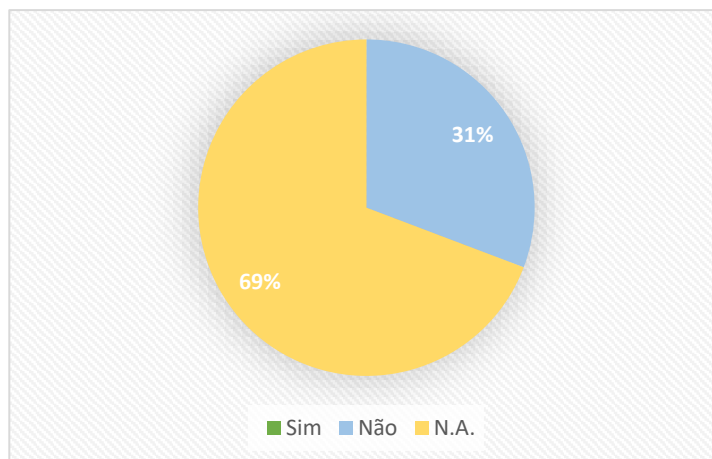


Figura 3.29 - Impactos negativos nos ecossistemas, animais ou habitats

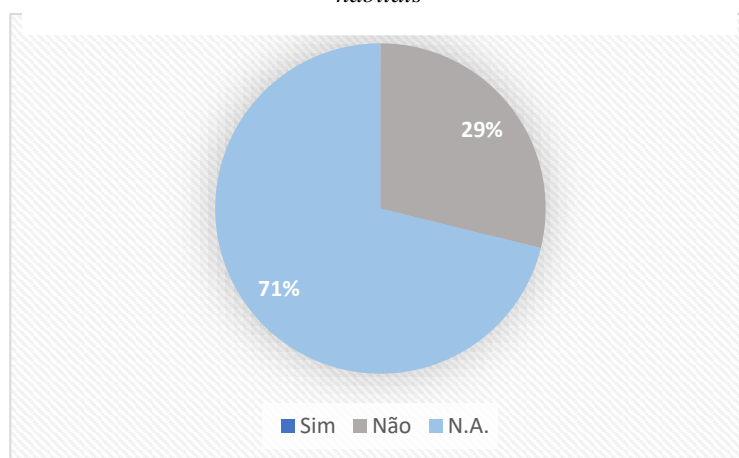


Figura 3.30 - Destruição dos ecossistemas

g) Questões Sociais e de Governação

Passando para as questões sociais e de governação, percebemos que estas já são alvo de maior preocupação na realização das mais diversas operações. Como podemos observar nas **figuras 3.31, 3.32 e 3.33**, respetivamente, 96% respeita a integridade física dos seus trabalhadores, 98% cumpre a legislação laboral e 98% cumpre as normas de segurança e higiene no trabalho definidas no código do trabalho. As restantes consideram que estas questões não são aplicáveis. Assim, estas questões não são preocupantes, nem prejudiciais ao alcance das metas estabelecidas.

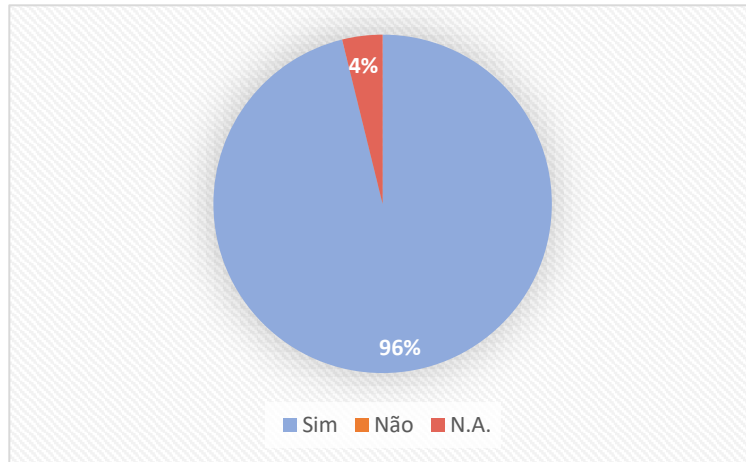


Figura 3.31 - Respeito pela integridade física dos trabalhadores

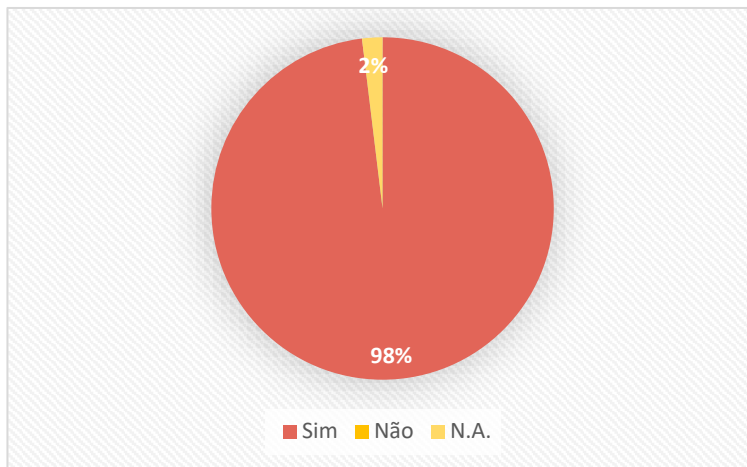


Figura 3.32 - Cumprimento da legislação laboral

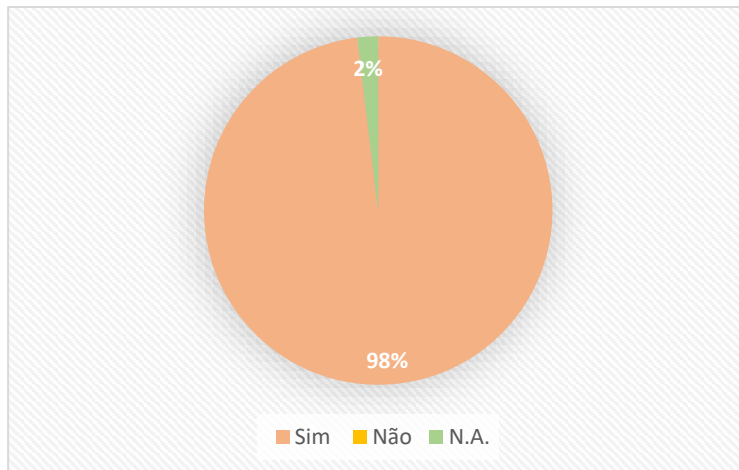


Figura 3.33 - Cumprimento do Código do Trabalho

2.5. Resultados dos Questionários Relativos às Operações de Crédito do Setor da Pecuária

O segundo questionário relativo às operações de crédito para os quais existem respostas é o do setor pecuário, no entanto, em resultado da existência de poucas empresas clientes da CCAMBA deste setor a amostra é bastante reduzida, o que torna os resultados pouco representativos. Assim, procedi a uma análise mais generalizada, selecionando dentro de cada categoria, apenas as questões que considero fundamentais e cujas respostas são relevantes para o alcance de cada um dos objetivos.

a) Questões acerca da Mitigação Climática

O primeiro conjunto de questões está relacionado com o objetivo da mitigação climática. Através da análise destas verifica-se que nenhuma das operações vai produzir energia através de fontes renováveis, nem quantificar as emissões associadas à produção agrícola. Já relativamente à alimentação dos animais, observa-se nas **figuras 3.34 e 3.35**, respetivamente, que 50% já utiliza ração biológica certificada ou orgânica e 50% utiliza o estrume proveniente destes para compostagem. Além do mais, é pertinente verificar se existe uma ETAR para o tratamento das águas que decorrem da atividade pecuária, tendo 100% respondido que sim. Estes resultados evidenciam a necessidade de desincentivar o uso de combustíveis fósseis e de apoiar as atividades que utilizem energias renováveis.

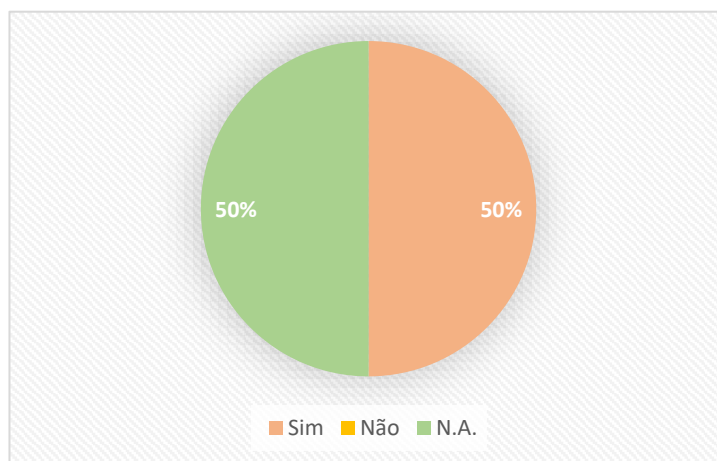


Figura 3.34 - Alimentação dos animais com ração biológica ou orgânica

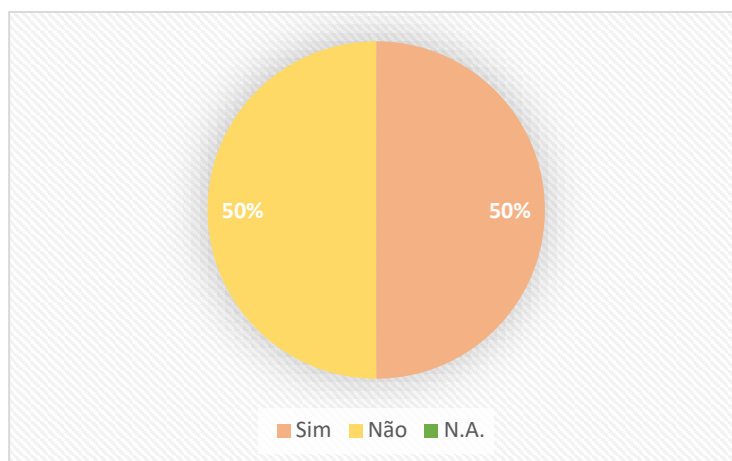


Figura 3.35 - Utilização de estrume para compostagem

b) Questões acerca da Adaptação Climática

A adaptação climática é o alvo do segundo conjunto de questões, relacionadas com os riscos decorrentes das alterações climáticas. Observa-se, através da análise destas, que 50% das operações financiadas identifica os riscos decorrentes das alterações climáticas, assim como 50% aplica medidas para combater esses mesmos riscos, como evidenciam as **figuras 3.36 e 3.37** respetivamente. Nenhuma das atividades visa aumentar o risco de existência de eventos climáticos extremos, como as secas, sobre outras pessoas, construções e/ou equipamentos. Conclui-se, ainda que nenhuma das operações executa uma avaliação periódica dos riscos do clima ou dos dados climatéricos, fatores que seriam bastantes importantes no sentido de uma maior prevenção dos mesmos. Apesar disto, existe um número considerável de empresas que têm em atenção os riscos das alterações climáticas, e que aplicam medidas para a sua minimização.

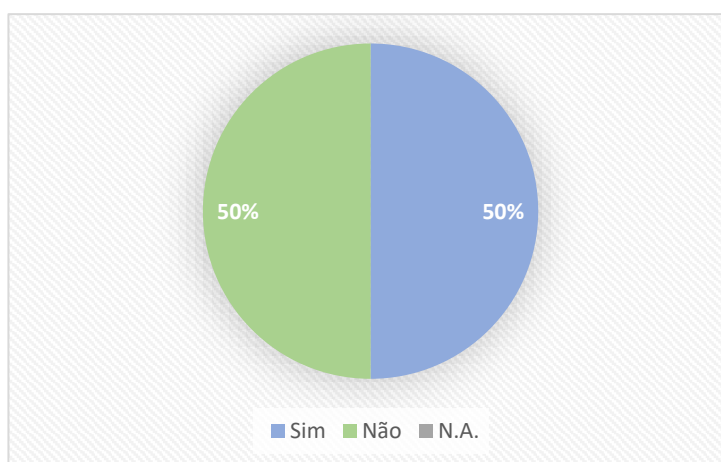


Figura 3.36 - Identificação dos riscos das alterações climáticas

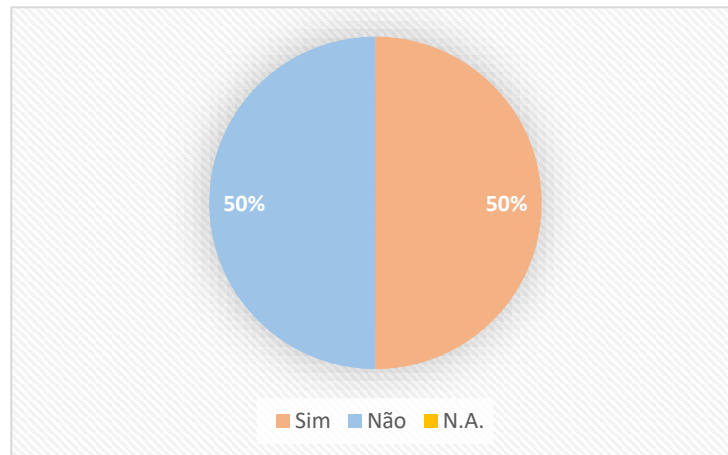


Figura 3.37 - Medidas para reduzir riscos das alterações climáticas

c) Questões acerca do Uso Sustentável e Proteção dos Recursos Hídricos e Marinhos

Passando à análise das questões relativas ao uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, constata-se que 50% das operações não reaproveita as águas pluviais. No entanto, 50% aproveita as águas residuais, as restantes não consideram estas questões aplicáveis, como se observa nas **figuras 3.38 e 3.39**, respetivamente. Apesar dos resultados não serem totalmente desanimadores, existe grande espaço para melhoria, de forma a poupar nos consumos de água, através do seu reaproveitamento.

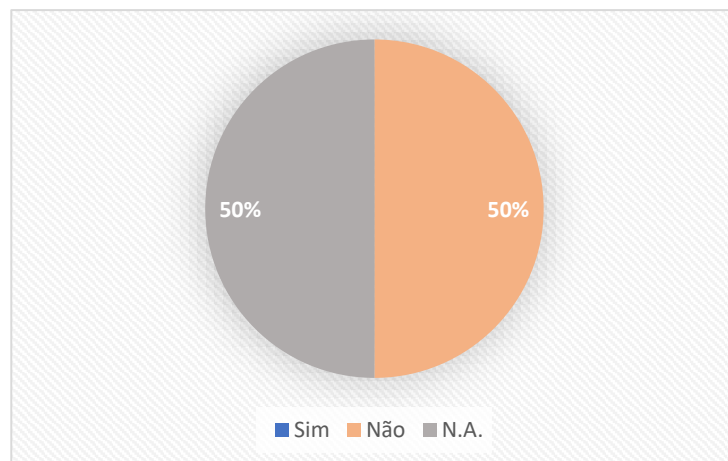


Figura 3.38 - Métodos de reaproveitamento de águas pluviais

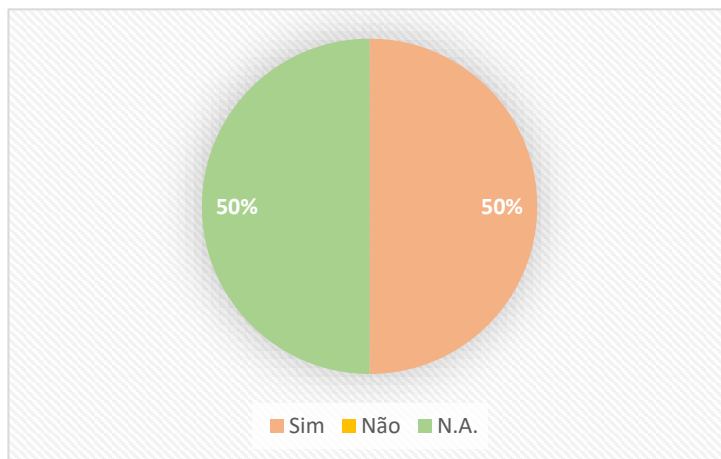


Figura 3.39 - Aproveitamento de águas residuais

Ainda assim, nesta matéria, como se observa na **figura 3.40**, 50% não cumpre a legislação implementada a nível nacional e da União Europeia relativamente á água, sendo esta uma questão fulcral e, portanto, alvo de melhoria por parte das empresas.

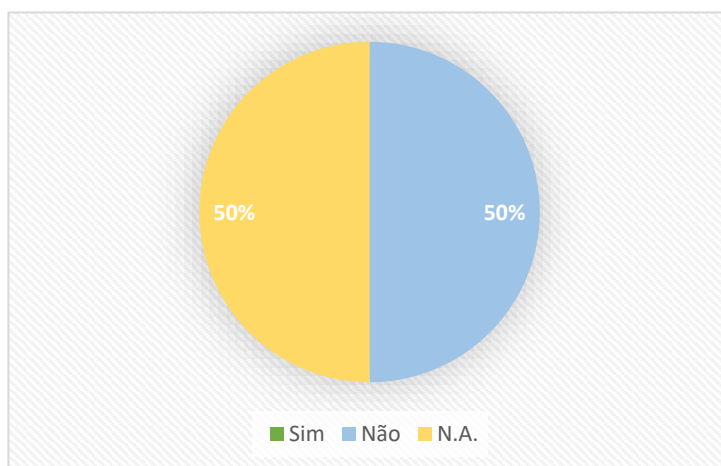


Figura 3.40 - Cumprimento da legislação nacional e da UE

d) Questões acerca da Transição para uma Economia Circular, Prevenção dos Resíduos e Reciclagem

Relativamente à transição para uma economia circular, prevenção dos resíduos e reciclagem é visível uma maior preocupação. Todas as operações já utilizam as suas matérias-primas de forma eficiente e 50% tem planeado um conjunto de medidas de forma a reduzir o consumo de energia, como se evidencia na figura **3.41**. Por conseguinte, estes resultados sugerem que as atividades pecuárias atualmente financiadas pela CCAMBA ajudam no alcance de uma economia mais verde e circular.

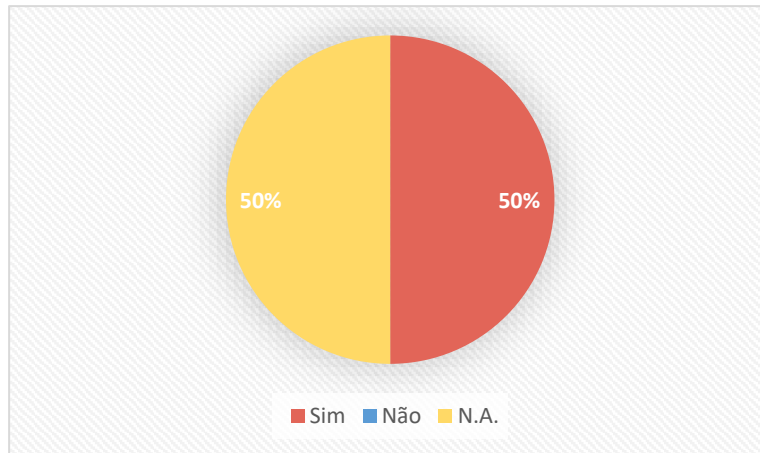


Figura 3.41 - Medidas de redução do consumo de energia

e) Questões acerca da Prevenção e Controlo da Poluição

Para alcançar os objetivos relacionados com a prevenção e controlo da poluição, existem em 50% das operações medidas para aplicar pesticidas, herbicidas ou semelhantes apenas nos locais devidos, como evidenciado na **figura 3.42**. 50% possui uma certificação associada aos produtos cultivados ou produzidos, como por exemplo, a certificação biológica, como se observa na **figura 3.43**.

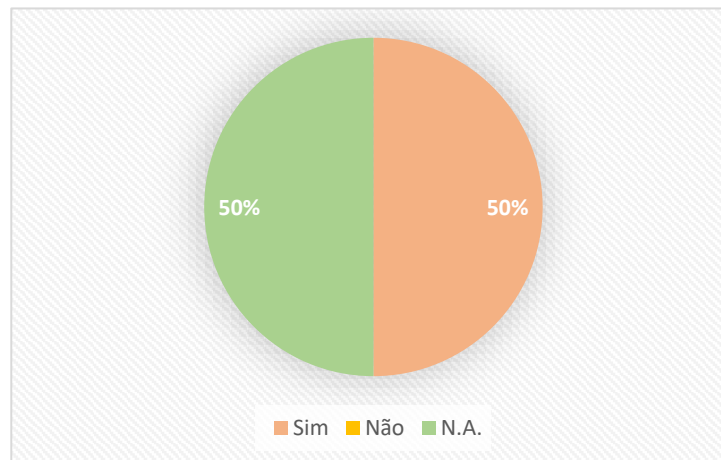


Figura 3.42 - Medidas da aplicação de pesticidas, herbicidas e semelhantes nos devidos locais

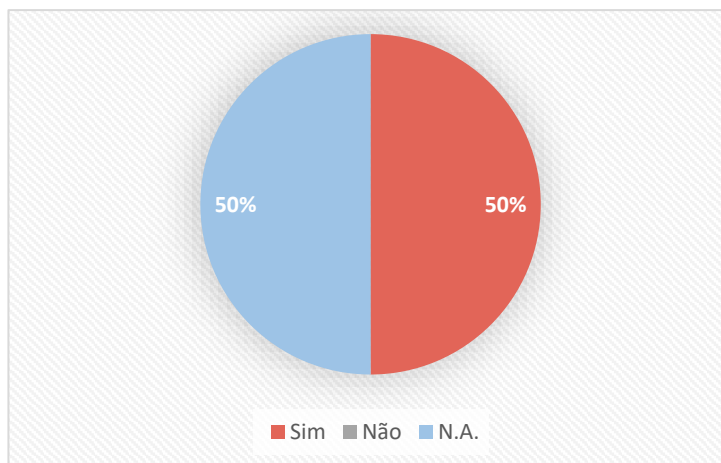


Figura 3.43 - Existência de certificação dos produtos

f) Questões acerca da Proteção dos Ecossistemas Saudáveis e Sustentáveis

Em relação à proteção dos ecossistemas saudáveis e sustentáveis, verifica-se que 50% das operações consideradas deixa zonas ao natural (vide **figura 3.44**), ou seja, zonas onde não existe intervenção humana e 100% não coloca em risco nem prejudica os animais e plantas. Assim, percebemos que as atividades pecuárias a cuja CCCAMBA concedeu crédito não apresentam riscos para os ecossistemas

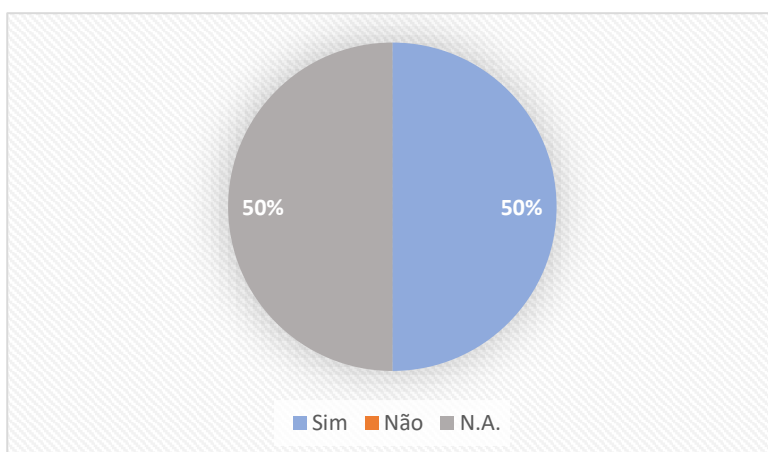


Figura 3.44 - Existência de zonas deixadas ao natural

g) Questões Sociais e de Governança

Por fim, analisado as questões sociais e de governança, a tendência continua a ser de maior preocupação por parte das empresas na realização das suas atividades. Assim, verifica-se que todas respeitam a integridade física dos trabalhadores, cumprem a legislação laboral e proporcionam condições dignas e bem-estar aos seus trabalhadores.

Em suma, observando os resultados apurados dos questionários analisados, é fácil de verificar que, tanto ao nível das empresas, como das operações que estas executam e para as quais solicitaram crédito junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira,

ainda são relativamente poucas as preocupações com as questões da sustentabilidade e de implementação de políticas internas ambientais e sociais neste sentido. Nos questionários empresariais verificou-se que quase a totalidade das empresas se encontra na pior notação possível (D). Assim,   necessário, ao nível ambiental, que estas passem a ter uma certifica o ambiental e que, pelo menos as PME, comecem a publicar um relatório de sustentabilidade, dado que para as grandes empresas este já   obrigatório de acordo com a Diretiva de Divulga o de Informa o Não Financeira. Ao nível social e de governa o percebemos que efetivamente não existem grandes problemas. Praticamente todas as empresas cumprem a legisla o laboral e as normas vinculadas no Código do Trabalho relativamente   higiene e segurança no trabalho. Ainda assim,   essencial que tanto as microempresas, como as PME e as grandes empresas comecem a implementar políticas internas no sentido de combater a corrup o e a fraude, bem como políticas que defendam a igualdade de g nero e a não discrimina o.

No que concerne aos questionários relativos às opera es de crédito, os resultados são levemente mais animadores, concentrando-se grande parte destas na Nota o de Baixo (C) ou Bom (B), ainda assim existe um grande caminho a percorrer para o alcance das metas propostas no período previamente definido. Nas opera es de crédito geral, tornam-se menos alarmantes as questões relacionadas com os recursos hídricos e marinhos, a produ o de resíduos e o equilíbrio dos ecossistemas. Pelo contrário,   necessária especial aten o relativamente ao objetivo da adapta o climática, nomeadamente ao nível dos riscos ambientais e às questões da polui o que permitem a mitiga o climática. Apesar das questões relativas   mitiga o climática não se revelarem prejudiciais, se nada for mudado não será possível alcançar um planeta mais sustentável e fazer às altera es climáticas e às consequências delas resultantes. Torna-se essencial melhorar as medidas de adapta o climática, com vista a diminuir e prevenir os riscos das altera es climáticas, visto que estes são bastante prejudiciais para as empresas e para os bancos que as financiam.

Nas opera es de crédito relacionadas com o setor pecuário, as questões relacionadas com o equilíbrio dos ecossistemas e da transi o para uma economia circular são menos relevantes. De igual forma as questões da mitiga o e adapta o climática pressupõe uma interven o mais urgente. No que respeita às questões sociais e de governa o, estes resultados são semelhantes aos dos questionários empresariais, o que se revela um bom sinal.

Face ao exposto, é necessário que o Crédito Agrícola incentive os seus clientes a canalizar os seus investimentos para setores mais verdes e a adotar práticas mais sustentáveis e menos nocivas para o ambiente. Analisando aquilo que tem sido a ação do Grupo na área da sustentabilidade, constata-se que este já adota algumas medidas neste sentido.

Em primeiro lugar, possui algumas parcerias com instituições sociais e de preservação do meio ambiente, nomeadamente Bombeiros Voluntários e Santas Casa da Misericórdia, assim como diversas instituições relacionadas com a agricultura.

Além disso, disponibiliza junto dos seus clientes empresa, linhas de crédito específicas, nomeadamente: i) a Linha de Crédito Descarbonização e Economia Circular, direcionada para as empresas que utilizem soluções energeticamente eficientes e que utilizem os recursos de forma sustentável, ii) a Linha de Crédito de Energias Renováveis, destinada a empresas que procuram produzir energia através de fontes renováveis ou que adquiram sistemas de forma a gerar energia para autoconsumo e, desta forma, melhorar a eficiência energética das suas instalações, iii) a Linha de Agronegócio FEI, destinada a empresas do setor agrícola e agroalimentar, iv) a Linha de Crédito à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, v) a Linha de Crédito à Reparação e Manutenção de Equipamentos Agrícolas, vi) a Linha de Crédito de Apoio à Economia Social, destinada a associados que atuem no âmbito da economia social e vii) a Linha FIS Crédito, direcionada a empresas que pretendam implementar iniciativas de inovação e empreendedorismo social ou que tentem dar resposta a problemas de ordem social.¹¹ Oferece ainda condições especiais no Leasing de Viaturas Elétricas e um cartão denominado “Cartão CA Agricultura”, que confere condições especiais na aquisição de produtos e serviços a empresas do setor agrícola e agroindustrial.

Tendo em vista consciencializar clientes, tem realizado um conjunto de iniciativas, tais como o Concurso anual CA Dia Sustentável, oferecendo 3 bicicletas elétricas a 3 clientes particulares que subscrevam algum dos serviços da oferta sustentável. Participou, em 2020, no *Planetiers World Gathering*, o maior evento mundial sobre inovação sustentável. Além disto, também em 2020, inaugurou, em Leiria, a primeira agência sustentável do Grupo. Em 2021, realizou uma campanha para a agricultura, floresta e agroindústria, onde as empresas

¹¹ <https://www.creditoagricola.pt/para-a-minha-empresa/financiar/?filter=todos-os-creditos> (acedido em 14/062022)

poderiam beneficiar de produtos, linhas de crédito e leasing com spreads mínimos. Promoveu também, em 2022, *talks* em parceria com o Dinheiro Vivo acerca da sustentabilidade.

Está igualmente empenhado em consciencializar os seus colaboradores. Com esse objetivo, desenvolveu a ação “CA Sensibilização Ambiental”, que consiste na prática de diversos passatempos como forma de sensibilizar para esta temática, oferecendo aos vencedores um kit com produtos sustentáveis. Promove diversas formações internas acerca do tema, tal como assumido na “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável”. Por fim, tem em vigor a campanha “Zero Plástico” em todas as CCAM e respetivas agências com a finalidade de reduzir o consumo de plástico nas instalações.

O Grupo divulga anualmente um relatório de sustentabilidade, ao abrigo do Decreto de Lei nº89/2017, com o propósito de informar clientes e investidores do seu impacto no ambiente e na sociedade.

Além disto, de forma a integrar os critérios ESG na sua análise de financiamento, tal como assumido na “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável”, o Crédito Agrícola procedeu à elaboração dos Questionários Ambientais e Sociais.

Ainda assim, estas medidas revelaram-se insuficientes, pelo que é necessário a implementação de novas e melhoria das já existentes. Partindo do pressuposto que cabe ao Crédito Agrícola dar o exemplo, tendo colaboradores devidamente informados na área, para que possam auxiliar os seus clientes a adotar soluções mais sustentáveis, considero pertinente o aumento de formações promovidas por entidades externas devidamente qualificadas, por exemplo, o Instituto de Formação Bancária, nomeadamente devido à evolução do tema no setor financeiro. Seria ainda útil introduzir responsabilidades no âmbito da sustentabilidade pelas diversas áreas, incorporando a obrigatoriedade de comunicar o seu progresso e desempenho e atribuindo, por exemplo, um benefício às áreas que apresentem propostas de melhoria.

Sugiro também o aumento das ações de sensibilização para os clientes, englobando os próximos passos que serão executados em matéria de sustentabilidade e que são passíveis de os afetar, tais como promover mais *talks* em parceria com o Dinheiro Vivo ou outras instituições relevantes, disponibilizando-as online, posteriormente, de forma a permitir uma consulta rápida a qualquer momento.

Recomendo o aumento das parcerias com outras instituições sociais e ambientais, como por exemplo, realizar uma parceria com uma empresa de reciclagem de cartões obsoletos, como é o caso da Extruplás, e que de outra forma serão colocados no lixo indiferenciado, prejudicando o meio ambiente e a sociedade.

Outra medida que pode ser adotada é o aumento da gama de produtos e serviços sustentáveis, designadamente a criação de uma Linha de Crédito à Habitação para imóveis com certificação energética, a criação de uma Linha de Crédito direcionada a projetos com reduzidas emissões de CO2 ou ainda a criação de uma Linha de Apoio a projetos sustentáveis. Estas linhas específicas de crédito poderão ter como vantagens bonificações das taxas de juro, alargamento dos prazos de financiamento, comissões bonificadas, garantias mútuas para garantir uma determinada percentagem do capital em dívida, entre outras, como defendem Berensmann & Lindenberg (2016). Poderão também ser alargadas as condições existentes para o Leasing para viaturas elétricas às viaturas híbridas.

Por fim, indo ao encontro ao que se perspetiva para o setor financeiro, é necessário que os critérios ESG passem a ser incluídos na análise do processo de conceção de crédito, de forma a reduzir os entraves aos financiamentos em setores e projetos verdes e sustentáveis e penalizar os setores “mais castanhos”. Para isto, pode gratificar-se as áreas mais verdes, por exemplo, através de bonificações da taxa de juro, redução das garantias ou outras condições preferenciais e, por exemplo, agravar as taxas de juro ou reduzir a maturidade nos setores totalmente dependentes de combustíveis fósseis, tal como defendem Weber, Fenchel e Scholz.

Espera-se que estas medidas executadas em conjunto consigam auxiliar as empresas clientes a serem mais sustentáveis e a optarem por projetos menos nocivos, uma vez que, numa perspetiva de longo prazo, a adoção destas práticas levará a uma maior rentabilidade. De notar que grande parte das medidas aqui propostas necessitam de aprovação superior para serem executadas.

3. Outras Atividades Desenvolvidas

De seguida, procede-se a uma descrição breve das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, nomeadamente nas áreas financeira e de suporte e na área de crédito.

3.1. Atualização da Lista de Associados no Pleno Gozo dos seus Direitos

A primeira atividade desenvolvida no estágio foi a atualização da lista de associados no pleno gozo dos seus direitos. Esta é atualizada quando os titulares dos títulos de capital deixam de estar no pleno gozo dos seus direitos, ou seja, esta lista será expurgada de pessoas singulares falecidas, pessoas coletivas extintas, heranças ou pessoas singulares falecidas representadas por herdeiros e entidades sem personalidade jurídica, como é o caso dos condomínios.

Para este efeito, foi facultada uma lista em Excel dos sócios com o objetivo de apurar se a entidade já se encontra, à data da verificação, extinta, inserindo no Portal da Justiça o Número de Identificação Fiscal (NIF) de cada um dos sócios e verificando se existe registo do encerramento ou da liquidação.

3.2. Ficha de Vistoria a Imóveis

Outra tarefa realizada foi o preenchimento de fichas de vistoria a imóveis detidos para venda, excluindo os de uso próprio. As avaliações aos imóveis são apenas efetuadas com uma periodicidade de 3 anos, de forma a reduzir custos. Deste modo, é obrigatório realizar estas vistorias neste intervalo de tempo, com o intuito de acompanhar o imóvel.

Para isto foi-me facultado um ficheiro Excel exportado da aplicação “ImoCA”, que englobava todos os imóveis que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira detém, selecionando posteriormente os que necessitavam de vistoria, preenchendo com as informações necessárias o Auto de Vistoria para cada um deles.

3.3. Cursos de Formação Via *E-learning* e Webinar

No decorrer do estágio fui realizando algumas formações via *e-learning* através da plataforma “FormaCA”, sendo posteriormente realizada uma avaliação final para cada um deles. Estes cursos tiveram como temas a Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses e de Transações com Partes Relacionadas, o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Sustentabilidade e o Papel do Setor Financeiro, a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e a Segurança e Saúde no Trabalho.

Além destas formações, tive ainda oportunidade de assistir a diversos *Webinar* do Grupo Crédito Agrícola em parceria com o Dinheiro Vivo, nomeadamente acerca da

Sustentabilidade para as PME e Microempresas e Sustentabilidade para as Grandes Empresas, onde foram abordados os Questionários Ambientais e Sociais, desenvolvidos pelo Grupo.

3.4. Apoio na Elaboração do Relatório e Contas de 2021

Considerando o plano de estágio, uma das tarefas a desenvolver foi o apoio na elaboração do Relatório e Contas de 2021, através do preenchimento de tabelas em Excel com os valores constantes no Balanço, Balancete e Demonstração dos Resultados (DR), retirados da aplicação “COREP” e posterior elaboração de gráficos a apresentar no relatório.

3.5. Análise Evolutiva das Imparidades de Clientes e Processos de Crédito

Após me serem fornecidos diversos documentos acerca das imparidades de cada mês, detalhados em Excel, calculei a imparidade total e eliminei os dados desnecessários. Após isto criei uma lista de todos os créditos concedidos para cada cliente.

3.6. Apoio na Organização dos Dossiers de Crédito

Na organização dos dossiers de crédito comecei por conferir todas as assinaturas nos respectivos contratos, procedendo depois à sua organização, separando os documentos para os clientes e para a CCAMBA. Relativamente aos documentos que ficam na posse da CCAMBA, foi necessário proceder à sua digitalização, inserindo posteriormente cada documento na respetiva pasta de cliente e arquivando as versões em papel no cofre. Os documentos relativos a clientes dos outros balcões pertencentes à CCAMBA foram separados e enviados para o respetivo balcão.

3.7. Controlo de ATM

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira, assim como os restantes bancos, possui uma rede de terminais ATM, dos quais é responsável pela gestão e funcionamento adequado. Estes estão localizados em pontos estratégicos dos concelhos pertencentes às diversas agências que a constituem (Mortágua, São Pedro de Alva, Santa Comba Dão, Penacova, Anadia, Vilarinho do Bairro, Mealhada e Barcouço). Os ATM pertencentes a esta rede podem ser carregados e operados pelos próprios trabalhadores das diferentes agências ou pela empresa de segurança Prosegur, quando se situam mais distantes das agências.

Este controlo foi executado no início de cada mês relativamente ao mês anterior, com o objetivo efetuar a monitorização dos montantes de capital em circulação, confirmando os seus saldos através dos comprovativos de carregamentos e fechos, enviados pelos trabalhadores das agências ou pela empresa de segurança privada, e da folha de levantamentos, verificando, assim, a existência de anomalias.

Para este efeito, utilizei um mapa em Excel para cada agência integrante da CCAMBA onde constam todos os ATM, identificados por um número, detidos por essa agência. Nestes mapas, registei todos os movimentos, por data, relativos ao último período e os carregamentos efetuados no mesmo.

3.8. Acompanhamento da Análise de Risco das Operações de Crédito a Clientes Particulares e Empresas

Na área do crédito, procedi ao acompanhamento da análise de risco das operações de crédito a clientes particulares, empresas e empresários em nome individual. Este é um processo bastante complexo e demoroso. Em primeiro lugar, procede-se à verificação de todos os documentos necessários. Em seguida, é preenchido um documento interno de resumo, que se encontra nos **anexos I e II**, para empresas e particulares, respetivamente, para posterior avaliação e manifestação de um parecer dos membros da administração. Este é dividido em 12 pontos que diferem para o caso de ser um crédito concedido a clientes particulares, ENI ou empresas.

Caso seja um cliente particular, começa por enumerar as características da análise, nomeadamente o número do relatório, a data de entrada e de início da avaliação e o âmbito da análise. De seguida, são identificados os proponentes, isto é, o mutuário e a fiadora, e especificados os dados pessoais respetivos e a sua classificação, ou seja, se estes apresentam ou não indícios de dificuldades financeiras. Após isto, são mencionadas as características da operação, incluindo o tipo de crédito e a sua finalidade, o montante, o prazo, a periodicidade do reembolso de capital e respetivos pagamentos de juros, a taxa de juro aplicada, as comissões e as garantias e condições aplicadas em caso de incumprimento. Posteriormente, é realizada uma breve descrição do envolvimento do cliente com o Grupo Crédito Agrícola, evidenciando os saldos médios dos últimos 6 meses da conta de depósitos à ordem, se o cliente é associado e com que montante, se já detém algum crédito e/ou algum tipo de seguro com o Grupo. De seguida, é efetuado um resumo do envolvimento bancário do cliente e do fiador, isto é, das suas responsabilidades com a banca no geral e com o SICAM. Após isto,

é efetuado um quadro de responsabilidades com a CCAMBA, conferido através da plataforma “Sibal”. É elaborado também um quadro resumo das garantias a favor da CCAMBA, onde é descrito o seu tipo, o valor garantido inicial e atual, a freguesia, o valor e a data da avaliação, entre outras informações menos relevantes. Após isto, é avaliada a solvabilidade, nomeadamente a situação económico-financeira da entidade patronal, a taxa de esforço, o DSTI (*Debt Service To Income Ratio*) e o LTV (*Loan To Value Ratio*), de forma a perceber se estes se encontram dentro dos limites.

A Taxa de Esforço é o rácio entre todos os encargos mensais, nomeadamente com a habitação, seguros, encargos bancários, entre outros, e os rendimentos mensais líquidos do mutuário. Esta tem um limite máximo de 60% e calcula-se da seguinte forma

Taxa de esforço=

$$\frac{\sum(\text{Encargos mensais dos mutuários}) + \text{Prestação mensualizada da proposta}}{\sum(\text{Rendimentos líquidos mensais de carácter regular dos mutuários})} \times 100$$

O DSTI é um indicador que diz respeito à percentagem do rendimento dos clientes que é afeta ao serviço da dívida bancária, apresentando um limite máximo de 50%. Na prática, este representa uma taxa de esforço que engloba apenas os encargos bancários e calcula-se da seguinte forma:

$$\text{DSTI} = \frac{\text{Prestação mensal calculada com todos os empréstimos do mutuário}}{\text{Rendimento líquido mensal do(s) mutuário(s)}}$$

O LTV reflete o rácio entre o montante total dos contratos de crédito garantidos por um determinado imóvel e o preço ou valor de aquisição do imóvel, tendo diferentes limites, estabelecidos pelo Banco de Portugal, consoante o tipo de crédito. Este apresenta um máximo de 90% para crédito à habitação própria e permanente, 80% para crédito à habitação destinado a outras finalidades que não habitação própria e permanente, 100% para crédito à habitação ou com garantia de hipoteca para aquisição de imóveis detidos pelas próprias instituições assim como para contratos de locação financeira. Calcula-se pela seguinte fórmula:

$$\text{LTV} = \frac{\text{Montante de empréstimo(s) garantido(s) pelo mesmo imóvel}}{\text{Mínimo (preço da aquisição; valor da avaliação)}}$$

Por fim, é emitido um parecer favorável ou desfavorável à concessão do crédito e realizada uma *check-list* dos documentos entregues pelo cliente. Caso o analista considere essencial mais alguma informação, deverá fazê-la constar nas notas.

Caso seja um cliente empresa, este documento interno inicia-se igualmente com a identificação das características da análise, seguida da identificação dos proponentes. Neste caso, é adicionada a identificação da estrutura societária, incluindo as percentagens e o montante de capital detidos pelos clientes constituintes da sociedade e ainda a constituição da gerência. Em seguida, são mencionadas as características da operação e o envolvimento do cliente com o Grupo Crédito Agrícola de igual forma aos clientes particulares, adicionando apenas o valor mensal da prestação. Já o envolvimento bancário terá de ser executado tanto para o Cliente Empresa como para os respetivos sócios. De seguida, é efetuado um quadro resumo de responsabilidades na CCAMBA, assim como um quadro resumo de garantias a favor da CCAMBA. Posteriormente, são apresentadas as demonstrações financeiras dos últimos 3 anos, nomeadamente o balanço, a demonstração dos resultados e um quadro resumo que vai permitir estimar os valores do último exercício. É possível determinar um rating de risco que varia entre 1 e 10, onde 1 significa elevado e 10 baixo, sendo retiradas conclusões a partir deste quadro, tanto para o triénio considerado como para os valores estimados do último exercício. Finalmente, é emitido um parecer favorável ou desfavorável e efetuada uma *check-list* dos documentos entregues pelos clientes. Assim, como no documento para clientes particulares, caso o analista considere essencial mais alguma informação, deverá fazê-la constar nas notas.

3.9. Auxílio no arquivo dos documentos da área comercial e de crédito

No decorrer do estágio, devido ao volume de trabalho, fui auxiliando a área comercial no arquivo de documentos, retirados da aplicação “CA Express”, relativos à abertura de conta e fichas de assinaturas de clientes, assim como documentos relativos ao pedido de abertura de cliente e fichas de atualização de dados dos mesmos.

Além disto, auxiliei também a área do crédito na reorganização das pastas de arquivo de processos relativos à adesão a cartões de crédito.

Capítulo IV – Análise Crítica

O estágio curricular realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira conferiu-me a oportunidade de conhecer alguns procedimentos internos que são efetuados no setor bancário. Sendo este um setor caracterizado por uma grande competitividade, é necessário que estes processos sejam executados com a máxima eficiência. Neste campo, na minha opinião, a CCAMBA tem ainda uma grande margem de progressão, essencialmente em virtude da escassez de funcionários. Além disto, é fundamental esclarecer algumas dúvidas que surgem recorrentemente entre os colaboradores, de forma a evitar erros. Torna-se, ainda, importante melhorar o atendimento telefónico, uma vez que existem clientes que ligam recorrentemente, sem obter resposta. Estes aspetos devem ser melhorados, de forma a aumentar a satisfação dos seus clientes.

No que diz respeito às tarefas por mim desenvolvidas ao longo do estágio, considero que deveria ser atribuído um determinado período apenas para a realização das formações via *e-learning*. Apesar de considerar esta forma de aprendizagem bastante vantajosa, na medida em que permite poupar custos e tempo, nomeadamente com deslocações, esta torna-se também mais propícia a distrações. Isto porque o colaborador pode estar a realizar a formação, ao mesmo tempo que efetua outras tarefas. Assim, seria essencial existir um determinado horário para que cada um conseguisse realizar a formação sem interrupções e, desta forma, potencializar os conhecimentos adquiridos.

Relativamente ao arquivo de dossiers de crédito e documentos da área comercial, considero que são tarefas bastante demorosas, pelo que deveriam ser efetuadas com uma maior regularidade, por exemplo com uma periodicidade semanal. Deste modo, cada colaborador despendia de menos tempo por dia a executar esta função, ficando mais livre para as tarefas cruciais.

No que tange à política de concessão de crédito, em linha com os restantes bancos com atuação ao nível nacional, julgo que esta é demasiado restritiva. Em virtude das suas características e da relação de proximidade com os clientes, considero que seria vantajoso para a CCAMBA criar alguns mecanismos facilitadores, embora tenha noção de que seria um processo complexo.

Em relação à análise dos questionários por mim desenvolvida, considero que as restrições no acesso à informação da Caixa Central se revelaram desvantajosas para as

conclusões retiradas. Teria sido vantajoso proporcionar o acesso a essas informações, com vista à retirada de conclusões mais atualizadas para todo o Grupo, que resultaria em medidas sugeridas mais adequadas, de acordo com os resultados.

Por fim, de referir que apesar das competências e conhecimentos adquiridos, teria sido interessante passar pelas restantes áreas, nomeadamente Comercial, *Compliance* e Auditoria Interna e Comercial, a fim de adquirir uma visão mais alargada do funcionamento de uma instituição financeira e quais os processos que ocorrem em cada área. Não obstante, considero ter adquirido conhecimentos fundamentais na área financeira e de suporte, cuja grande maioria do estágio incidiu. Ainda assim, a realização do mesmo permitiu-me clarificar alguns conceitos essenciais para o setor e outros para o mercado de trabalho em geral, tais como: sigilo bancário, ética profissional, responsabilidade profissional, relações profissionais, assim como apurou a minha responsabilidade no cumprimento de tarefas dentro dos prazos definidos.

Conclusão

Atualmente, as repercussões das alterações climáticas são bastantes visíveis, principalmente através da frequente ocorrência de eventos climáticos extremos. Estas impactam o nível da água do mar, os níveis de precipitação, o derretimento do gelo e o nível de acidez nos oceanos que, por sua vez, vão gerar impactos na biodiversidade. Além disto, também é possível sentir as suas consequências ao nível dos sistemas humanos, afetando a agricultura e o turismo. São ainda evidentes as consequências no setor financeiro, tais como os aumentos dos custos das companhias de seguros quando ocorrem catástrofes naturais e maiores perdas por parte dos bancos que financiam empresas bastante expostas aos riscos das mesmas.

Tendo em consideração estes efeitos negativos têm vindo a ser adotadas várias respostas ao nível internacional e nacional. Ao nível internacional, destaca-se o Acordo de Paris, com vista à redução das emissões de GEE, comprometendo-se os países signatários a manter o aumento da temperatura média global abaixo 2°C dos níveis pré-industriais e limitar o aumento da temperatura a 1.5°C. Ao subscrever este acordo, Portugal comprometeu-se a atingir a neutralidade carbónica até 2050. Surgiu também o Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de tornar a Europa no primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050 e, de reduzir as emissões em 55% até 2030. Para transformar estes objetivos numa obrigação legal, foi constituída a Lei Europeia do Clima. A nível nacional, foi definido o Plano de Recuperação e Resiliência, que engloba três dimensões, entre as quais a transição climática, visando, mais uma vez, o alcance da neutralidade carbónica. É também constituída a Lei Portuguesa do Clima, onde são definidas bases para alcançar esta meta.

O setor financeiro é bastante relevante para estas questões, uma vez que estas afetam os atores que nele intervêm, como investidores e bancos. Assim, foi criada a *Task Force on Climate – related Financial Disclosures*, de forma a auxiliar as empresas a avaliar adequadamente os riscos e oportunidades relacionados com o clima. Procede, então, a 4 recomendações aplicáveis a todos os setores, nomeadamente o financeiro.

Para alcançar a meta de neutralidade carbónica, os bancos necessitam de praticar um financiamento sustentável, isto é, um financiamento onde são tomadas em consideração também as questões ambientais e sociais, além das económicas. Desta forma, a fim de

promover as Finanças Sustentáveis, a Comissão Europeia criou o Plano de Ação: *Financiar um Crescimento Sustentável*, definindo 10 ações para alcançar os seguintes objetivos: i) reorientar os fluxos de capitais para investimentos sustentáveis, ii) gerir os riscos financeiros decorrentes das alterações climáticas, do esgotamento dos recursos, da degradação do ambiente e das questões sociais, e iii) promover a transparência e a visão de longo prazo nas atividades económicas e financeiras.

Apesar disto, ainda existe um longo caminho a percorrer para alcançar as Finanças Sustentáveis. Existem ainda bastantes entraves, no entanto, relativamente aos bancos tem-se verificado um aumento das medidas no sentido de canalizar os investimentos para os setores mais verdes e sustentáveis e para integrar medidas verdes no sistema bancário. Torna-se necessário acelerar o financiamento sustentável em Portugal. Para este efeito, foi criado o Grupo de Reflexão, constituído por 20 instituições dos principais atores representantes do setor financeiro. Este grupo assinou, posteriormente a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável, onde são descritos os compromissos para cada grupo de signatários, tais como a banca. Esta assume um conjunto de compromissos relacionados com a sustentabilidade. Destaca-se, como um dos compromissos mais promissores para o setor, a integração gradual dos critérios ESG nas análises de financiamento e de investimento. Neste perspetiva, são considerados indicadores não financeiros, logo os investimentos têm de ser atrativos do ponto de vista ambiental e social, para além do económico. Os estudiosos salientam a importância de incorporar os critérios ESG nas notações de risco de crédito e nas políticas de empréstimo adotadas pelas instituições financeiras.

Nesta perspetiva, o Crédito Agrícola definiu uma Política de Sustentabilidade, onde se compromete a contribuir para um modelo económico mais verde, circular e socialmente inclusivo, através da canalização de investimentos para projetos com menor impacto ambiental e onde não existam situações de exclusão social e desigualdade. Esta política tem ainda em consideração o objetivo definido no Acordo de Paris de atingir a neutralidade carbónica e prioriza 5 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Na sequência das mudanças que se preveem para a banca, Grupo sentiu a necessidade de incorporar os fatores ESG na gestão de risco dos seus empréstimos. Para isto criou Questionários Ambientais e Sociais a aplicar às empresas e respetivas operações. Uma das atividades fulcrais no decorrer do estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira foi a análise dos resultados destes questionários. Esta encontra-se descrita detalhadamente no presente relatório. Analisando os resultados obtidos, é perceptível

que a grande maioria das empresas ainda apresenta um baixo nível de incorporação das questões da sustentabilidade na sua gestão diária. Ainda assim, quando analisadas as operações relativamente às quais se está a pedir financiamento, os resultados melhoram, ainda que continuem sem se revelar significativos. Analisando, detalhadamente cada questionário, conclui-se que as questões sociais e de governação apresentam maiores preocupações em detrimento das ambientais. Tendo por base estes resultados, sugeri um conjunto de medidas que considero que podem auxiliar a CCAMBA a consciencializar os seus clientes dos impactos que as suas atividades representam no planeta, apresentando-lhe assim soluções alternativas mais ecológicas. Além disto, através destas medidas, os funcionários terão um maior conhecimento que lhes permitirá auxiliar os clientes a canalizarem os seus investimentos para setores mais verdes.

Em suma, é necessário agir rapidamente para travar as alterações climáticas e os impactos catastróficos que causam no nosso planeta. Neste sentido, é fulcral o papel do setor financeiro na promoção das Finanças Verdes e na consciencialização de todos da urgência desta questão. Só assim, é possível alcançar o objetivo do Acordo de Paris e evitar efeitos ainda mais graves, que poderão mesmo ser irreversíveis.

Referências

- Achs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., Woelm, F. (2021). *The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021*. Cambridge University Press
- Angelova, D., Bosello, F., Bigano, A., & Silvio Giove. (2021). *Sovereign rating methodologies , ESG and climate change risk : an overview* (No. 15).
- Aragão, A., Simões, A. B., Filho, C. de B., Lages, D. de B., Fernandes, G. L., Garbaccio, G. L., Barros, I. P., Rigoletto, I. de P., Almeida, J. N. de, Porto, M. L., Zucatelli, M. de C., Paixão, M. J., Lavouras, M., Faria, M. F. B., Silva, R. S. A. P., Saab, S., Silva, S. T. da, & Laender, V. M. (2020). *Compliance e Sustentabilidade: Perspetivas Brasileira e Portuguesa*. In *Compliance e Sustentabilidade: Perspetivas Brasileira e Portuguesa*. Instituto Jurídico.
- Assembleia da República. (2021). Lei n.º 98/2021 - Lei de Bases do Clima. *Lei de Bases Do Clima (Lei n.º98/2021)*, 5688–5724.
- Banco CTT. (2020). *Relatório & Contas 2020: Valores de Relevância*.
- Bellido, N. E. P. (2017). *Cambio Climatico, Pobreza Y Sostenibilidad*.Pdf. *Ehquidad International Welfare Policies and Social Work*, 7.
- Berensmann, K., & Lindenberg, N. (2016). *Green Finance: Actors, Challenges and Policy Recommendations* (No. 23).
- BPI. (2020). *Relatório e Contas: Banco BPI 2020*.
- Caixa Geral de Depósitos. (2020). *Relatório de Gestão e Contas 2020*.
- Comissão Europeia. (2018). Plano de Ação: financiar um crescimento sustentável. *Official Journal of the European Union*, 1–22.
- Comissão Europeia. (2020). Taxonomy : Final report of the Technical Expert What is the EU Taxonomy ? In *Comissão Europeia*.
- Comissão Europeia. (2021). Regulamento (UE) 2021/1119 - Lei Europeia em matéria de clima. *Jornal Oficial Da União Europeia*, 2021(2), 1–17.
- Crédito Agrícola. (2020). *Act4nature: Compromissos individuais*.

- Crédito Agrícola. (2020). *Política de Sustentabilidade Crédito Agrícola*.
- Crédito Agrícola. (2020). *Relatório & Contas 2020*.
- Crédito Agrícola. (2021). *Relatório de Sustentabilidade 2021*.
- Devalle, A., Fiandrino, S., & Cantino, V. (2017). The Linkage between ESG Performance and Credit Ratings: A Firm-Level Perspective Analysis. *International Journal of Business and Management*, 12(9), 53.
- Duarte, A. (2007). Impacto das alterações climáticas na gestão da água. *Revista Águas e Resíduos*, III(2), 58–73.
- EBA. (2019). *EBA Action Plan On Sustainable Finance* (Issue December).
- Erickson, L. E., & Brase, G. (2020). The Paris Agreement on Climate Change. In *Reducing Greenhouse Gas Emissions and Improving Air Quality: Two Interrelated Global Challenges* (pp. 11–22). CRC Press.
- Ernest & Young Global Limited. (2022). *Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho? - ESG Portugal: Desafios para 2022*.
- Eurobic. (2020). *Relatório & Contas 2020*.
- Ferreira, P. (2017). Alterações climáticas e desenvolvimento. In “*COERENCIA.PT: O Eixo do Desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável*”.
- Grupo de Reflexão. (2019a). *Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal: Financiar uma Prosperidade Sustentável*.
- Grupo de Reflexão. (2019b). *Linhas de Orientação para Acelerar o Financiamento Sustentável em Portugal*.
- International Monetary Fund. (2020). Greening the recovery. *Fiscal Affairs*, October 2019, 1–3.
- IPCC, 2018: Annex I: Glossary [Matthews, J.B.R. (ed.)]. In: Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts,

J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)). In Press

IPCC. (2014) *Climate Change 2014 Synthesis Report*.

Jayaraman, T. (2015). The Paris Agreement on Climate Change : Background , Analysis , and Implications. *Review of Agrarian Studies*, 5(2), 42–59.

Jia, G., Shevliakova, E., Artaxo, P., De Noblet-Ducoudré, N., Houghton, R., Anderegg, W., Bernier, P., Carlo Espinoza, J., Semenov, S., Xu, X., Shevliakova, E., Artaxo, P., De Noblet-Ducoudré, N., Houghton, R., House, J., Kitajima, K., Lennard, C., Popp, A., Sirin, A., ... Malley, J. (2019). Land-climate interactions Coordinating. *Climate Change and Land: An IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems.*, 131–248.

Lakshmanan, P. K., Singh, S., & Asta Lakshmi, S. (2017). The Paris Agreement on Climate Change and India. *Journal of Climate Change*, 3(1), 1–10.

Lindenberg, N. (2014). *Definition of Green Finance*.

Matos, P. (2020). ESG and Responsible Institutional Investing Around the World: A Critical Review. In *SSRN Electronic Journal*. CFA Institute Research Foundation.

Millennium BCP. (2020). *Relatório & Contas 2020*.

Ministério do Planeamento. (2021). *Recuperar Portugal, Construindo O Futuro: Plano de Recuperação e Resiliência*.

Montepio. (2020). *Relatório e Contas 2020*.

Nisanci, D. A. (2021). FSB Task Force on Climate-related Financial Disclosures. *World Scientific Encyclopedia of Climate Change*, 3–8.

Novo Banco. (2020). *Relatório e Contas Intercalar Consolidade e Individual: 1º Semestre de 2020*

ONU. (2018). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo. *Centro de Informação Regional Das Nações Unidas Para a Europa Ocidental*, 1–38.

- Parlamento Europeu, & Conselho Europeu. (2020). Regulamento (UE) 2020/852. *Jornal Oficial Da União Europeia*, 2020(4), 13–43.
- RP. (2017). Decreto-Lei N°89/2017 de 28 de Julho. *Diário Da República*, 145(1ª série), 4267–4271.
- Santos, M., & Santos, S. (n.d.). *Assessing Environmental Risks in Credit Concession Portuguese Credit Portfolio Analysis*.
- Stern, T. (2019). The Paris agreement and its future. *Renewable Resources Journal*, 33(2), 15–18.
- TCFD. (2017). Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures. *Task Force on Climate-Related Fiancial Disclosures*, 1–74.

4. Envolvimento com GCA (Consulta de Cliente Grupo)

O proponente é cliente nesta CCAM BA desde 2015.

O envolvimento comercial é composto por:

- Conta Negócio com saldo médio nos últimos seis meses de € X.XXX Tem associado descoberto autorizado até ao montante de € X.XXX.
- Subscrive títulos de sócio no montante de € 500.
- Tomador de seguros do ramo Vida e Não Vida.
- Um Leasing Mobiliário com capital vincendo de € X.XXX (contrato ABCDE).
- Três contratos de financiamento (ver ponto 6).
 - o Lista resumo de contratos
 - Recursos
 - Responsabilidades
 - Seguros
 - Garantias recebidas
 - Cartões
 - Meios de pagamento

5. Envolvimento Bancário (Consulta da CRC ~~XXX~~)

5.1. Cliente XYZ, Lda

- Responsabilidades na Banca (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- Responsabilidades no SICAM (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- N.º de participantes

5.2. Cliente 1

- Responsabilidades na Banca (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- Responsabilidades no SICAM (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- N.º de participantes

5.3. Cliente 2

- Responsabilidades na Banca (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- Responsabilidades no SICAM (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- N.º de participantes

	Exercício 2018 (N.C.ME)			Exercício 2019 (N.C.ME)			Exercício 2020 (N.C.ME)			Média do Setor em 2020		
	Valor	% VSP	% var. valor	Valor	% VSP	% var. valor	Valor	% VSP	% var. valor	Valor	% VSP	% var. valor
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS												
RENDIMENTOS	232.344	100,7	336.392	130,6	44,3	147.810	111,4	-56,0	125.945.069	277.433,4	35.045,4	
Vendas e serviços prestados (VSP)	214.489	100,0	234.525	100,0	36,0	132.802	100,0	-60,3	45.396	100,0	-45,3	
Variação nos inventários da produção									0	0,0	0,0	
Trabalhos para a própria entidade									931	2,1		
GASTOS	212.384	99,0	308.809	131,7	44,4	175.806	132,4	-42,7	140.802.508	309.721,8	79.626,1	
GASTOS VARIÁVEIS	149.952	89,9	255.121	76,3	70,1	118.780	89,4	-53,4	87.232.556	182.757,0	73.326,9	
Custo mercad. vendidas e materiais consumidos									6.010	13,2		
Fornecimentos e serviços externos	149.952	89,9	255.121	76,3	70,1	118.780	89,4	-53,4	32.710	72,1	-72,5	
GASTOS FIXOS	62.432	29,1	53.688	15,4	-17,5	57.026	42,9	10,7	53.569.952	117.964,8	93.562,3	
Gastos com o pessoal	34.677	16,9	30.467	15,1	-46,1	36.797	38,2	0,7	79.972	44,0	-46,7	
Impendidos de inventários (perdas/averbas)									0	0,0		
Impendidos de dívidas a receber (perdas/averbas)									189	0,4		
Provisões (aumentos/reduções)									-10	0,0		
Impend. inv. não-deprec./amortiz. (perd./averbas)									0	0,0		
Custos imputados/imputações (perd./averbas) (2)									11	0,0		
RESULT. ANTES DEPREC. GAST. FINANC. E IMP. (EBITDA)	20.780	9,7	29.784	8,9	43,3	-27.888	-21,1	-190,6	6.500	-14,3	76,7	
Gastos/rendimentos de depreciação e de amortização	14.946	7,0	20.522	6,1	37,3	22.813	11,2	11,2	12.097	28,6	-47,0	
Impend. de invest. deprec./amortiz. (perd./averbas)									0	0,0		
RESULT. OPERACIONAL (ANTES GAST. FINANC. E IMPOSTOS)	5.834	2,7	9.262	2,8	58,7	-6.931	-38,2	-647,5	-16.507	-41,0	63,3	
Juros e rendimentos similares obtidos									27	0,1		
Juros e gastos similares suportados	5.821	2,4	9.282	2,6	64,4	7.911	5,4	-17,1	2.169	4,8	-48,5	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	613	0,3	90	0,2	-17,9	-67.830	-43,3	-11.902,3	-16.245	-33,8	73,8	

8.3. Quadro Resumo

INDICADORES/RÁCIOS FINANCEIROS						
	Rating Atribuído: 4 - Razoável					
	Exercício 2018	Exercício 2019		Exercício 2020		Exercício 2021
	Valor	Valor	% var	Valor	% var	Valor
Volume de Negócios	214.499	334.525	56%	132.802	-60%	192.328
EBITDA	20.780	29.784	43%	-27.888	-194%	31.510
M-EBITDA	9,7%	8,9%	-8%	-21,0%	-336%	16,4%
Resultado líquido do Período	613	90	-18%	-57.830	-11593%	1.451
Cash-Flow	15.559	21.026	35%	-35.018	-267%	28.469
Ativo	207.728	294.089	42%	243.680	-17%	288.353
Capital Próprio	95.347	95.850	1%	38.020	-60%	39.471
Resultados Transfidos	-5.404	-4.791	11%	-4.313	10%	-62.143
Passivo Total	112.381	198.239	76%	205.660	4%	248.882
Passivo Bancário	62.639	156.733	150%	157.238	0%	183.316
Suprimentos	0	0	0%	0	0%	0
Autonomia Financeira	46%	33%	-29%	16%	-52%	14%
Solvabilidade	85%	48%	-43%	18%	-62%	16%
Rácio de Liquidez Geral	2,8	3,4	18%	2,9	-14%	1,4
Capacidade endividamento MLP	48,82%	34,87%	-29%	16,43%	-53%	15,65%
Net Debt / EBITDA	2,98	4,93	66%	-5,55	-213%	5,79

Score

5 / 10 - Risco Médio



8.3.1. Considerações ao Triênio 2018-2020

- O Volume de Negócios registou oscilação no triênio em análise. Em 2020 verificou a maior quebra do VN, em cerca de 60%, justificado pela atual pandemia provocada pela COVID19, sendo esta atividade fortemente afetada.

6. Quadro de Responsabilidades na CCAM BA (Consulta do 252 SIBAL)

7. Quadro de Garantias a favor da CCAM BA (Consulta da FGG ou a Constituir)


N.º Garantia:	1111111	2222222	33333	A constituir
Classificação:	Específica	Específica	Específica	Específica
Tipologia:	Hipoteca	Hipoteca	Hipoteca	Hipoteca
Denominação:	Automóvel	Automóvel	Automóvel	Automóvel
Valor Garantido Inicial:	€ xx.xxx	€ xxx.xxx	€ xx.xxx	€ 120.000
Valor Garantido Actual:	€ 52.228,50	€ 52.228,50	€ 76.007,23	€ 120.000
Marca:	MAN	SCANIA	SCANIA	SCANIA
Modelo:	18410 HOCL	K480EB	K 420	K490EB
Matrícula:	NN-LL-NN	NN-LL-NN	NN-LL-NN	-
Valor da Avaliação:	€ 63.000	€ 27.000	€ 85.000	€ 120.000
Data da Avaliação:	29-09-2016	29-09-2016	23-11-2018	20-05-2022
Operações Associadas:	111111111	222222222	333333333	A constituir

8. Demonstrações Financeiras do triénio 2018 – 2020

8.1. Balanço (Principais Rubricas)

	Exercício 2018 (NC-ME)		Exercício 2019 (NC-ME)			Exercício 2020 (NC-ME)			Média do Setor em 2020		
	Valor	% na estrutura	Valor	% na estrutura	% var. valor	Valor	% na estrutura	% var. valor	Valor	% na estrutura	% var. valor
BALANÇO											
ACTIVO	207.728	100,0	294.089	100,0	41,8	243.690	100,0	-17,1	2.286.879	100,0	940,0
ACTIVO NÃO CORRENTE	172.464	83,0	229.627	78,1	33,2	208.243	85,5	-6,3	1.679.103	73,3	306,3
Ativos fixos tangíveis	172.464	100,0	229.627	100,0	33,2	208.008	99,9	-0,4	1.408.333	83,9	577,1
Ativos intangíveis									16.979	1,0	
Outras contas a receber											
ACTIVO CORRENTE	35.264	17,0	64.462	21,9	82,8	35.437	14,5	-46,0	611.572	26,7	1.625,8
Inventários									58.901	9,0	
Créditos	12.808	36,8	21.180	32,8	67,8	3	0,0	-100,0	91.916	15,0	3.401.580,3
Outras contas a receber									103.853	17,0	
Caixa e depósitos bancários	704	2,2	6.059	9,5	1.150,1	2.393	6,8	-75,7	173.820	28,3	7.130,9
CAPITAL PRÓPRIO	96.347	45,9	95.850	32,6	0,5	36.020	15,6	-60,3	541.724	23,8	1.324,8
Capital realizado	100.000	105,4	100.000	104,9	0,0	100.000	104,3	0,0	181.867	28,3	91,7
Outros instrumentos de capital próprio									487.258	71,9	
Reservas legais	138	0,1	138	0,1	0,0	183	0,2	16,2	8.861	1,5	5.210,1
Outras reservas									73.225	10,8	
Resultado líquido do período	815	0,6	503	0,5	-17,9	-57.830	-152,1	-11.582,5	-136.254	-25,2	-126,0
PASSIVO	112.381	54,1	193.239	65,4	70,4	205.660	84,4	3,7	1.748.952	76,4	750,4
PASSIVO NÃO CORRENTE	99.876	80,0	179.024	60,7	79,1	192.436	94,1	0,1	1.174.212	67,1	507,0
Provisões									341	0,0	
Financiamentos obtidos	62.639	62,7	196.733	87,5	150,2	190.619	77,9	-3,9	1.017.891	86,7	575,7
Outras contas a pagar	37.237	37,3	22.291	12,5	-40,3	42.818	22,1	82,1	155.960	13,3	264,0
PASSIVO CORRENTE	12.405	11,0	19.214	6,7	54,9	12.224	5,9	-36,4	574.740	25,9	4.801,7
Fornecedores	9.204	74,8	14.586	75,9	57,1	1.418	11,6	-90,3	87.391	15,2	6.064,4
Estado e outros entes públicos	837	6,7	2.430	12,6	190,4	1.157	9,5	-52,4	21.111	3,7	1.725,1
Associações/Idóias									5.017	0,9	
Financiamentos obtidos						8.620	54,2		182.707	28,3	2.357,0
Outras contas a pagar									78.625	13,7	

8.2. Demonstração de Resultados

- O **EBITDA** e **Cash-Flow** passaram a negativos em 2020, pelo forte decréscimo do VN.
- Consequentemente a margem **M-EBITDA** registou decréscimo, passando para valores negativos.
- Apuraram **Resultados Líquidos** negativos em 2020.
- Rubrica de **Cientes** com saldo € 3 (em 2019 era de € 21.160).
- Rubrica de **Fornecedores** com saldo € 1.418 (no final de 2019 era € 14.586).
- O **Capital Próprio** tem vindo a decrescer, no entanto ainda se situa em valores positivos.
- O **Passivo Bancário** registou aumento no triénio.
- Rácios de **Autonomia Financeira, Solvabilidade e Liquidez Geral** tem vindo a degradar-se, passando em 2020 para valores abaixo dos indicados, denotando uma empresa débil.
- O indicador **Net Debt/ EBITDA** classifica a empresa como risco elevado.
- Tanto o rating calculado como o score da  classificam a empresa como risco moderado, verificando-se que têm conseguido gerar **Resultados Operacionais** positivos à exceção de 2020.

8.3.2. Considerações ao Exercício 2021

- Prevê-se que o **VN** registe crescimento, o que demonstra que a apesar da **actual** crise pandémica ter impacto negativo e significativo no seu negócio em 2020, em 2021 conseguiu ultrapassar de forma positiva essa situação.
- O **EBITDA** e **Cash-Flow** passam para valores positivos, fruto do aumento do Volume de Negócios em 2021.
- Rubrica de **Cientes** continua com saldo € 23.061.
- Rubrica de **Fornecedores** com saldo € 31.522.
- O **Capital Próprio** registou ligeiro crescimento.
- Os **Resultados Transitados** agravaram em 2021 por via da incorporação dos **Resultados líquidos** negativos de 2020.
- O **Passivo Bancário** está totalmente concentrado na CCAM BA, e os financiamentos estiveram em período de moratória legal até Setembro de 2021, tendo começado a pagar capital a partir de Outubro de 2021.

9. Considerações do GER

Não aplicável.


10. Parecer

Não obstante a evolução pessimista dos indicadores económico-financeiros em 2020, a empresa apresenta melhoria significativa em 2021. No entanto, atendendo aos encargos atuais anuais que a empresa apresenta (€ 26.094) com os encargos anuais do atual financiamento (€ 18.544) a empresa não gera cash-flows suficientes para o cumprimento do serviço de dívida (Cash-flows gerados em 2021 de € 28.469).

No entanto, a empresa apresenta fatores abonatórios, nomeadamente, histórico creditício abonatório, ausência de indícios de Dificuldades Financeiras e correta movimentação da conta D.O.

Conforme indicação do cliente relativamente ao plano de investimento, a empresa deverá anexar os contratos de prestação de serviços com a empresa "XYZTTTA".

Atendendo aos cash-flows gerados serem insuficientes para o cumprimento do serviço de dívida e à falta de garantias adicionais atendendo ao elevado valor sou de parecer desfavorável à concessão do financiamento conforme proposto.

Salienta-se ainda, que tanto o rating calculado como o score da  classificam a empresa como risco moderado, verificando-se que têm conseguido gerar Resultados Operacionais positivos até 2019, em 2020 apresentou valores negativos.

Mais se informa que apresenta a situação tributária e contributiva regularizada, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social.

Check-list da documentação consultada

- Certidão Permanente
- IES 2018 – 2020
- Modelo 22

- Balanço e DR 2021
- Certidão de não dívida à Segurança Social
- Certidão de não dívida à ATA
- IRS Avalista
- Outros

12. Notas

```
Data Inicio      : 23/05/2022
Frequência Pagamento: 1MA23
Data Próx Pagamento : 23/06/2022
```

Preencher apenas três dos quatro valores seguintes.
O quarto valor será calculado.

```
Montante      : 120.000,00
Taxa de Juro   : 2.25000 %
Prazo de Vencimento: 84M
Renda Constante : 1.545,36
```

Anexo II – Avaliação da Solvabilidade dos Consumidores

	Avaliação da Solvabilidade dos Consumidores USO EXCLUSIVAMENTE INTERNO	Analista – Nome do Colaborador
	Bairrada e Aguiar	

1. Características da Análise

N.º do Relatório:	2022-389
Data entrada BA/WF:	22-04-2022
Data início ARC:	26-04-2022
Âmbito da Análise:	xxx – 9906470285 – Nome Nome Nome Nome

2. Identificação do(s) Proponente(s) – Dados, idade e situação profissional do Cliente

2.1. Mutuário

N.º Cliente:	7654321
Conta D.O.:	40xxxxxxxx
NIF:	Xxx xxx xxx
Nome:	Nome Nome Nome Nome
Estado Civil:	Divorciada
Data de Nascimento:	dd-mm-yyyy (45 anos)
Data Fim do Contrato:	60 anos
Situação profissional:	Embalador de cerâmica na empresa "Cerâmica, SA"
Classificação do Cliente:	Verde - Sem indícios de Dificuldades Financeiras

2.2. Fiadora

N.º Cliente:	11111111
NIF:	Zzz zzz zzz
Nome:	Nome Nome Nome Nome
Estado Civil:	Solteira
Data de Nascimento:	dd-mm-yyyy (27 anos)
Data Fim do Contrato:	42 anos
Situação profissional:	Ajudante de Cozinha no Restaurante "X"
Classificação do Cliente:	Verde - Sem indícios de Dificuldades Financeiras

3. Características da(s) Operação(ões) - Natureza, montante e características da operação

Família:	10 – Crédito Pessoal a Particulares
Destino:	19 – Outro Crédito Pessoal
Finalidade:	Liquidação de financiamentos em OIC
Montante:	€ 23.500
Prazo:	188 Meses (respeita o limite à maturidade definido pelo BCP e dos normativos em vigor)
Utilização:	Única
Reembolso de Capital:	Mensal
Pagamento de Juros:	Mensal
Taxa de Juro:	EUR12M + 2,55%
Comissões:	Preçário em vigor na CCAM BA.
Garantias e Condições:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Hipoteca sobre imóvel. ▪ Fiança.

4. Envolvimento com GCA (Consulta de Cliente Grupo)

A proponente é cliente nesta CCAM BA desde 2013 pelo que o envolvimento comercial na CCAM BA é composto por:

- Conta D.O. Particular com saldos médios dos últimos seis meses de € xxx.
- Cliente associada no montante de € xxx.
- Um contrato de crédito (ver ponto 6).
- Subscrive Seguros do Ramo Vida e Não Vida.
 - Lista resumo de contratos
 - Recursos
 - Responsabilidades
 - Seguros
 - Garantias recebidas
 - Cartões
 - Meios de pagamento

5. Envolvimento Bancário (Consulta da CRC BIP)

5.1. Cliente 1

- Responsabilidades na Banca (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- Responsabilidades no SICAM (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- N.º de participantes

5.2. Fiadora 1

- Responsabilidades na Banca (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- Responsabilidades no SICAM (Total, Vencido, Potencial Irrevogável, Potencial revogável, Abatido ao ~~Activo~~)
- N.º de participantes

6. Quadro de Responsabilidades na CCAM BA (Consulta do 252 SIBAL)

7. Quadro de Garantias a favor da CCAM BA (Consulta da FGG ou A constituir)

N.º Garantia:	999999999	A constituir
Classificação:	Específica	Específica
Tipologia:	1ª Hipoteca	2ª Hipoteca
Denominação:	Moradia	Moradia
Valor Garantido Inicial:	€ 40.000	€ 23.500
Valor Garantido Actual:	€ 33.065	-
Artigo Matricial:	1456	1456
N.º Descrição:	AAAA/2020202020	BBBB/2121212121
Freguesia:	Mortágua	Mortágua
N.º Processo de Avaliação:	2016-002879	2022-001503
Entidade Avaliação:	SATA	SATA
Valor da Avaliação:	Actual € 62.500	€ 78.000
Data da Avaliação:	08-08-2016	20-04-2022
Operações Associadas:	61007880708	A constituir

8. Avaliação da Solvabilidade nos termos do Aviso do BdP nº4/2017 e respectiva Recomendação

8.1. Situação económico-financeira da(s) entidade(s) patronal(ais)

8.2. Taxa de Esforço e DSTI

Recibos de Vencimento

Data	Valor
fev/22	746,46 €
mar/22	745,88 €
Média Ponderada de recibos (12 meses)	746,08 €
Rendimentos Anual Líquidos 2022	10.444,84 €

8.3. Loan-to-Value Ratio

	Declaração de rendimentos	Recibos
Ano Rendimentos	2021	2022
Rendimento Anual Líquido	8.798,84 €	10.444,84 €
Rendimentos Previsível na Reforma	7.038,91 €	8.355,87 €
Encargos Bancários	169,82 €	169,82 €
Enc. Mensais Habitação/Cond	81,11 €	81,11 €
Enc. Mensais o/Matura	0,00 €	0,00 €
Outros Encargos	27,80 €	27,80 €
Pensão de Alimentos	0,00 €	0,00 €
Total	108,91 €	108,91 €
Prestação:	144,22	144,22
Prestação Agravada:	178,85	178,85
Taxa de Esforço:	57,66%	48,57%
DSTI:	47,53%	40,04%

8.4. Considerações a circunstâncias futuras com possível impacto na avaliação da solvabilidade

Atualmente a mutuária não regista responsabilidades enquanto avalista/fiadora.

9. Considerações do GER

Não aplicável

10. Parecer

Tendo por base o IRS de 2021 o rendimento anual líquido da mutuária ascendeu a € 8.798, ficando assim, com uma taxa de esforço de 57,66% e DSTI de 47,53%.

Uma vez que o crédito não vigora além da data da reforma não foi tido em consideração a redução de 20% dos rendimentos para os mutuários.

Salienta-se ainda que o valor de avaliação do imóvel é de € 78.000, apurando um LTV de 30%. No entanto, trata-se de uma segunda hipoteca, e com o valor em dívida do financiamento no montante de € 33.026. O conjunto dos dois financiamentos atribuem um LTV global da operação de 72%.

Avaliando a solvabilidade da proponente, temos que apresenta capacidade para cumprir com o plano financeiro a que se propõe mesmo num cenário de agravamento do indexante.

Neste sentido sou de parecer favorável, atendendo à taxa de esforço, DSTI, LTV e limites à maturidade do contrato e idade da proponente dentro dos limites recomendados pelo BdP e normativos em vigor. Apresenta ainda como fatores abonatórios a garantias associada (hipoteca do imóvel), vínculo laboral estável, correta movimentação da conta D.O e domiciliação do ordenado.

Para reforçar a operação com garantias adicionais, a filha da mutuária intervém no processo de crédito como fiadora.

Atendendo ao tipo de crédito pessoal (crédito hipotecário) a proposta não dispõe de notação de scoring.

11. Check-list da documentação consultada

- IRS mutuário
- IRS fiadores
- Recibos vencimento
- Caderneta predial
- Certidão conservatória
- Certidão de não dívida à Segurança Social
- Certidão de não dívida à ATA

12. Notas